

**Universidade do Minho**

Instituto de Ciências Sociais

Luís Miguel Vieira de Castro Martins Alves

O silêncio no contemporâneo:  
da técnica aos média





**Universidade do Minho**

**Instituto de Ciências Sociais**

Lúis Miguel Vieira de Castro Martins Alves

**O silêncio no contemporâneo:  
da técnica aos média**

Dissertação de Mestrado  
Comunicação, Arte e Cultura

Trabalho executado sob a orientação da  
**Professora Doutora Rita Maria Gonçalves Ribeiro**

DECLARAÇÃO

Nome: Luís Miguel Vieira de Castro Martins Alves

Endereço electrónico: [luis.alves@zoho.com](mailto:luis.alves@zoho.com) Telemóvel: 913 408 072

Número do Cartão do Cidadão: 138 590 50

Título da Dissertação: *O Silêncio no Contemporâneo: da Técnica aos Média*

Orientadora: Professora Doutora Rita Ribeiro

Ano de Conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Mestrado em Comunicação, Arte e Cultura

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE:

Universidade do Minho, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## A ANA QUER

A Ana quer  
nunca ter saído  
da barriga da mãe.  
Cá fora está-se bem  
mas na barriga também  
era divertido.

O coração ali à mão,  
os pulmões ali ao pé,  
ver como a mãe é  
do lado que não se vê.

O que a Ana mais quer ser  
quando for grande e crescer  
é ser outra vez pequena:  
não ter nada que fazer  
senão ser pequena e crescer  
e de vez em quando nascer  
e voltar a desnascer.

- Manuel António Pina



## Agradecimentos

Uma dissertação, ou outro trabalho de algum fôlego, são, com pouco justeza, assinados em nome individual. Os agradecimentos, inteligentemente criados e trazidos para estas primeiras páginas, por quem cria as regras mais ou menos formais da academia, constituem-se como a reposição e o resgate devidos, convocando alguma normalidade das coisas.

Disperso, então, a minha assinatura por várias outras. Sendo naturalmente diferentes em grau de importância, foram todas essenciais.

As primeiras são as dos criadores. À minha mãe e ao meu pai, exemplos maiores, inultrapassáveis. Através deles, reside toda a resiliência que possa ter, todo o esforço que possa querer fazer. Enfim, reside e cabe neles, o mundo inteiro que vejo, e que não mudará sob variável alguma.

À minha irmã e ao meu cunhado, sangue e extensão do sangue, promessa de uma família já presente mas que aponta para o futuro.

À minha namorada, segurança de um projecto gizado a dois, por certo falível não fosse admirar-lhe a astúcia, a inteligência, a perspicácia, a doçura e a humanidade, todas na mesma pessoa e todas partilhadas generosamente comigo.

À Professora Rita Ribeiro, assinatura maior deste trabalho, pela forma tão clarividente como dispõe e oferece a sua cultura e a sua inteligência aos seus alunos e, em particular, aos seus orientandos. Uma Professora no sentido original da profissão.

Por fim, a essa entidade a que chamamos mundo, à qual pertenço com um espanto diário. Pela possibilidade entusiasmante e deliciosa de recolher todos os sinais, de responder-lhes, de viver deslumbrado com o natural, com as pessoas, com as ideias e com os ideais – sempre com uma consciência inquieta, crítica e política.





## O SILÊNCIO NO CONTEMPORÂNEO: DA TÉCNICA AOS MÉDIA

### Resumo

O silêncio, como, por antagonia, o ruído, é uma trave estruturante em várias matérias de estudos a que a sociologia e a comunicação se dedicam com alguma frequência. Ambos, o silêncio e o ruído, são, contudo, commumente trabalhados sob um ponto de vista indirecto, um meio de estudo para atingir um fim tendencialmente diferente.

Nesta dissertação pretendeu-se abordar o silêncio, a sua presença e/ou ausência com um enfoque particular, e enquanto objecto central de toda uma investigação. Para tal, a sociologia e a comunicação – esta última, especialmente ancorada nos média – constituem as áreas de pensamento social em que se estrutura a reflexão que se realizou.

A técnica, elemento central da era moderna, é um sub-tópico essencial na ponte conceptual entre o silêncio e o ruído. Com a técnica veio o ruído e com este celebrou-se a chegada e predominância da mesma (Breton, 1997). A partir desta perspectiva decorre uma proposta de estudo em diferentes eixos em que se declina a relação entre o silêncio e o ruído nas sociedades contemporâneas.

No estudo empírico, exploratório, fizemos a análise de dois jornais nacionais de referência, o Expresso e o Jornal de Notícias, para compreendermos, sobretudo de um ponto de vista gráfico, mas não esgotado neste, como acompanharam estes dois títulos da imprensa nacional os ruídos e os silêncios da era moderna. Fizemo-lo num intervalo de 30 anos, analisando edições de 1984 e de 2014.

**Palavras-chave:** silêncio, ruído, modernidade, técnica, média.



THE SILENCE IN THE CONTEMPORARY: FROM TECHNIQUE TO MEDIA

***Abstract***

The silence appears as an opposite to the noise, as a structural scheme in several studies done by sociology and communication frequently. However, both silence and noise are very often approached through an indirect point of view, even though they are not the main subject of the study. In this situation, the study's outcome will be different than the one that could be achieved if silence and noise were the focus of the study.

In this dissertation, the subject of interest was the silence, its presence and/or absence. In order to do that, sociology and communication - this last one supported on media - are the areas of the social thought in which the structure of this reflection was held.

The technique, a central element of the modern era, is an essential sub-topic of the conceptual bridge established between the silence and the noise. The technique brought the noise, which led to the arrival and prevalence of the first (Breton, 1997). Through this perspective, runs a study proposal of different aspects, such as the silence commercialization, the political silence and the noise on a geographical scale.

In the empiric study, the researchable one, "Jornal de Notícias" and "Expresso", two Portuguese newspapers of high reference were analyzed, so that the graphical development of both silence and noise during the modern era could be understood. This approach was done by analyzing the newspapers published from 1984 and 2014.

**Keywords:** silence, noise, modernity, technique, media.



## Índice

I. Nota Introdutória .....	1
II. Estado da arte .....	5
1. Eixo da linguagem: o silêncio e o ruído .....	5
1.1. O lugar do silêncio no passado .....	9
1.2. O lugar do silêncio no contemporâneo .....	12
1.2.1. Com a técnica, o ruído .....	14
1.2.2. A modernidade e o déficit de atenção .....	16
1.3. A linguagem enquanto fenómeno social .....	18
1.4. A urgência e a aceleração .....	21
1.5. A modernidade líquida .....	23
1.6. Consumir tudo, consumir agora .....	25
2. Eixo espacial: a geografia silenciosa .....	26
2.1. Ocidente .....	27
2.2. Oriente .....	31
2.3. O urbano e o rural .....	33
2.4. Os exemplos .....	35
3. Eixo diferenciado: perspectiva do silêncio .....	36
3.1. O silêncio, o fundador da alteridade .....	37
3.2. O silencioso por virtude .....	39
3.3. A ciência da tagarelice .....	42
3.4. O sagrado silêncio .....	45
3.5. Vende-se silêncio: a indústria da insonorização .....	48
3.6. Silêncio: uma questão de género .....	49
3.7. O silêncio político .....	51
3.8. Viral: o ruído das redes sociais .....	53

3.9. O ruído enquanto apagamento da memória .....	54
3.10 Escrita e leitura .....	55
4. Eixo mediático .....	58
4.1. Silêncio e comunicação: inconciliáveis? .....	58
4.2. Os média – relógio .....	61
4.3. A desinformação .....	63
4.4. A informação – espectáculo .....	65
4.5. A influência recíproca média – sociedade .....	68
4.6. Silêncio na TV .....	71
4.7. Silêncio na Rádio .....	73
4.8. Silêncio no Impresso .....	74
III. Apresentação do Estudo .....	77
1. Problemática de investigação .....	79
2. Opções Metodológicas e <i>corpus analítico</i> .....	79
2.1. Categorização dos parâmetros de recolha .....	80
IV. Análise e interpretação dos resultados .....	85
1. Menos caracteres .....	86
2. Um jornal maior .....	87
3. 1984 e 2014: as mesmas capas?.....	88
4. A chegada de novos conteúdos .....	91
5. Jornais que respiram .....	93
6. Anúncios de página inteira .....	95
7. Diferentes tamanhos de letra .....	97
V. Síntese conclusiva .....	99
VI. Considerações finais .....	102
Referências Bibliográficas .....	106
Anexos .....	109

# I. NOTA INTRODUTÓRIA

O silêncio, enquanto objecto de estudo independente e central, é deficitário. A sociologia tem feito referências dispersas e outras áreas de estudo convocam este tema pontualmente. Neste trabalho de investigação, decidimos, apesar e pelo défice bibliográfico, trazer este tema para o centro do projecto, fazendo-o distribuir por sub-temas onde a sua relevância e pertinência é grande.

A divisão desta dissertação faz-se através de quatro Eixos, que são a formalização e a materialização teórica de quatro grandes pontos, onde o silêncio tem um especial ensejo:

- Eixo dual: do silêncio e do ruído
- Eixo espacial: a geografia silenciosa
- Eixo diferenciado: perspectivas do silêncio
- Eixo mediático

Sobre o primeiro eixo, introduzimos conceitos históricos, de evolução do silêncio e do seu estado oposto, o ruído, apontamos tempos determinantes na mudança de concepções, como o início da modernidade e a celebração da técnica, e abordamos questões ligadas ao consumo e à instantaneidade.

No segundo eixo, dedicado na totalidade aos conceitos-chave da dissertação em torno de uma geografia, percorremos latitudes e exemplos vários, que permitem dotar o leitor da compreensão que estes conceitos assumem em diferentes locais do mundo. Os exemplos com que pudemos ilustrar estas realidades permitem notar as oposições que se criam, antagonismos profundos entre, por exemplo, as regiões ocidentais e as regiões orientais; ou, mesmo, entre contextos urbanos e contextos de matriz rural.

No terceiro eixo, permitimo-nos congregarmos perspectivas díspares entre si, que partilham, no entanto, um fundo comum que gira em torno das questões auditivas, mais ou menos literais. Convivem neste eixo diferenciado tópicos como a *tagarelíce* – de alguém que fala demais – e o silêncio visto pela bitola da religião. Também o silêncio, como produto passível de ser vendido, ou o ruído, que pode actuar como apagamento da memória, foram abordados.



Com este eixo, multitemático, quisemos estabelecer várias pontes entre os conceitos-base e as ramificações várias que estes tomam, em contextos diferentes, sob perspectivas, culturas e histórias também diferentes.

No último grande ponto, dedicamo-nos à compreensão do silêncio e do ruído na esfera mediática. Antevendo o estudo empírico, fizemos jogar no mesmo tabuleiro questões prementes que a comunicação mediática e mediada enfrentam, num tempo de urgência absoluta, de desinformação, de informação-espectáculo, etc.

Terminado o devido enquadramento teórico, partimos para o trabalho de investigação empírico olhando para duas *grandes instituições* jornalísticas portuguesas – o semanário Expresso e o Jornal de Notícias – para compreender, de um ponto de vista gráfico, em particular, como lidam estes jornais com a emergência do agora, com a concorrência aguçada do audiovisual e da Internet e com a herança da *grande imprensa* – fundadora dos média. Estabelecemos uma janela temporal, que se abre em 1984 e que se fecha em 2014. De ambos os anos, separados por três décadas, analisamos várias edições e permitimo-nos tirar conclusões sobre a evolução gráfica e também conteudística.

No final, dedicámos umas últimas linhas para apontar algumas reflexões gerais, que resultaram do trabalho teórico e empírico que pudemos fazer ao longo do tempo de investigação.



## II. ESTADO DA ARTE

## 1. Eixo da linguagem: o silêncio e o ruído

Tal como referido na introdução, este trabalho de investigação desenvolve-se em torno de uma dicotomia. Silêncio e ruído são, assim, os protagonistas maiores de um cartaz que se ramifica em subtemas e sub-áreas, que em comum têm o facto de terem uma ligação com o objecto que este eixo vai tratar. Nuns casos, notar-se-á uma ligação muito próxima, noutros a distância será maior.

O eixo dual do silêncio e do ruído pode ser entendido sob concepções muito diferentes. Um ponto de vista particularmente relevante é o da produção de ambos – de ruído ou de silêncio – através da palavra. Num primeiro caso, por emissão; num segundo, por omissão. Um e outro foram matéria de preocupação para autores e pensadores vários. Wittgenstein, no *Tractatus Logicus-Philosophicus*, observou que “acerca daquilo de que não se pode falar, tem que se ficar em silêncio” (Gargani, 1973). Ludwig Wittgenstein aprontava a questão dual com uma solução, ou uma imposição, igualmente dual. Se ao ruído pode corresponder a fala, sobre um determinado assunto, com uma determinada relevância, num determinado contexto, ao silêncio liga-se uma não fala, isto é, o dever de calar para não criar ruído sem eco, sem resposta.

Picard (1954) partilhava amplamente esta regra não formal de diálogo e convivência, acreditando que seria inimaginável “um mundo onde apenas existisse a palavra”, assim como um “mundo onde só existisse silêncio”. Portanto, um equilíbrio de forças e de vontades. Um domínio sobre o próprio, um autodomínio humano, portanto, com vista a uma balança serena de ruído e silêncio doseados o bastante.

Parece haver, assim, uma quase unanimidade de pensamento. O ruído e o silêncio, nesta dualidade de oposições, devem, pelo menos no que à palavra diz respeito, manter uma equidistância do centro de equilíbrio.

Naturalmente, estes entendimentos não são estanques ou alheios a outras variáveis. Ambos, silêncio e ruído, são, por exemplo, permeáveis ao factor contextual, aquele que dá o motivo a um acontecimento passível de produzir palavras ou silêncios, ou ambos.

“Uma palavra só tem significado na conexão proporcional: isto é, é como se se dissesse que um cacete só é uma alavanca quando usado. Somente a aplicação faz dele uma alavanca” (Gargani, 1973: 54). A percepção do que é o silêncio e do que é o ruído deve estar atrelada ao contexto em que ambos são

produzidos. Só nessa medida é que será permitido apurar o que são um e outro à luz do *habitat* e das condições, que naquele momento conduzem a acção.

“Dito de outro modo, não se aprende a linguagem através de um discurso de explicações, de definições e de esclarecimentos (os quais devem supor um âmbito de significados já disponíveis, uma linguagem já adquirida), mas sim através de um processo de treino (Training, Abrichtung) do seu uso, análogo à técnica com que se treina um animal para executar certas tarefas, mediante exemplos, recompensas e punições” (Gargani, 1973: 78).

Com o silêncio e o ruído, mesclados com o contexto e o ambiente em que são produzidos, retrocede-se na linha de produção até ao ponto de aprendizagem. O ruído, produzido pela linguagem, requer uma aprendizagem prévia, que informa os futuros falantes e *utilizadores* da língua não apenas das definições teóricas, como também do duelo entre linguagens, isto é, o confronto que existe num diálogo.

Implicitamente, os silêncios e os ruídos integram o *manual de instruções* da linguagem, apenas útil quando praticado como um animal aprende pequenos truques (Gargani, 1973: 78).

A linguagem requisita este imperativo da prática, apenas acessível através da aprendizagem *in loco*, precisamente pela mesma razão que o ruído e o silêncio são diferentes em diferentes contextos. São mutáveis, portanto, na medida em que se movem pelos *corredores de um edifício* composto por divisões tão diferentes entre si que a dúvida se o edifício é o mesmo percorre as mentes dos falantes.

“Neste sentido, as palavras são instrumentos que cumprem funções diferentes segundo modalidades de emprego, características das circunstâncias do seu uso. O sentido de um signo linguístico não consiste na imagem mental que ele estaria destinado a gerar (segundo os esquemas tradicionais de cunho mentalista), mas na modalidade do seu funcionamento no interior de um sistema simbólico e nas consequências que ele provoca dentro desse sistema” (Gargani, 1973: 69).

As palavras têm assim um diferente tipo de emprego consoante as diferentes circunstâncias em que estão balizadas. São autónomas no seu exercício, extravasando a proposta teórica original. Criaturas

que desobedecem ao seu criador.

Neste ponto em particular, referimo-nos a um tempo histórico do pensamento: Wittgenstein, na revisitação que fez ao *Tractatus*, no qual se observa uma primazia da realidade sobre a concepção das expressões linguísticas. Esta revisitação foi impactante na medida em que permitiu uma redefinição de conceitos amplos, dados como certos e provados. A filosofia tradicional foi a grande visada pela rejeição dos seus enunciados mais conservadores, que se levantaram para dar lugar a novos limites mais arrojados do pensamento humano e da expressão linguística, constituídos através da descrição dos factos. Toma-se a filosofia não como uma teoria, antes como uma fonte de clarificação linguística-conceptual.

O início desta nova concepção começa, precisamente, com a compreensão de que os “enunciados da filosofia tradicional constituem um sistemático mau entendimento da lógica da linguagem, dado que ultrapassam o limite que ao pensamento e à expressão linguística é atribuído pela função descritiva dos factos” (Gargani, 1973: 23).

Aldo G. Gargani, na análise que faz desta viragem de pensamento wittgensteiniano, nota o seguinte:

“O *Tractatus* torna-se então um entrelaçado de temas que articulam um programa teórico, cujo eixo é a definição da natureza dos enunciados da lógica e da matemática, a definição dos critérios a que devem estar submetidos o pensamento humano e a sua expressão linguística, a determinação do estatuto lógico-epistemológico dos enunciados da filosofia tradicional, a caracterização da filosofia, já não como teoria, mas como actividade destinada a uma função de clarificação linguística-conceptual, mediante o instrumento constituído pela sintaxe lógica, isto é, as regras que disciplinam o uso significativo de qualquer linguagem signica” (1973: 23).

Não foi apenas o *Tractatus* que deu conta desta viragem de pensamento. Também o Livro Azul, obra do pensador austríaco, “no qual afirmava que a nossa linguagem não é um simbolismo usado segundo as regras rígidas de um cálculo modelado pela bitola da matemática e das ciências naturais, Wittgenstein rasgava o horizonte teórico da sua segunda maneira de filosofar (...)” (Gargani, 1973: 75).

Assiste-se, assim, a um resgatar da realidade maleável aplicada às regras da linguagem e da filosofia. Não como ciências duras, de resultados certos e fórmulas rígidas, antes como formulações variáveis, que atendem a hipóteses e contextos mutáveis. São, assim, “regras que trazem consigo uma inexaurível margem de indeterminação e obrigada por novas, ulteriores regras a restringir parcialmente quando os procedimentos do uso o requerem, ou quando surge a necessidade de uma nova classificação” (Gargani, 1973: 76).

A matemática, e a lógica estatística, ficam arredadas de uma possível ponte de comparação com a linguagem e a filosofia, e, por consequência, também de uma avaliação quantificável do que são os objectos deste ponto em particular: o silêncio e o ruído.

### 1.1. O lugar do silêncio no passado

A opção de apontar as diferenças passíveis de discernir entre o silêncio num tempo ido, mais remoto, com o silêncio no contemporâneo pode acarretar alguns riscos.

O primeiro risco, ou dúvida, é o da janela temporal. Definir passado por oposição a contemporâneo é difuso, ainda que seja igualmente difuso poder medir com exactidão o silêncio (e o ruído) num determinado espaço de tempo muito concreto. Se a questão fosse do âmbito numérico – um dado estatístico, por exemplo, sobre o número de licenciados em 1908, num determinado país ou região; ou um medidor da economia nacional, como o Produto Interno Bruto, referente a um determinado ano – estaríamos escudados num número, ou em vários, com uma ligação a um período temporal, em que só um erro pouco provável de medição, da entidade estatística ou de outro, poria em causa a fiabilidade dos dados.

Como não é disso que se trata, a análise transtemporal a que os autores que se dedicaram a estes estudos fizeram, comporta, naturalmente, uma maleabilidade no tempo, sendo que passado – relativo a este presente – e contemporâneo incluem balizas alargadas.

Se sobre o tempo parece haver, então, uma *corda* capaz de ser esticada, já sobre a forma de apurar esse silêncio há um consenso. Tito Cardoso e Cunha (2001: 3) olha esta alteração temporal pela bitola da linguagem, uma vez mais:

“Na medida em que as palavras se banalizaram e em que a sua função de signo suplantou o seu carácter de valor, a linguagem contribuiu, com a civilização científica (eu diria mediática), para empobrecer a percepção, a despojá-la das suas implicações afectivas, estéticas, e mágicas, e a esquematizar o pensamento”.

Para compreender esta mutação, é então necessário recuar no tempo e olhar primeiro as fontes da mudança, e só depois o resultado operado por essas alterações. Zygmunt Bauman (1989: 59) regressa, para isso, a um tempo que é, para uma parte considerável do mundo, remoto, e uma realidade que agora parece distante. A cidade, o ritmo da cidade, os horários da cidade, e o estilo de vida de que a cidade é composta criaram um novo homem. “A vida citadina separou os homens da natureza; a liberdade das cidades separou os homens das 'leis da natureza' – a submissão da vida ao ritmo e aos caprichos dos fenómenos sobre os quais a vontade e a capacidade humanas tinham pouco, se é que algum efeito”. As zonas mais urbanizadas reúnem, de uma forma geral, uma grande densidade populacional, por razões várias – que vão da quantidade de oferta de trabalho até às condições de mobilidade e habitação que diferem das zonas rurais. Essa densidade populacional transporta consigo um ritmo, marca d'água da urbe, que parece alterar o conceito de liberdade. A natureza, e a natureza da liberdade, passam a ser, então, uma liberdade condicionada por um ritmo. A modernidade trouxe um distanciamento da vida rural e uma aproximação a esta tipologia nova de vida citadina.

São vários os tipos de argumentação coligidos sobre o afastamento e alheamento do mundo moderno face à ruralidade, à interioridade e à natureza – e por consequência a concepções diferentes do que são silêncio e ruído.

Stephen Bertman (1998: 241) faz uso de uma figura de estilo curiosa, a metáfora, na descrição do que para o autor tem acontecido, nesta progressiva mudança espacial de permanência – do interior para o litoral, da natural para o construído:

“O alheamento da humanidade relativamente à natureza pode comparar-se com a situação de ruptura de um casamento. No passado, os seres humanos e a natureza viviam uma relação marcada pela luta mas assente na compatibilidade. No entanto, à



medida que o tempo foi passando, começaram a surgir entre os dois parceiros diferenças aparentemente inconciliáveis que levaram a uma separação cada vez maior e à perspectiva de um divórcio ecológico. Os parceiros, humano e natural, que antigamente viviam juntos em completa harmonia, assistem agora ao rompimento dessa relação devido a objectivos distintos, encontrando-se na posição de adversários frente a um tribunal cósmico, a travar uma batalha legal para determinar, não a custódia dos filhos, mas o futuro do mundo dos seus filhos”.

Para Bertman, esta dissidência do natural é como o término de uma relação conjugal. Separam-se, marido e mulher, natureza e homem, e resta-lhes enfrentarem numa batalha legal.

Esta substituição, como um jogador que é trocado por outro ao meio-tempo, acarretou outras mudanças. Em *A Vida Fragmentada* (1995: 84), Bauman refere que a “ideia de «qualidade de vida» veio trocar a preocupação com a autopreservação e a sobrevivência, que habitualmente descobríamos como núcleo da crítica moderna”. Prossegue a linha de pensamento, substituindo a sobrevivência literal por “mais felicidade”.

Uma outra mudança introduzida, entre as inúmeras que podiam ser contadas, acontece no *tecido social*. Este ritmo que vários autores descrevem com concordância vasta entre eles, é, de certa forma, agente de exclusão. Como um carrossel, onde só quem está dentro se dilui na massa de movimento, a rapidez da cidade facilmente exclui alguns *jogadores*.

“Os sociólogos que estudaram a vida dos pobres contemporâneos concordam em que um aspecto muito notório de viver-se na pobreza é a exclusão dos pobres de interacção social, a tendência para quebrar velhos laços sociais, para fugir dos lugares públicos, para procurar refúgio em casa, que passa a servir de sítio que protege da ameaça real ou imaginária da condenação comunal, do ridículo e da compaixão” (Bauman, 1989: 137).

Se a *autoestrada* tende a ser demasiado rápida, a inevitabilidade de termos *veículos* a pararem nas *áreas de serviço*, por não serem capazes de a percorrer, é muito grande. A urbe parece insuflar a realidade de que os mais pobres – ou os desempregados, por exemplo – ocupam uma faixa lateral,

desprezada, minorizada, para onde são empurrados todos aqueles que não seguem na faixa central. A grande cidade nascia por oposição à aldeia pequena, paroquial quase, sem oportunidades. A vida decorria na cidade, enquanto na ruralidade sobrevivia-se, à margem. Na verdade, o espaço de todas as promessas não parece, afinal, o último reduto da felicidade. O ritmo da urbe é superior ao das pessoas, o ruído é grave, o relógio não abranda, o stress é o quotidiano. Desvanece-se, pois, uma ideia a preto e branco. Nem só de qualidades vive a cidade; nem só de defeitos vive o campo.

## 1.2. O lugar do silêncio no contemporâneo

As alterações que o tempo contemporâneo tem introduzido são, por vezes, inesperadas. O que, numa análise de prognóstico, era aparentemente previsível é afinal diferente. O lugar que o silêncio e, por natural oposição, o ruído, ocupam neste tempo são igualmente surpresas, com um sem-número de variáveis que moldam directamente os resultados finais.

Tito Cardoso e Cunha traçou uma premissa mais ou menos óbvia: se a palavra parece estar a perder terreno, então o silêncio sairá reforçado. Na ausência de um, o outro ocupará esse espaço. Porém, a equação é mais intrincada.

“Ao retirar-se da palavra, a nossa contemporaneidade, não nos remete necessariamente para o silêncio, como se depreenderia do que escreve G. Steiner. Antes para o ruído. Visto, aliás, de maneira oposta, dir-se-ia mesmo que o império do ruído é que destrói a palavra, destruindo o silêncio que é a sua condição de possibilidade” (2001: 2).

George Steiner ansiava pelo silêncio, na falta da palavra. Mas foi o ruído que ocupou, largamente, esse espaço deixado vazio.

Esta nova dimensão da vida, em que o silêncio não representa mais do que uma lentidão injustificável, liga-se directamente ao “velocímetro da sociedade, movido pelo ímpeto de tecnologias que funcionam à velocidade da luz” (Bertman, 1998 : 14).

Stephen Bertman dedicou a obra *Hipercultura - O Preço da Pressa* (1998) a este tema em particular,

abordando cada pequena alteração que parece ter desencadeado esta rapidez incessante e este discurso societário que reprova, por vezes de forma dura, a lentidão, a passividade, a contemplação, e outros estados que não só não produzem ruído como são estados de mais acalmia, de repouso e de reflexão.

De resto, tem sido sobre esta incapacidade de parar, mesmo a dormir, que Zygmunt Bauman também tem produzido conhecimento. “Em lugar de grandes esperanças e sonhos dourados, o progresso suscita noites de insónia, semeadas de pesadelos, em que nos vemos ficar para trás, perdemos o comboio ou nos atiramos da janela de um automóvel que, entretanto, acelera o andamento” (Bauman, 2006: 50).

Esta agitação torna-nos “incapazes [de] refrear a velocidade vertiginosa da evolução e, mais ainda, de prever ou governar a sua trajectória, fixamos a nossa atenção nas coisas sobre as quais podemos ter influência (...)” (Bauman, 2006: 50).

Com a rapidez a ditar a ordem dos dias, com noites pouco tranquilas e incapazes de ouvir – e produzir – o silêncio, damo-nos conta de viver simplesmente no presente. O passado, e, portanto, a história, não é chamada a intervir, e o futuro é uma realidade demasiado distante para ser menu de pensamento.

“A pressa perversora, pelo facto de anular a visão do passado e negar a visão real do futuro, isola-nos no presente. Abandonados ali à deriva, sem o impulso da força do tempo, entregamo-nos ao presente, que julgamos ser a base exclusiva que nos faz sentir satisfeitos e realizados, o único ponto de segurança num cosmos em que todos os outros pontos de segurança nos foram arrancados devido à pressa constante em que vivemos. Na nossa corrida contra o tempo, vamo-nos prendendo ao momento presente” (Bertman, 1998, 15).

Na obra do polaco Adam Schaff, *Linguagem e Conhecimento* (1974), é recuperada uma distinção que pode dar um contributo interessante e relevante a este ponto em particular, em que nos propomos perceber o papel do silêncio no contemporâneo.

“O diferendo sempre actual, no quadro da teoria do conhecimento, reduz-se a estabelecer o que é primário: a linguagem – que nessa hipótese criaria a nossa

imagem da realidade – ou a realidade – que seria, então, reflectida pela linguagem, reproduzida, copiada? O diferendo sugere claramente a seguinte alternativa: ou o processo linguístico é o acto de criação da imagem da realidade, ou é o acto do seu reflexo, da sua reprodução, etc.” (Schaff, 1974: 213-214).

A questão da linguagem, já vimos noutros pontos desta dissertação, está sempre presente. No contemporâneo, com a diminuição drástica do papel da palavra, e com a incapacidade de olhar para trás, para o passado, e para a frente, para o futuro, a dúvida se é a linguagem ou a realidade que têm o primado é ainda mais pertinente. Segundo Schaff, a realidade *vence* a linguagem.

A realidade, como lembrava George Steiner (1979: 33) não pode ser guardada totalmente na casa da linguagem. Pelo que um e outro estarão em défice quando um ou outro são minorizados.

O lugar do silêncio no contemporâneo está ameaçado. E não se trata apenas de uma substituição, em que entra o ruído e sai o silêncio; ou em que sai a palavra e entra o ruído. Ao mesmo tempo em que acontece esta substituição de grande monta, acontecem outras, várias outras, de maior ou menor dimensão.

### 1.2.1. Com a técnica, o ruído

Se a modernidade pudesse estar, de forma palpável, traduzida numa cidade, essa cidade seria, presume-se, altamente industrializada. Porque foi precisamente com a Revolução Industrial - que trouxe a técnica e a máquina, celebradas com entusiasmo - que o silêncio conheceu o início dos seus dias mais ruidosos. “O mundo faz ressoar, constantemente, instrumentos técnicos cujo uso acompanha a vida pessoal ou colectiva” (Breton, 1997).

E, com a cidade, resvalam para esta nova realidade os seus cidadãos, consumidos pelo novo ritmo e pelo vírus da verborreia verbal, em contra-mão, portanto, relativamente ao pensamento *wittgensteiniano* de que sobre o “que não podemos falar temos o dever ético de calar” (Pinto, 1998). Deu-se, assim, um colapso de um ideal pré-moderno, especialmente no Ocidente – abordado em

detalhe no Eixo Geográfico.

O surgimento da técnica e da máquina enquanto produções do ser humano, capazes, por sua vez, de se fazerem substituir ao criador, é uma ideia aplaudida por todos. Está na sua origem a pretensão de libertar o homem de uma sobrecarga de trabalho, fazendo-o substituir por máquinas e autômatos, capazes de serem comandados e programados para cumprirem tarefas várias, mais ou menos complexas e complementares ao trabalho manual.

O que não pensamos, no momento de criação da máquina, foi na possibilidade de ela ser também capaz de não apenas ser comandada como também de comandar. As máquinas, a sua massificação, da fábrica ao lar, do carro ao telemóvel, conseguem conquistar a sua própria autonomia, respondendo através de um ritmo que não é o do criador.

“(…) uma sociedade industrial tem o seu próprio ritmo autónomo de funcionamento. O movimento da linha de montagem e o computador *on-line* não prestam atenção aos andamentos da terra e à plenitude do tempo em que a terra concede os seus frutos. A cultura tecnológica funciona antes a um ritmo persistente independentemente do modo como a natureza se comporta. Como consequência cultural passamos a viver a vida a um «ritmo louco», um ritmo artificial que só superficialmente pode ter algo em comum com os ritmos fundamentais do mundo natural” (Bertman, 1998: 247).

Stephen Bertman, na obra *Hipercultura – O Preço da Pressa* (1998), não duvida, por exemplo, que os “ruídos dos transportes mecânicos dominam os sons mais suaves”, e que esta mecanização do mundo trouxe inequivocamente ruído a um mundo sereno, de trabalho manual mais rudimentar.

O mesmo Bertman identificou, com argúcia, que a técnica não traz sempre um mesmo tipo de ruído – aquele que associamos de uma forma directa ao significado da palavra. O ruído pode vir, por exemplo, de um caudal demasiado extenso. Referimo-nos, por exemplo, ao correio electrónico, produto da técnica informática. “Na verdade, as comunicações – comunicações electrónicas – ultrapassam radicalmente os limites mecânicos do comércio tradicional, porque, através das comunicações electrónicas, a base sobre a qual a sociedade funciona passa a ser a velocidade da luz” (1998: 143).

A referência ao correio electrónico é facilmente alargada ao *chat*, que até antecedeu o *e-mail* enquanto ferramenta usada de forma massiva. “É a comunicação instantânea e integrada que tornou possível o

surgimento de uma nova forma de sociedade sobre a qual em breve saberemos mais – a sociedade sincrónica – um tipo de sociedade que neste momento está a remodelar a nossa maneira de pensar e de sentir” (Bertman, 1998: 143).

Este ruído menos óbvio não é menos ruído do que um camião a passar por um túnel. É um ruído de fluxo, um ruído de *spam* electrónico, de um *pop-up* permanente, que nos parece querer dizer que estamos ligados à máquina num directo sem término.

### 1.2.2. A modernidade e o défice de atenção

Se as sociedades modernas parecem ser mais ruidosas e reservam à palavra e ao silêncio um destino pouco honroso e de pouco destaque, e se é sabido, por exemplo através das ciências da educação que a atenção e a concentração carecem de espaços de silêncio, então devemos procurar que tipo de relação e quais as consequências entre a modernidade e a forma como hoje nos concentramos.

Foi, precisamente, através da era moderna que a palavra mudou de sentido e se reconfigurou. “A proliferação técnica da palavra torna-a inaudível, intermutável, desqualifica a sua mensagem ou exige uma atenção especial para a ouvir, por entre os outros sons que a envolvem ou a confusão de sentidos das nossas sociedades” (Breton, 1997: 15).

O sociólogo francês David Le Breton estreita ligações, assim, entre uma menorização da importância da palavra e um crescendo do défice de atenção. O mesmo é dizer que, perante a celebração da técnica e da tecnologia, dos ecrãs e da Internet, a atenção exige um esforço adicional para se encontrar a bons níveis, capazes de prestar um bom desempenho, seja a ler um livro, a conduzir, a trabalhar ou, até, a dormir.

Jonathan Crary cria, na mesma linha, um triângulo de pensamento e teorização cujos vértices são o capitalismo, a atenção, e as solicitações modernas:

“At the moment when the dynamic logic of capital began to dramatically undetermine any stable or enduring structure of perception, this logic simultaneously attempted to impose a disciplinary regime of attentiveness. For it is in the late

nineteenth century, within the human sciences and particularly the nascent field of scientific psychology, that the problem of attention becomes a fundamental issue. It was a problem whose centrality was directly related to the emergence of a social, urban, physic, and industrial field increasingly saturated with sensory input” (Crary, 1999: 13).

Esta perspectiva do autor norte-americano é relevante porque Crary introduz a questão patológica. Até agora, referíamos-nos ao déficit de atenção como um problema extra-médico. Isto é, a constante solitação que o mundo moderno exige de cada um era um problema declarado que devia ser contornado individualmente, resistindo a essas chamadas constantes. O autor recentra a questão e coloca-a mesmo nesse domínio da saúde, ligando-a à psicologia.

Os tecno-entusiastas, aqueles que vêem na tecnologia uma bateria de vantagens, com raros defeitos, apontam a esta nova era moderna vantagens de simultaneidade que outros tempos não foram capazes de oferecer.

(...) the end of the twentieth century, therefore, will probably see a generation to whom it will not be injurious to read a dozen square yards of newspapers daily, to be constantly called to the telephone, to be thinking simultaneously of the five continents of the world, to live half their time in a railway carriage or in a flying machine and...know how to find its ease in the midst of a city inhabited by millions” (Nordau, 541 citado em Crary, 1999: 30).

Esta descrição do que seria o homem moderno, o homem do simultâneo, capaz de tudo, é muito aproximada com a descrição de uma máquina. Aliás, parece a descrição do que uma nova máquina fantasiada, e portanto, irreal, acabada de lançar para o mercado: lê vários jornais diariamente, atende o telefone, viaja, pensa rapidamente, etc. E é nessa simultaneidade que Jonathan Crary encontra o problema. “(...) modernization was not a one-time set of changes but an ongoing and perpetually modulating process that would never pause for individual subjectivity to acomodate and 'catch up' with it” (1999: 30).

Mesmo para os tecno-entusiastas, é difícil fazer a ponte entre uma máquina e o humano. São

diferentes, têm tempos diferentes e, mais importante, têm limites igualmente diferentes. A modernidade parece querer fazer acompanhar homem e máquina. O déficit de atenção, hoje visto como um problema patológico, como Crary havia teorizado, parece ser uma consequência dessa tentativa de fazer equivaler desiguais.

### 1.3. A linguagem enquanto fenómeno social

A linguagem decorre de um processo social, um fenómeno, podemos dizer, que existe e que decorre num contexto de confrontação, num diálogo com regras.

Gargani (1973: 75) recorre ao filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein e aos seus dois «cadernos» - *The Blue Book e The Brown Book*: “(...) Wittgenstein introduzia o esquema metodológico fundamental dos «jogos linguísticos», ou seja, o conceito de modelos do uso linguístico entre os seus diferentes ou alternativas, sujeitadas a regras. A linguagem é um jogo, como é um jogo qualquer actividade social sujeita a regras”.

Se existe uma discussão extensa entre qual a melhor definição para descrever o campo em que linguagem e o fenómeno social se tocam, o mesmo é verdade e igualmente aplicável à relação linguagem – pensamento. “É mais um argumento a favor da tese de que não há pensamento 'puro', privado de toda a ligação com a linguagem, e de que o pensamento é um produto social, ainda que constitua sempre um acto individual” (Shaff, 1974: 161).

Adam Schaff corrobora a ideia de que o pensamento é incapaz de estar dissociado da linguagem – e que, portanto, não é, em momento algum, “puro”. Um pensamento transforma-se, a determinada altura, em linguagem, isto é, num produto comunicável socialmente através da língua. E este campo de ligações intrincadas prossegue com o facto de “a língua socialmente formada influenciar, por sua vez a maneira como a sociedade concebe a realidade. Julgo que este último pensamento é, não só racional, mas, além disso, precioso e fecundo” (Schaff, 1974: 101).

Como ponto de situação, podemos descrever o seguinte campo de visão: não existe pensamento puro, pois ele está sempre moldado pela linguagem; esta é, por sua vez, um jogo social porque é capaz não apenas de descrever a realidade como de a formar; e, apesar de não existir neste emaranhado, espaço



para o individual - tudo parece estar em relação a -, a verdade é que o pensamento continua a sê-lo, ainda que as influências pareçam ser várias, como, de resto, seria de esperar.

A linguagem seria um nado-morto se a ponte que a liga à realidade não fosse transitável. Aldo Gargani (1973: 37) é inequívoco:

“A teoria figurativa da linguagem e o atomismo lógico, ou seja, a assunção da linguagem como enunciação dos factos e o modelo de decomposição das estruturas simbólicas complexas em unidades simples e indecomponíveis – para o que foi decisivo o contributo prestado pela teoria russelliana do atomismo lógico e da doutrina russelliana das descrições finitas – permitiam assegurar às expressões linguísticas uma conexão com a realidade, fora da qual os enunciados não poderiam corresponder ao requisito da completude e de equívocidade que compete aos símbolos complexos”.

Esta ligação com a realidade é, portanto, apesar de estudada com especial relevância, quase um placebo no que à discussão diz respeito. Como a água que aglomera hidrogénio e oxigénio, sendo que na ausência de um deles não é, simplesmente, água. A linguagem, sem a realidade, não é a linguagem.

Ao longo de outros pontos teremos a oportunidade de explorar os usos que da linguagem se podem fazer. Nos Eixos 2 e 3 abordaremos culturas que seguem o conhecimento proverbial árabe que diz que não devemos abrir a boca, excepto se o que formos dizer for capaz de ser mais profundo do que o silêncio. Conheceremos, também, culturas onde o contrário é regra. De todas, pretendemos extrair uma conclusão mestra: a linguagem serve-se, para além do poder orientador e nomeador, do poder construtor:

“O fundo da questão reside em que o 'mundo real' é, em grande medida, construído inconscientemente na base dos hábitos linguísticos do grupo. Não existem duas línguas que fossem suficientemente semelhantes, para serem consideradas como representando a mesma realidade social. Os mundos em que vivem as diferentes sociedades são mundos distintos, e não simplesmente um só e o mesmo mundo, ao

qual se teriam colado etiquetas diferentes...” (Shaff, 1974: 105).

A linguagem alicerça-se, de facto, numa raiz social, mesmo que as línguas sejam diferentes. Usada, naturalmente, por todos, nem todos são capazes de lhe entender a força modeladora. No entanto, a linguagem que parece ser capaz de criar outros mundos, por vezes, é apenas ineficiente quando sobreposta numa realidade que extravasa as linhas da normalidade.

“Mesmo as palavras mais duras ficam aquém e dizem uma realidade à medida do homem, na fronteira do seu entendimento, quando é preciso ir mais longe, desembaraçarmo-nos de todas as ilusões, desligarmo-nos da razão, quebrar a linguagem para a poder abrir a novos e terríveis significados. E mesmo isso, para o elementar da vida quotidiano dos campos. «Dizemos “fome”, dizemos “fadiga”, “medo”, e “dor”, dizemos “inverno” e, ao dizer isto, estamos a dizer outras coisas, coisas que não podem ser ditas por palavras livres, criadas por e para homens livres, que vivem nas suas casas e conhecem a alegria e a tristeza. Se os Läger tivessem durado mais tempo, teriam produzido uma linguagem de nova dureza. Aquilo que nos falta para explicar o que é pensar o dia inteiro, ao vento, a uma temperatura abaixo de zero, tendo como único vestuário uma camisa, uns calções, um casaco e umas calças de tela, e no corpo a fraqueza e a fome e a consciência de que o fim está perto» (Levi, 2010, 128).

A ambivalência de forças dadas à linguagem oscila, então, entre os autores que vêem nela o último reduto da criação – capaz, portanto, de tudo traduzir – e aqueles, como Primo Levi, que assume certas realidades como intraduzíveis.

#### 1.4. A urgência e a aceleração

Nas sociedades que temos descrito como exemplos de grandes produtoras de ruído, literal e figurado, podemos traçar uma linha comum de algumas características e detalhes, que são um padrão. Uma delas é a sinonímia entre a paragem e a morte.

Nessas sociedades, normalmente mais industrializadas e de tipo profundamente citadino, especialmente localizadas a Ocidente, tem-se como sinónimos os vocábulos silêncio e parar. Isto é: aquilo que é tido quase como uma norma social, como largamente aceite, é o movimento, sem paragem alguma ou desaceleração. Na outra ponta está, obviamente, a inactividade, a suspensão.

A análise societária do silêncio vai mais longe. O silêncio, decorrente da interrupção, pode representar perigo. Diz-se neste tipo de espaços, num registo popular, que *parar é morrer*. Dir-se-á, por consequência, que parar é silêncio.

"Se, de repente, o silêncio ressoa como uma ruptura do barulho habitual do mundo, produz angústia. O exército inimigo chegou, nas trevas, avança e os animais calam-se, o próprio vento suspende o seu sopro, a progressão do crime e da morte parecem estar a par com um mundo expectante, à espera do irreparável, e esse silêncio ruidoso é um alerta lançado ao sentido do homem avisado que não vê nada de natural na extinção brusca dos sons" (Breton, 1997, 158).

Explica-se, com a sinonímia e com a descrição de David Le Breton, uma angústia que perturba não apenas a sociedade, como um colectivo, mas muitas vezes o indivíduo, que olha o silêncio e a solidão pelo mesmo prima e com o mesmo objectivo: evitar sempre.

Convoca-se, também para esta questão, a relevância dos média enquanto agentes produtores de opinião e formação. Foram os próprios que no *modus operandi* comunicativo, abordado no último Eixo nas suas várias variantes, engoliram o silêncio - e, portanto, a interrupção - e, com isso, construíram um modelo de exemplo que dilui dois tipos de acontecimento num apenas.

A questão mediática é convocada para este ponto, ainda que brevemente, pois é capaz de justificar uma parte do *problema*. Como é desmontado no Eixo Mediático, os média, para além de agentes de

informação e de entretenimento, são agentes de grande influência sobre um conjunto de pessoas normalmente muito alargada – os seus públicos e outros. Torna-se, por isso, claro que a concepção que os média fazem do tempo acaba por ser vastamente partilhada.

No contemporâneo, os média tendem a ver o relógio como um inimigo com o qual estão em permanente desvantagem. “A actualidade nunca acaba nem nunca se cala, não dá lugar ao silêncio que é onde a memória distanciadamente se constrói” (Cunha, 2001: 4). Os directos constantes, as entrevistas, os comentários e toda a parafernália de formatos mediáticos sugerem aos espectadores um ritmo muito intenso, muito preenchido, cheio de sobreposições. Sugerem-lhe, assim, uma urgência que nasce nas redacções e nos estúdios mas que rapidamente chega às casas onde os conteúdos são consumidos.

Esta urgência tende a calcar e a ignorar, de forma mais ou menos ostensiva, um tempo que não deve estar sempre submetido ao ruído. Como um mergulhador que de quando em vez vem à tona, tomar ar, para regressar às profundezas de novo.

“Para que a palavra fosse mediação, nomeadamente em relação a um passado que exista, teria de haver lugar para o silêncio distanciador, isto é a possibilidade de uma palavra que não aderisse tão imediatamente ao ensurdecedor ruído da actualidade” (Cunha, 2001: 4).

Qual interlocutor sem réplica, a actualidade da urgência, acelerada como um carro desgovernado, tende a ser ignorada:

“Palavras onde não há um outro, imediatamente insignificantes por falta de ouvinte, mesmo se o repisar delas demora a parar, esperança perdida, mas sempre a renascer, de finalmente poder interessar alguém. Palavras também do estrangeiro que não encontra quem fale a sua língua e a quem apenas resta o solilóquio, para não se deixar apagar. A impossibilidade de ser ouvido, por falta de valor próprio, conduz ao mutismo ou então à inflação de uma linguagem que corre como uma hemorragia de existência sem nenhum ouvido que a consiga parar” (Breton, 1997: 101).

Como referíamos há pouco, estas alterações artificiais no *velocímetro* do quotidiano, que surgiram grandemente no pós-Revolução Industrial, moldam, de forma consciente ou não, a percepção que fazemos do relógio e, num sentido mais alargado, o entendimento que fazemos da vida, enquanto

experiência diária:

“(...) a própria rapidez da nossa vida inibe a capacidade de auto-descoberta: em primeiro-lugar, porque uma vida à pressa proporciona poucas oportunidades de reflexão crítica; e em segundo lugar porque uma mente que está ligada ao circuito da sua cultura tende a ter falta de capacidade e de estímulo para se libertar de si própria” (Bertman, 1998: 77).

## 1.5. A modernidade líquida

A modernidade, abordada em pontos anteriores e também em pontos que se seguem a este, representa um desafio novo. O *estado líquido* deste tempo, promessa de amanhãs peçados de vantagens, é, afinal, fonte de anseios. “(...) hoje em dia, com o advento da modernidade líquida, o fantasma mais aterrador é o representado pelo medo de ficar para trás. Trata-se de um temor muito justificado, sem margem para dúvidas, quando se tem em conta o abismo que separa a quantidade e qualidade dos recursos (...)” (Bauman, 2006, 18).

Recorde-se que a era moderna prometia uma nova concepção de liberdade, que nascia, entre outros, da “experiência da opressão” (Bauman, 1989: 81). Essa opressão parece agora surgir pela mão da necessidade de uma atenção fortificada. “That is, attention, as an indispensable part of an expanding terrain of modern spectacle, becomes both a simulation of and compensation for a chimerical 'real' experience. As attention posed as fundamentally constitutive of subjectivity, 'experience' is increasingly resituated outside of collective, lived historical time” (Crary, 1999: 361-362).

Igualmente defraudada parece a promessa de uma regulação de forças que equilibraria a sociedade. O ônus passa, assim, para um domínio privado, de exclusão.

“Like so many other modern undertakings of public powers, the dream of purity has been in the era of liquid modernity deregulated and privatized; acting on that dream has been left to private – local, group – initiative. The protection of personal safety is

now a personal matter, and local authorities and local police are at hand to help with their advice, while land developers would gladly take over the worry from those who are able to pay for their services” (Bauman, 2000: 181).

Um dos pontos mais fortes, sob o ponto de vista das alterações deste novo tempo, é do relacionamento interpessoal. As comunidades, os vizinhos, os amigos, e com eles o lastro de relações, de episódios, de acontecimentos, marcos de uma existência e de uma resistência ao tempo e, porventura, a obstáculos vários, cedem lugar a um tempo sem tempo. Um tempo sem passado ou futuro, apenas uma muito fugaz passagem no presente, sem registo, sem fotografia que a comprove, sem testemunhas.

“In the meeting of strangers is an event without there is no picking up at the point where the last encounter stopped, no filling in on the interim trials and tribulations or joys and delights, no shared collections: nothing to fall back on and go by in the course of the present encounter. The meeting of strangers is an event without past. More often than not, it is also an event without a future (it is expected to be, hoped to be, free of a future), a story most certainly 'not to be continued', a one-off chance, to be consummated in full while it lasts and on the spot, without delay and without putting the unfinished business off to another occasion” (Bauman, 2000: 95).

Apesar disso, ou talvez por isso, a modernidade parece introduzir uma nova necessidade – pelo menos a esta dimensão. O homem é agora um “lugar de trânsito destinado a receber uma mensagem infinita. Impossível não falar, impossível calar, a não ser para escutar. A força significante da palavra desacredita-se ou enfraquece perante o imperativo de dizer, de dizer tudo, de que nada fique por dizer, de que reine uma transparência impecável que não possa deixar em suspenso nenhuma zona de segredos, nenhuma zona de silêncio” (Breton, 1997: 14-15).

## 1.6. Consumir tudo, consumir agora

A modernidade - e com ela a instantaneidade, a obsolescência sem fim, etc. - emprestam aos consumidores um novo conceito de pobreza. Já não aqueles que, de um ponto de vista material, tendem a ser incapazes de se auto-sustentarem, mas antes os que têm uma “incapacidade social e política para desempenhar o papel de consumir” (Bauman, 1989: 136). O novo pobre é alguém, segundo esta definição, que pode até ser capaz de satisfazer as suas necessidades materiais do quotidiano, mas que, por alguma *disfunção ou trauma*, não se sente capaz de entrar no carrossel do consumo. Quebra-se, assim, “uma versão moderna de liberdade [que é] caracterizada pela sua íntima relação com o capitalismo” (Bauman, 1989: 72).

Com este novo tempo, as necessidades surgiram também renovadas. A sociabilização, a importância da comunidade, a educação, a cultura, a arte, o desporto e uma boa saúde, o lazer são agora valores menores. O consumo é o mordomo-mor, objectivo último de uma existência.

“Para o sistema de consumo, um consumidor que gosta de consumir é uma necessidade; para o consumidor individual, gastar é um dever – talvez o mais importante de todos. Existe uma pressão para gastar; a nível social, a pressão da concorrência simbólica, da autoconstrução por meio da aquisição de diferenças e características, da busca da aprovação social através do estilo de vida e de associação simbólica; a nível sistemático, a pressão das companhias comerciais, pequenas e grandes, que monopolizam entre si a definição de uma vida boa, das necessidades cuja satisfação ela requer, e das maneiras de as satisfazer” (Bauman, 1989: 123).

Com este novo desenho, um conceito maior é reeditado: a liberdade. Já não como, por exemplo, a capacidade de expressão livre, ou, até, a livre circulação por um determinado espaço, mas antes uma articulação perfeita entre liberdade e capitalismo, incapazes de se dissociarem, numa “ligação inquebrável entre as duas [que] tornam a hipótese de uma poder existir sem a outra logicamente defeituosa, se não absurda” (Bauman, 1989: 72).

Esta alteração introduz alterações em conceitos-chave antigos, tidos como sólidos e com objectivos

definidos. "O trabalho era fundamental para a vida do indivíduo. Estabelecia a diferença entre riqueza e indigência, autonomia e dependência, posição social alta ou baixa, presença ou ausência de respeito por si próprio". A modernidade transfigurou este casamento: "o casamento duradouro (embora, talvez, nunca consumado) entre o trabalho produtivo e a emancipação individual terminou em divórcio. No entanto, a emancipação individual voltou a casar; desta vez com o mercado de consumo" (Bauman, 1989: 115-121).

Em última análise, depois de refeitos conceitos como a liberdade, o trabalho, o consumo, restará a alteração final: nas pessoas. "O comportamento guiado pelo cálculo meios-fins esforça-se por tornar as outras pessoas 'como coisas'; isto é, tende para privar as outras pessoas da escolha, e ao mesmo tempo torna-as mais objectos do que sujeitos da acção. Existe, pois, uma intrínseca ambiguidade na liberdade, na sua edição moderna, ligado ao capitalismo. A eficácia da liberdade exige que algumas pessoas permaneçam não-livres" (Bauman, 1989: 75).

## 2. Eixo espacial: a geografia silenciosa

A permanência mais ou menos duradoura num contexto e numa geografia particulares podem ser a fonte do vício do olhar. Isto é, o conhecimento profundo de uma determinada região, associado normalmente ao quotidiano e à zona de residência e/ou trabalho, amolece o olhar e os outros sentidos e deixa escapar não apenas o que já não somos capazes de notar, como também a impressão de que o mundo está dimensionado e pensado à medida do que vemos. Trata-se de uma constatação que serve quase todos, os que percorrem de manhã e ao final do dia os mesmos caminhos e ruas, que se cruzam com os mesmos monumentos e pontos de interesse, e os que, também, utilizam espaços públicos, como jardins e parques de cidade, aos fins-de-semana. É não mais do que um processo involuntário de *anestesia*. Deve prescrever-se, para este tipo de *patologia*, uma boa viagem, se possível fora de portas, que permita estalar a visão padronizada de uma determinada cidade.

De um ponto de vista, dir-se-ia, meramente ocular e palpável, esta realidade parece dificilmente ultrapassável. No plano não-material parece acontecer o mesmo, quase de forma consequente. O olho humano tende a assumir as suas raízes e hábitos culturais como não apenas seus, facto que poderá ter origem numa *europização* do mundo, que remonta, por sua vez, ao tempo colonial, das conquistas



além-fronteiras e além-mar.

“O 'primitivo' era tomado muitas vezes por lacônico, isto é mais dado ao silêncio. Sobretudo em contraste com o ocidental que na sua ânsia de um saber todo não parava de falar... e nunca mais parou, aliás. Embora esse saber totalizante (totalitário) estivesse ainda para além da quotidiana incontinência verbal exibida”  
(Cunha, 2014: 2).

A geografia no uso da palavra varia com alguma clareza num primeiro eixo ocidente-oriental, e, como explica Cardoso e Cunha (2001), também num sub-eixo primitivo–ocidental.

Existe, de resto, uma unanimidade de teorizações sobre a geografia do silêncio e de como a sua variação opera. Os exemplos prestados, mais à frente, farão prova de que comunidades diferentes, em diferentes latitudes ligam-se por opostos. Umas, pelo uso moderado da palavra. Outras, pela necessidade de um contínuo de discurso.

Entre umas e outras varia também a tolerância: se nalgumas se aceitam, por exemplo, a imoderação da palavra, noutras reprova-se gravemente, com castigos e punições.

## 2.1. Ocidente

David Le Breton (1997), autor de amplo pensamento sobre o silêncio-ruído, discorre sobre esta dualidade criando uma artéria paralela, quase simétrica, de nome latitude. Isto é, para o pensador francês, o ruído e o silêncio, e o entendimento que deles é feito, contextualizam-se numa determinada geografia, sem a qual perdem sentido. O mesmo é dizer que uma cultura ruidosa, por exemplo – que aprova o ruído nas relações interpessoais e sociais – deve ser olhada por dentro, analisando o contexto de nascimento e aceitação do ruído.

Trata-se de uma atribuição. “Só existem «silenciosos» e «tagarelas» em função do estatuto cultural do discurso” (Breton, 1997: 47). Portanto, para latitudes diferentes, concepções sonoras culturalmente diferentes.

A variação, no entanto, não se faz apenas no eixo geográfico, como este ponto pretende analisar, na

lente ocidental, em concreto.

"A distribuição do silêncio e da fala na conversação corresponde a um estatuto social e cultural diferente de outro, em relação ao lugar e ao tempo, igualmente variável de acordo com as situações e os seus protagonistas"

(Breton, 1997: 47).

Não só estão implicadas, assim, as referências passíveis de serem cartografadas, estão igualmente em jogo os personagens intervenientes – isto é, os falantes de cada região – e as situações particulares, por vezes, domésticas, do uso da língua.

A produção de um padrão é, ainda assim, possível. Esquecendo os personagens, as situações e os contextos, é verdadeiramente exequível a criação de um mapa-palavra, que, com a devida escala, serve os seus leitores de uma auscultação visual, através da geografia, do uso mais ou menos regrado da palavra.

Tomemos como vermelha a cor dos povos que usam a palavra abundantemente; laranja os que a usam de forma moderada; e verde, para os que são contidos na utilização da oralidade. Nesta legenda, metafórica, o ocidente teria a cor do uso que Lévi-Strauss (1974: 86) descreveu assim:

"A nossa civilização trata a linguagem de maneira que poderíamos classificar de imoderada: falamos a propósito de tudo, qualquer pretexto nos serve para falar, interrogar, comentar...Esta forma de abusar da linguagem não é universal; nem mesmo é frequente. A maior parte das culturas, que consideramos primitivas, usam a língua com parcimónia; não falam em qualquer altura nem a propósito de nada. As manifestações verbais são muitas vezes limitadas a circunstâncias prescritas, fora das quais se poupam as palavras".

O Ocidente pinta-se, portanto, de vermelho, talvez um vermelho carregado, atendendo à descrição do autor francês, e relembra o facto de noutras latitudes o fluxo palavroso ter uma intensidade mais baixa, mais contida.

Este hábito, se assim lhe podemos chamar, de muito conversar, de conversar sobre tudo e sobre

qualquer pretexto, arranca a modelação de um novo homem, adaptado a esta condição de uma conversa perpétua, que o molda, talvez definitivamente.

Neste homem de palavra cheia, que habita terras ocidentais, dá-se igualmente um fenómeno em que, de forma consciente ou nem por isso, é cedido um pouco de quem fala a quem ouve. Um processo que decorre da ideia, desenvolvida por Dinouart (1987: 65), de que o silencioso mantém, para si, um pouco de si. Isto é: quem fala abundantemente despende um pouco daquilo que deveria manter para si próprio. Como quem, ao atravessar um lago pantanoso, opta por um caminho mais fundo, onde porventura correrá o risco de colocar o pé onde não o conseguirá tirar, sem ajuda de outrem; ou como uma criança que arrisca uns passos mais no mar, em direcção contrária à praia.

“Nunca o homem está mais seguro de si do que no silêncio» (...) «fora disso, parece desfazer-se, por assim dizer, e dissipar-se no discurso, de modo que se torna menos seu que dos outros”.

Uma ideia que parece corroborada, em grande medida, por David Le Breton que, de resto, estende e desdobra o alcance que Dinouart lhe dá. Para Breton, também um autor francês, alguém que estudou estas hipóteses, ainda que num tempo muito posterior e com maior profundidade, o silêncio pode instituir-se como um escudo de guerra, que protege e ao mesmo tempo permite um ataque sublime. É, em última análise, uma defesa a uma investida; uma recusa em oferecer potenciais trunfos ao adversário.

“O silêncio apresenta-se, por vezes, como uma forma organizada de resistência, de recusa em conceder ao outro a mínima palavra que pudesse, involuntariamente, legitimar os seus desígnios, banalizar uma conduta que se espera de aprovação. Protesto passivo, mas poderoso, na medida em que nega qualquer reciprocidade com o outro, mata a linguagem na origem, recusando o seu reconhecimento pleno como parceiro no intercâmbio” (Breton, 1997: 84).

No lote dos países do ocidente, devemos ter em atenção o facto de que nem todos seguem a mesma cartilha. Apesar de ser tentador fazer uma descrição geral sobre toda esta região, ampla, como

sabemos, existem exceções naturais que não são de somenos importância social ou geográfica – o primeiro em termos de construção de diferença em relação aos países onde a palavra reina; o segundo numa lógica espacial, de tamanho desses países, ou regiões, onde esta diferença se constrói.

"Nos países escandinavos, por exemplo, preencher um encontro com frases ininterruptas para colmatar o silêncio, acabaria por ser mal visto. Num jantar entre amigos reina o «silêncio da mesa», que é costume cortar com «discursos». "No decurso de uma viagem de comboio, por exemplo, «durante a qual nem uma só palavra foi trocada com o vosso vizinho, este, à chegada, agradece a nossa companhia (tack för sällskapet)» (Gras, Sotto, 1981).

Torna-se particularmente curioso notar que o silêncio e o ruído, isto é, um uso mais ou menos frugal da palavra, podem conviver de forma tão próxima, num referencial geográfico. A zona escandinava, a que poderia ser atribuída uma cor laranja ou mesmo a verde, na simbologia atrás referida, está a umas breves centenas de quilómetros da Europa central e continental, de países como a Polónia, a Alemanha, a França ou a Inglaterra. Apesar disso, e talvez também por isso, a Suécia, a Finlândia e a Noruega encerram-se num grupo diferenciado no que a este tópico, desenvolvido neste ponto com particular incidência, diz respeito.

Fica mais claro o facto de o conceito de ocidente não ser líquido quando o assunto abordado é o tratamento que se dá à palavra, num sentido mais lato, e a concepção que se faz de ruído e silêncio nestes países, em particular, e nos outros, por comparação.

A justificação destes diferentes usos pode ser entendida pela mesma bitola de entendimento de Breton (1997: 53 e ss.), com uma majoração:

"O silêncio é entendido como uma medida de salvaguarda pessoal, de não comprometimento, de preservação da relação ao não expressar um desacordo, etc. Os laços sociais ficam mais protegidos, na sua cobertura de silêncio. O conflito nasce com a intrusão de uma palavra que não devia ter sido dita". (53 e ss.)

O autor de *Do Silêncio* (1997) acrescenta à ideia do recato da palavra, qual bastião de salvaguarda,

uma outra, diferente mas complementar: quem opta, num determinado momento, pelo uso da não-palavra está a evitar, porventura, um potencial conflito, uma potencial discussão. Isto é, contorna um atrito que poderia existir no confronto, por exemplo, entre dois argumentos diferentes. Um dos intervenientes na conversa abstém-se, calando-se, prevendo que o seu silêncio poderá determinar o fim daquele diálogo.

## 2.2. Oriente

Quando Lévi-Strauss (1974: 84) afirma que “a nossa civilização” trata a linguagem de forma “imoderada”, fá-lo estabelecendo, em primeiro lugar, um padrão geográfico e, em segundo, um padrão quantitativo.

Neste eixo, pretende-se analisar num registo geográfico a utilização da palavra, de forma particular, mas também a maior ou menor tolerância ao ruído, provenha das pessoas, de animais, de objectos, enfim, do quotidiano, de uma forma mais lata. A divisão que aqui se estabelece é não apenas natural, no sentido de ser a mais óbvia, como também aquela que se impõe na medida da realidade.

A dualidade ocidente – oriente está presente nesta questão. Percebemos no ponto anterior que o primeiro parece tolerar e conviver com um nível sonoro mais elevado, comparativamente ao segundo. De resto, não parece ser uma realidade nascida há apenas umas décadas. Os pontos 1.2.2. e 1.5., atrás desenvolvidos no *Eixo Dual: do silêncio, do ruído*, fazem abordagens diferentes a um momento da história partilhado, a modernidade, porque nos pareceu especialmente relevante cruzar o tema geral desta dissertação com esse marco histórico, do qual vivemos ainda hoje os efeitos. A teorização entre estas duas realidades tem acontecido com alguma regularidade e parece-nos acertada, na exacta medida, não mensurável com exactidão, ainda assim, em que alguns autores vêem na modernidade a fonte primária de ruído.

As diferenças sociais e culturais em que assentam as duas geografias - o Ocidente, por um lado, e o Oriente, por outro - são distintas o suficiente para que possamos traçar uma linha divisória que identifica claramente um e outro. Breton clarifica que “a distribuição do silêncio e da fala na conversação corresponde a um estatuto social e cultural diferente do outro, em relação ao lugar e ao

tempo, igualmente variável de acordo com as situações e os seus protagonistas” (1997: 47).

O lugar é, assim, um dos factores determinantes.

“In certain Oriental metaphysics, in Buddhism and Taoism, the soul is envisioned as ascending from the gross impediments of the material, through domains of insight that can be rendered by lofty and precise language, towards ever deepening silence. The highest, purest reach of the contemplative act is that which has learned to leave language behind it” (Steiner, 1979: 31)

Esta dualidade geográfica, de uma geopolítica do silêncio, tem uma ligação muito clara entre o entendimento que um e outro, Ocidente e Oriente, têm da noção de velocidade.

“Na realidade, essa velocidade pode ser uma das expressões menos reconhecidas, mas mais eficazes, dos valores de uma civilização. Os pontos de vista essenciais de uma cultura estão em muitos aspectos relacionados com o movimento: as sociedades que avançam rapidamente parecem exprimir certas características, enquanto aquelas que avançam de uma forma mais lenta tendem a exibir outras. As sociedades mais lentas, por exemplo, podem ter uma maior tendência para se agarrarem à tradição; as mais rápidas estão mais inclinadas para deixar para trás a tradição. Mas a velocidade, além de exprimir os valores da sociedade, pode também moldá-los” (Bertman, 1998: 153).

É, por isso, legítimo tentar uma ligação entre o silêncio e a lentidão – num sentido não pejorativo -, por um lado, e a fala permanente e a rapidez, por outro; como também entre o silêncio e a tradição e a fala contínua e a quebra da história. De resto, a tradição parece ser a retenção histórica de um passado no presente, tal como a “retenção da palavra traduz muitas vezes a tentativa de conservar o controlo da comunicação, de não se achar implicado num intercâmbio não desejado, é uma postura de observação, de escuta” (Breton, 1997: 79). Esta analogia é particularmente dinâmica no processo de compreensão e de ligações entre aspectos, à partida, diferentes e localizados em concepções distintas:

silêncio, lentidão, tradição e retenção; ruído, aceleração, quebra do tradicional e libertação.

A libertação, que é, neste particular, o oposto da prudência, do não oferecer tudo. "O silêncio é também um modo de defesa, de domínio sobre si, um recuo provisório que permite testar a determinação ou avaliar os argumentos do outro. A linguagem passa então a ser entendida como «um local de excesso» que desvenda, quando um silêncio bem pensado permite o controlo da situação. A medida rigorosa da palavra obedece a uma vontade de domínio sobre si, suscitado por uma preocupação de prudência" (Breton, 1997: 80 e 81).

Estas dualidades várias associam-se com fluidez a regiões geográficas também diferentes, ainda que num e noutro lados possam encontrar-se exemplos que contradizem a regra.

### 2.3. O urbano e o rural

No álbum *Bringing All Back Home*, lançado em 1965, Bob Dylan cantava na música *It's Alright Ma (I'm Only Bleeding)* que se *ele não está ocupado a viver, estará ocupado a morrer* – no original, *That he not busy being born is busy dying*.

Esta urgência que o cantor e compositor norte-americano revela na sua letra seria dificilmente entendida em meios pouco citadinos e, portanto, mais rurais dos países. No meio urbano, talvez fosse mais fácil compreender e até reconhecer sentido nesta máxima. Zygmunt Bauman (1989: 69) assume que "(...) o único terreno sólido que a pessoa pode desejar (e mesmo esse em vão) no turbilhão de impressões caóticas que o meio urbano moderno nunca se cansa de proporcionar, é a sua sua própria 'identidade pessoal'".

O sociólogo polaco desconfia até do único sítio que para ele poderá estar mais ou menos intocado pelo turbilhão citadino, o próprio 'eu'.

Esta condição frenética permanente ocorre com uma frequência incomparavelmente inferior em regiões onde a urbe não consome todo o espaço e onde a ruralidade e o verde são ainda marcas de uma existência menos beliscada. Por exemplo, os Manouches, um grupo étnico francês, que apesar de nómada, tende a instalar-se nas regiões periféricas francesas, adoptam um ritmo de vida e uma relação, por exemplo, com o silêncio que é interdita em qualquer região urbana: "(...) o silêncio

também é, entre os Manouches, uma maneira airosa de nunca ficar sem resposta, de não dar oportunidade, de escapar sem danos, nos interstícios da sociedade, por caminhos transversais" (Breton, 1997: 53).

Talvez o facto de haver uma incidência de uso de ansiolíticos e outros medicamentos para tratar estados depressivos nas grandes metrópoles, pudesse ser evitado com um recolhimento e uma serenidade semelhantes às experimentadas no campo. "Não admira que haja tantas pessoas a recorrer aos agentes químicos, no intuito de abrandarem ou acelerarem o ritmo de vida para acompanharem o mundo vertiginoso a que estão ansiosamente ligadas" (Bertman, 1998: 271).

O mesmo Stephen Bertman questiona-se se "será mesmo necessário sermos expatriados da nossa cultura para encontrarmos uma existência mais preenchida? Será necessário viajarmos para tão «longe da multidão delirante» para vivermos em paz?" (Bertman, 1998: 271).

As diferenças, por vezes abissais, entre as comunidades citadinas e as comunidades rurais parecem ter certos traços distintivos. Por exemplo, a identidade individual nas cidades parece diluir-se numa mole, onde a massa, com as suas características gerais, abafa os detalhes pessoais.

A realidade urbana, no entanto, parece predominar largamente, por razões que não iremos abordar, e as comunidades rurais parecem diminuir cada vez mais com o passar do tempo.

"No entanto, em raras regiões do nosso país [Estados Unidos da América] existem comunidades religiosas onde, em condições de inferioridade, ainda se respeitam os antigos valores espirituais. Essa prática acontece, por exemplo, entre os judeus Hassidic, de Nova Iorque, e os Amish, da Pensilvânia. Nessas comunidades, deliberadamente anacrónicas, é mais fácil a busca pessoal da integridade, porque o conceito de comunidade significa uma entidade especial onde o tempo e o espaço coexistem estruturalmente, de modo a criar e proteger cada membro contra os estragos provocados pela mudança" (Bertman, 1998 : 271).

As questões religiosas estão também presentes, em ambas as regiões mas por razões naturalmente diferentes. "Entre os humildes, e nomeadamente nos meios rurais, sobrevivem, mais ou menos conscientes mas profundamente enraizadas, velhas crenças vindas do mais distante passado neolítico, enquanto, mesmo ao lado, em meios civilizados, o mesmo culto será mantido, quer por um respeito



puramente conservador das instituições estabelecidas, quer por verem nele, interpretando-o artificialmente, um significado erudito” (Marrou, 1979: 61).

## 2.4. Os exemplos

De facto, existe uma quantidade grande de exemplos de que nos podemos socorrer, como forma de ilustrar realidades diferentes que dão usos igualmente diferentes à linguagem, de acordo com as geografias. Por exemplo, no Oriente, o caso japonês é digno de nota: “(...) a parte destinada ao silêncio na comunicação japonesa é completamente distinta da das sociedades ocidentais e mesmo da dos seus vizinhos asiáticos” (Breton, 1997: 49).

A cultura japonesa parece disposta a apostar num certo tipo de recolhimento, mesmo que as conjunturas, colectivas ou individuais, possam ser menos favoráveis. “O japonês dá mostras de uma sobriedade de gestos e de palavras e sai dificilmente da sua reserva. Interioriza as suas emoções e permanece, na aparência, impassível, apesar das contrariedades ou dos impulsos afectivos que possa sentir” (Breton, 1997: 49).

A questão da linguagem, e do uso mais ou menos moderado que se lhe dá, depende por vezes do entendimento que as culturas fazem da religião. No caso da cultura Quacker, por exemplo, “encontramos o mesmo gosto pelo silêncio, devido a uma visão do mundo que atribui o essencial a Deus e pouca coisa à linguagem, pelo menos à linguagem da carne (carnal language)” e o mesmo acontece com os momentos dedicados a Deus, nos quais “uma liturgia baseada no silêncio e na interioridade marca a oração quacre” (Breton, 1997: 49).

Um exemplo muito diferente do uso da linguagem é o do recurso ao silêncio forçado como repressão. Acontece em regimes totalitários – como poderemos perceber nos pontos 3.7 e 3.7.1. a isso dedicados – mas acontece também noutros contextos e noutras culturas.

“«Toda a aldeia – homens, mulheres e crianças – deixam de falar ao culpado e à sua família imediata. A rejeição é de tal forma total, que ninguém tem qualquer relação com ele ou com os seus parentes mais chegados. Como não é possível sobreviver

muito tempo nestas condições, devido à dependência mútua em que assenta a vida da aldeia, o culpado é rapidamente submetido e esforça-se por recuperar as boas graças do grupo» (Nwoye, 1985 citado em Breton, 1997: 92)

Se, por vezes, em contexto familiar ou doméstico, este tipo de silêncio é usado, até como eventual castigo dos pais sobre um filho que errou, é particularmente interessante e estimulante aceder a este exemplo dos Igbo, da Nigéria, em que uma comunidade faz uso deste tipo de repressão de forma enraizada e como regra pertencente de um sistema de valores.

Mas se, no caso desta comunidade acima referida, o silêncio é um acordo entre o(s) repressor(es) e o(s) repreendido(s), casos há em que a remissão ao silêncio é involuntária e indesejada, parte de um processo difícil de integração:

“Mais radical, definitiva, a redução ao silêncio por *défaut de langue* é um encerramento em relação ao mundo imposto a pessoas transferidas ou migrantes, que não têm qualquer capacidade para usarem a língua das sociedades onde se encontram. A sua própria fala parece destituída de sentido, é um equivalente ruidoso do silêncio, com o sentimento de já não existir, devido a essa privação de um modo elementar de reconhecimento próprio” (Breton, 1997: 94).

### 3. Eixo diferenciado: perspectivas do silêncio

Este eixo, o terceiro de uma série de quatro, é aquele que congrega um maior número de pontos. É o único grande tópico que não tem um tema dedicado – ao contrário do geográfico, por exemplo, ou o da escrita-leitura – o que não implica, no entanto, uma perda de identidade ou de cumprimento de objectivo. Trataremos, no Eixo Diferenciado, de um aspecto particularmente importante, que diz respeito à incapacidade de não falar, que num registo mais popular está associado à tagarelice. Também questões políticas terão lugar neste Eixo, como é o caso dos regimes de silêncio, como são as ditaduras e os estados totalitários.

A actualidade, dominada pela tecnologia, terá um espaço, no final, dedicado em especial às redes sociais e virtuais e ao silêncio e ruído que de lá podemos apurar.

Seguiremos, portanto, o *norte* que Claude Lévi-Strauss atribui à linguagem, não apenas como uma ferramenta mas também como um produto cultural: “pode-se, inicialmente, tratar a linguagem como um produto da cultura: uma língua, em uso numa sociedade, [que] reflecte a cultura geral da população. Mas num outro sentido, a linguagem é uma parte da cultura; constitui um dos seus elementos, dentre outros” (Lévi-Strauss, 1985: 86).

### 3.1. O silêncio, o fundador da alteridade

“(…) enquanto a escrita tradicional emprega a linguagem verbal, a escrita museológica utiliza essencialmente as linguagens visual e espacial. É na alternância de cheios e vazios, é na configuração e na estruturação recíproca dos espaços internos que ganha forma a narrativa deste texto *sui generis* que, para além de funcionar como tecnologia da memória, pode funcionar como *tecnologia da alteridade*” (Tota, 2000: 154).

Na obra *A Sociologia da Arte*, a italiana Anna Lisa Tota traça a configuração museológica, que aparentemente em nada se relaciona com o silêncio e o ruído. Quando percebemos, no entanto, que até estes locais reservados à memória, à conservação e à interpretação contêm “espaços cheios e vazios”, não podemos senão acreditar que também tudo o resto deve reger-se por esta equidade, por este equilíbrio entre o que é o silêncio e o que é o ruído – e as interpretações de equilíbrio entre ambos.

Os museus, na explicação de Tota, concedem esta dualidade de espaços porque sabem que os visitantes e fruidores clamam por ambos, pelo cheio e também pelo vazio. O mesmo é dizer que a linguagem museológica não funcionaria só de cheios – portanto, só de estímulos -, carece também de vazios, que serão preenchidos pelos observadores. Numa analogia infantil, diríamos que um livro de pintar não o seria se já fosse publicado pintado. Ora vem com desenhos e os seus contornos, sem as pinturas, ora vem com algumas pinturas já feitas, em jeito de sugestão. Nunca vem com as pinturas

completas, pois estaria a incumprir na sua função.

Os museus, inteligentemente, deixam aos seus *habitantes temporários* o espaço que estes lhes solicitam. Não apenas o espaço físico, obviamente, mas o espaço de interpretação e criação pós-artística. Também numa conversa, por exemplo, este processo é frequente. Se é uma conversa, e não um monólogo, damos e recebemos, falamos e ouvimos. Com equilíbrio. Sem o notarmos, ou talvez sim, estamos a fundar o espaço de pelo menos duas pessoas: o *eu* e o *outro*.

“Para Simmel a transparência que resulta da quebra demasiado impaciente do silêncio dissipa o mistério e reduz a aura da relação. O segredo é fundador de alteridade, permite o exercício de uma liberdade individual ao mesmo tempo que dá livre curso à diferença. Se fosse possível dizer tudo sobre si, ou saber tudo sobre o outro, toda a liberdade seria destruída. O desaparecimento do segredo é simultaneamente o desaparecimento do mistério. A sombra é necessária à luz” (Breton, 1997: 115).

Georg Simmel refere-se a essa quebra de silêncio, ou de um ruído exagerado, como um beliscar na aura da relação – que nasce, sabemos, de um certo silêncio, de uma capacidade de mostrar apenas uma parte e não o todo. Parece, portanto, que o ruído sem réplica, ou com uma réplica tímida, é um atropelamento do outro. Opera-se, então, num campo onde duas equipas jogam: a liberdade e a interação social:

“A necessidade de liberdade e a necessidade de interação social – inseparáveis, embora por vezes em desacordo uma com a outra – parecem ser uma faceta permanente da condição humana. De uma maneira geral, a acutilância com que cada uma delas é sentida, depende do grau em que a outra é realizada ou exagerada. O equilíbrio entre elas modifica-se quando passamos de uma era histórica para outra, ou de uma sociedade para outra” (Bauman, 1989: 88).

A fundação da alteridade, e, portanto, a fundação do outro, desenvolve-se num processo de consequência, em que o *outro* cria vários outros. As sociedades funcionam nessa base de criação de

muitos outros, capazes de juntos formarem uma comunidade, maior ou mais pequena. “Temos como dado primeiro o mundo objectivo: o mundo dos objectos físicos e o mundo dos fenómenos sociais. O nosso segundo dado são os indivíduos que vivem nesse mundo, percebem, pensam e, graças às suas funções cognitivas, agem. Os indivíduos, conjuntamente com os seus produtos, devem ser captados sempre *socialmente*. Os antropólogos que sublinham a unidade do indivíduo e da colectividade – unidade muito mais marcada nas sociedades ditas primitivas do que nas sociedades ditas civilizadas – dão-se perfeitamente conta dessa necessidade” (Schaff, 1974: 107).

A alteridade parece, então, ser uma necessidade mais evidente em meios menos desenvolvidos. Nas grandes urbes, essa criação entre pessoas, dilui-se entre o anonimato, restando apenas uma ideia do que uma comunidade poderá representar.

“There is commotion around the need of community mainly because it is less and less clear whether the realities which the portraits of 'community' claim to represent are much in evidence, and if such realities can be found, will their life-expectancy allow them to be treated with the kind of respect which realities command” (Bauman, 2000: 181).

Talvez possamos arriscar uma ligação entre as grandes cidades e os níveis sonoros tendencialmente mais elevados - e, pelo contrário, zonas rurais e níveis sonoros mais baixos. Na comunidade bamará, eminentemente rural, o ditado «Se a palavra constrói a aldeia, o silêncio constrói o mundo» é comum e, de certa forma, paradigmático (Breton, 1997: 72). Esse silêncio construtor, que se rege por uma ética social, cria e mantém o outro e as comunidades, fruto de um respeito altruísta.

### 3.2. O silencioso por virtude

As culturas que normalmente apreciam e aceitam socialmente a palavra usada com grande expansão reprovam o seu contrário. São faces opostas de uma moeda, que não é mais do que o meio por onde o diálogo, ou a sua ausência, flui: “O falador contenta-se com palavras para não ser atingido por elas, o

calado afasta-se da linguagem e encara-a como moeda falsa, cujo uso repudia. Recusando mergulhar no vulgar da comunicação, rejeita o meio” (Breton, 1997: 102).

Para compreendermos, então, estas duas opções devemos recuar até aos conceitos e percepções que estão na origem das categorias. Isto é, como saberemos perceber quem é o *silencioso* e quem é o *não-silencioso*? E por que critérios e que contextos são moldados?

Na obra *A Construção Social da Realidade* (2004), compreendemos que “a realidade dominante envolve por todos os lados, por assim dizer, e a consciência volta sempre para a realidade dominante como se regressasse de uma excursão” (Berger, Luckmann, 2004: 37). A evidência de que um *silencioso*, num contexto de *tagarelas* (na expressão de David Le Breton), sentir-se-á deslocado e, por oposição, um *tagarela*, num contexto de *silenciosos*, sentir-se-á igualmente deslocado, é muito clara. Um e outro grupos têm produzido um certo tipo de interpretação popular que despreza uma e outra opções. Por exemplo, para os que fazem um uso largo da palavra, o adjectivo *taciturno* tem uma conotação negativa. Mas para os que vêem a palavra com um bem escasso, o mesmo adjectivo é olhado através da sua origem latina, pois *tacere* significa, originalmente, calar-se. Diríamos que a rivalidade de mundivões é muito pouco contemporânea. De um lado e de outro, apontam-se vantagens e desvantagens das opções, ainda que sobre os *silenciosos* tenham sido identificados alguns detalhes que parecem criar um certo virtuosismo de personalidade. “Já Plutarco considerava a fala dos Espartanos, sem palavras supérfluas, clara e cortante como uma lâmina porque a tendência bem conhecida deste povo pelos aforismos, a sua habilidade em réplicas rápidas e certeiras, são o fruto de um longo hábito de silêncio” (Breton, 1997: 47 e ss.).

Se Plutarco via qualidades várias na “fala” dos Espartanos, já as culturas mais dadas à palavra incluem até um termo específico para catalogar quem não segue a mesma lógica. “Um homem cai no *esuf* quando está sozinho, afastado dos seus, presa da tristeza pessoal ou da melancolia de um lugar desolado” (Breton, 1997: 56). Este pode ser um estado tão preocupante que importa afastar o *esuf* com diligência: “Não há salvação fora do convívio social, fora, sobretudo, da partilha da palavra entre os homens. A conversa fluida esconjura os enredos nefastos do *esuf*. A ligeireza da linguagem esconjura os enredos nefastos do *esuf*. A ligeireza da linguagem, mesmo a insignificância do assunto, não embaraçam, muito pelo contrário. A comunicação supérflua não é desprezada porque contribui para dissipar o silêncio” (Breton, 1997: 56).

Nas culturas nas quais se faz uma valorização da palavra, que espanta o *esuf*, associa-se o verbalismo

da comunicação ao pensamento. Adam Schaff (1974: 187) questiona: “O verdadeiro problema não se põe, portanto, senão no momento em que perguntamos: «haverá um pensamento sem linguagem, um pensamento a-verbal?»”. A resposta é afirmativa: “Essa pergunta obtém, evidentemente, uma resposta afirmativa por parte das diversas versões do *intuicionismo filosófico*, o qual consideram, não só que é possível o *pensamento a-verbal*, mas ainda que é precisamente ele que é a fonte “do verdadeiro conhecimento” (Schaff, 1974: 187).

Não será, portanto, razoável olhar o *silencioso* como alguém diminuído, de alguma forma, na sua capacidade de pensamento e de expressão. E este ponto é particularmente interessante para resgatar outros tipos de comunicação que não apenas a verbal – apesar de poderem desembocar na linguagem e encontrar nela um sentido último - porque, entre outros, “(...) o 'pensamento' musical ou pictural não escapa à esfera da linguagem, e não se opera independentemente do pensamento *sensu stricto*” (Schaff, 1974: 202). Apesar de central, a linguagem é mais do que palavras com sentido.

“Mas o pensamento humano contém também essa imagística, com o mecanismo específico da reprodução do mundo e da criação de entidades que determinam a acção; e tal conteúdo tem a sua origem na etapa pré-linguística da orientação animal do mundo. Uma vez que, no conhecimento humano, esse conteúdo está ligado à linguagem, é evidente que é organizado e estruturado de maneira diferente; não obstante, constitui um elemento que escapa ao processo *puramente* linguístico” (Schaff, 1974: 190-191).

A linguagem enquanto *ferramenta* de utilização pouco moderada ignora, de certa forma, um entendimento que o homem moderno não tem mas que, por exemplo, na Antiguidade tardia, era um factor determinante. Ao falarmos constantemente, tendemos, de forma um tanto presunçosa, a sobrestimar a importância puramente humana. “Para eles [os da Antiguidade tardia], o mundo que se pode ver, tocar, apreender pelo conhecimento sensível, era apenas uma parte, e a mais pequena parte, do real. À sua volta sentiam a presença de uma multidão de seres misteriosos, superiores por natureza à humanidade comum, uns benéficos, que colaboravam com a Providência divina para o bem – quer temporal, quer espiritual – dos homens; outros, perversos, que procuravam causar aos homens todo o mal possível” (Marrou, 1979: 119).

O *silencioso*, quando não compreendido nas sociedades modernas, parece continuar a ser visto como um mudo, alguém a quem é infligida uma “rejeição real ou simbólica dos seus companheiros, se não for possível explicar a sua conduta, relacioná-la com algum desgosto pessoal, ou com uma timidez excessiva” (Breton, 1997: 59-60). Ainda assim, não se sentirá abandonado na medida em que a compreensão do pensamento e da expressão humanas estende-se muito para lá da linguagem meramente formal.

### 3.3. A ciência da *tagarellice*

Os Navaho, uma comunidade índia, trazida por Adam Schaff, na obra *Linguagem e Conhecimento* (1974), usam a linguagem de uma forma tão certa e objectiva que alguns verbos, usados, por exemplo, na cultura ocidental, não fazem sentido entre eles, na medida em que são pouco claros. “O Navaho nunca fala de uma acção qualquer de maneira abstracta, mas define sempre as circunstâncias concretas que a acompanham. Por exemplo, em navaho, o verbo 'ir' não existe, pois a forma do verbo exige que se precise, se se vai a cavalo ou de carro, a galope ou a passo, etc.” (Schaff, 1974: 126). Esta comunidade, ao usar uma linguagem que se poderia chamar de definitiva, que não deixa uma margem grande para perguntas ou dúvidas, elimina uma quantidade considerável de tempo que seria usado de forma dispendiosa.

Esta visão comedida do uso da linguagem é, no entanto, rara em várias regiões do mundo. A *tagarellice* é um prato comum, servido com frequência, sendo que o seu contrário, ao arrepio do que se poderá supor, não é o silêncio: “A palavra seria da ordem daquilo que se recebe, como dom até, a palavra dá-se e toma-se, também se conquista e não necessariamente contra o silêncio, mas contra o ruído e a *tagarellice* que não é mais do que um ruído de fundo que tende a dissolver qualquer fala racionalmente articulada e com sentido” (Cunha, 2001: 5).

Este sentido de dizer o que se dispensaria tem uma ligação com um défice temático. Quando o objecto abordado é comum, até repetitivo e por vezes fechado sobre o emissor, a conversa tenderá a ser apenas uma fala e o enfado surge. “A subjectividade humana só pode desenvolver-se se um material rico e variado lhe for proposto para despertá-la, estimulá-la e ocupá-la. Na falta de assuntos a partir dos



quais se pode desenvolver um trabalho interior, são as emoções e as representações mais arcaicas que vão impor-se, com o risco de, por vezes, coabitarem com um funcionamento racional muito sofisticado” (Anatrella, 1993, citado em De Koninck, 2003: 53).

Talvez por isso a arte seja considerada e fruída como uma disrupção do rotineiro, dos horários e das datas, das pressões e do trânsito: “o que a palavra poética diz não é da ordem do inessencial quotidiano e falador (*tagarela*). É antes da ordem do essencial, que é o que mais próximo está do silêncio (Cunha, 2001: 2). Neste seguimento, da arte como o encerramento da *tagarelice*, da conversa sem propósito, surge a necessidade do tempo livre, diferente do ócio simples. “A flor da civilização, as letras, as artes, as ciências, as boas maneiras, até as fantasias e as modas, são refinamentos que exigem lazeres. Uma sociedade só pode alcançá-los se os homens não forem, totalmente e sem interrupção, absorvidos pelas tarefas de uma necessidade vital” (Marrou, 1979: 12).

Cada tempo histórico produziu um entendimento particular sobre o tempo cronológico. A diferença entre a contemporaneidade e a Idade Média, por exemplo, parece ser grande. “Para o homem da Idade Média, o espaço e o tempo tinham muito mais valor do que têm para nós, apesar de dizermos constantemente que «não podemos perder um minuto...», enquanto ele dispunha liberalmente do seu tempo” (Marrou, 1979: 24).

A *tagarelice* ocupa necessariamente um tempo. E preenche, também, uma necessidade, que varia, como vimos no Eixo Geográfico, de acordo com as diferentes latitudes. E não só nas regiões menos desenvolvidas se faz um uso menos intenso da palavra. Existem exceções: “A vida no Atol de Nukuoro só faz sentido na sociabilidade de uma fala que circula sem descanso, tornando inconcebível a solidão que a acompanha” (Carroll, 1987, 111-112 citado em Breton, 1997: 55). Esta ilha do Pacífico quebra a regra de que as zonas mais verdes, menos urbanizadas, usam a palavra com parcimónia – dando-lhe uso mais instrumental e utilitário, em detrimento de um uso recreativo apenas, de conversa sem destino.

A *tagarelice*, exercida sempre com muita dedicação por quem a pratica, parece resgatar o mito clássico de Narciso – origem, afinal, do narcisismo, que provém do grego *narkê*, significado de «entorpecimento». O mundo vê-se reduzido a um sub-espaco pequeno, circunspecto, que não se alonga para lá do fundo da rua. O mundo verdadeiro não é o mundo, apenas uma visão que se tenta evitar.

“(…) o problema central continua a ser a fragmentação da visão social, agravada pela

influência de experiências fragmentárias exercida pelos *media*, principalmente pela televisão. Há muito que se realçou até que ponto os meios de comunicação de massa criam bolhas em que são abolidos o espaço, o tempo, a causalidade e em que a sensibilidade concreta face ao outro, à dor real, por exemplo, se torna grotesca. A crescente necessidade dos electrochoques administrados pelos espectáculos de extrema violência gratuita só pode ser explicada por um grau correspondente de embrutecimento: a ausência de espírito é compensada por sensações cada vez mais brutas. A nova geografia urbana e a velocidade dos transportes contribuem, além disso, para suplantar a percepção do espaço atravessado, porque dificilmente podemos dar a atenção necessária a cenas que se passam a alta velocidade” (De Koninck, 2003: 43-44).

O exagero continuado no uso da palavra tem algumas consequências que queremos aqui notar. A mais evidente é o descrédito a que o *tagarela* vota o seu, ou os seus, interlocutores. “Em contrapartida, o tagarela abusa da tagarelice e, sobretudo, não deixa qualquer espaço ao outro. Leva ao limite o recurso à comunicação sem conteúdo, faz mesmo uma caricatura dela, pela destruição simbólica do seu parceiro, a quem pede apenas um ouvido atento” (Breton, 1997: 66-67). A destituição do interlocutor, reduzido a um ouvido apenas, é conseguida pela destituição, por sua vez, do diálogo. As regras de uma boa conversa, civilizada, moderada entre ambos ou entre todos, cai por terra: “Ele desconhece a necessidade das pausas no discurso e os efeitos da palavra, ocupa o tempo da comunicação e satura as possibilidades do silêncio com a sua indigência de assunto, impondo ao outro o desconforto de o escutar. Reduz o seu parceiro a um simulacro, porque a sua impossibilidade de calar torna-o naturalmente inapto para escutar ou para simplesmente sentir a obrigação de cortesia a que esta está ligada” (Breton, 1997: 65-66).

Perguntamo-nos, a esta altura, se é então necessário um interlocutor. Porque não é capaz o tagarela de falar consigo próprio, sem a necessidade de criar um enfado mais ou menos profundo em outrem? Pois bem, por que apesar do tagarela falar apenas consigo mesmo, “(...) precisa do pretexto de um outro, de um duplo, de rosto indiferente porque, curiosamente, apesar da sua sede de discurso, não é capaz de falar sozinho, diante de um muro ou de um espelho, precisa da sombra do outro para dar corpo à sua verborreia” (Breton, 1997: 67).

Naturalmente, este processo não tenderá a repetir-se com uma grande frequência. Apesar da necessidade absoluta de falar, com um “rosto indiferente” e um “ouvido atento”, o *tagarela* tenderá a afastar quem já o ouviu. E fica em risco esta prática de uma fala sem réplica. “Plutarco, com graça, fala do vazio que se reproduz à sua volta, no teatro ou na praça, quando ele [o tagarela] se avizinha, o súbito mutismo do grupo surpreendido pela sua chegada, com receio de ser apanhado pelas suas palavras antes de descobrir motivos válidos para abandonar o lugar, «cada um receando o furação e o enjoo...(...)” (Breton, 1997: 68).

### 3.4. O sagrado silêncio

O silêncio, já vimos noutros pontos, está associado com alguma frequência ao recolhimento, à leitura e à escrita (ver ponto 3.10), a uma vida tendencialmente menos citadina e a outros contextos vários. Um dos mais comuns é o silêncio oratório da religião.

Os católicos, através do seu livro sagrado, podem encontrar inúmeras passagens que apelam a uma via de silêncio, de não usar a palavra com uma frequência que possa parecer, ou ser, de facto, desmesurada. “Vale mais pensar duas vezes antes de falar. Já a Bíblia, em várias passagens, ensina as virtudes do silêncio. O Eclesiastes recorda que há «um momento para falar e outro para estar calado» (3,7). Mais adiante, exorta o fiel: «Não dê pressa aos teus lábios, que o teu coração não se apresse a proferir uma palavra diante de Deus, porque Deus está no céu e tu estás na terra: assim, que as tuas palavras sejam escassas» (5, 1-2). «Quanto mais palavras, mais vaidade: Que vantagem tira o homem disto?» (6, 11), insiste” (Breton, 1997: 69).

A Bíblia insiste, portanto, na ideia de que os seus fiéis devem ser pessoas capazes de dosear com equilíbrio a palavra e o silêncio, sendo que este último é um *estado* aprovável de recato, de sobriedade, de dignidade até. O Cristianismo, ao longo da sua história de influência, foi estendendo por vários campos a sua palavra e a sua visão do mundo, levando no *bolso* este *modus operandi* de silêncio, no processo de globalização desta religião.

Da História, sabemos que nem sempre os cristãos tiveram este estatuto de domínio e de abrangência mundial.

“Na realidade, o Cristianismo só pouco a pouco se foi estendendo, silenciosamente, numa sociedade que o acolhia com reserva, desconfiança, hostilidade, embora não devamos exagerar a violência dessa hostilidade, pois que, em comparação com os genocídios do nosso tempo, as perseguições por ele sofridas no Império Romano parecem relativamente moderadas (espasmódicas e maior parte das vezes localizadas, foram interrompidas por longos períodos de paz relativa, de tolerância prática)” (Marrou, 1979: 55).

Esta profetização silenciosa, pela arte como por outras vias, respeita, naturalmente, a Bíblia e os ensinamentos que ela veicula: "Os Provérbios dizem que aquele «que sabe conter as suas palavras conhece o saber, um espírito frio é um homem de inteligência» (17, 27). Como consequência: «Protegendo a boca e a língua protegemo-nos a nós próprios da angústia» (21, 23). Mais ainda «mesmo o louco, se estiver calado, passa por sábio, por inteligente, aquele que fecha a boca» (17, 28). «Com o apoio dos homens justos nasce uma cidade, pela boca dos maus ela é destruída...O homem inteligente cala-se. É um propagador de maledicência aquele que revela segredos, é um espírito forte o que esconde as coisas» (11, 11 - 13). O silêncio é penhor da segurança colectiva, qualquer palavra impensada é portadora de corrupção, semeia a confusão, se não for cuidadosamente ponderada" (Breton, 1997: 70).

A promoção de um silêncio em torno de um deus não é surpreendente. As fundações de uma religião existem nessa base, em que a obediência e o respeito por um ser superior geram um estado de silêncio, um tempo prolongado de audição. “Unidos acerca de Deus, os homens sentem-se unidos pelo essencial. Sem esse acordo, nenhuma comunidade religiosa é possível, e fica ameaçada a própria comunidade humana” (Marrou, 1979: 65).

O silêncio na religião é, então, um pressuposto de base. Um silêncio que se liga às pausas, pausas laborais, normalmente associadas, por sua vez, aos tempos de ruído inferior, de descanso. “A Bíblia também descreve que o *sabbath* foi criado para comemorar o dia de descanso que o próprio Deus tirou depois dos seus dias da criação. No conceito do *sabbath* está implícita a ideia dos homens a saírem da actividade laboral e a entrarem numa zona de descanso, o acto de partirem de uma modalidade de tempo para outra”. O dia silencioso, de ócio, é à imagem do Deus: “Num dos Dez Mandamentos,

ordena-se ao homem que «não esqueça o dia de *sabbath* e que guarde esse dia como dia santo» [Exodus 20: 8-11]. O acto de santificar o tempo equivale ao próprio acto de Deus no sétimo dia quando «louvou o dia de *sabbath* e santificou-o» (Bertman, 1998: 270-271).

A ligação entre a religião e o silêncio parece ser de proximidade. Já podemos explorar, no ponto 2.4, do Eixo 2, que o silêncio é associado, por vezes e em algumas comunidades, ao castigo. Também na religião, isso acontece, talvez até com um histórico mais alargado: “O deus que se cala é um deus derrotado, destituído das suas antigas prerrogativas, devolvido à sua falsidade” (...) A obrigação social priva, às vezes, do direito da palavra um dos membros da comunidade. Deus puniu assim Zacarias, fazendo dele mudo, por ter duvidado, em determinada altura, que a sua companheira Isabel, estéril e idosa, pudesse dar à luz um filho” (Breton, 1997: 90).

O Cristianismo sublinha vezes repetidas a necessidade do silêncio, como rejeita a palavra desmedida. A Epístola de Tiago (3-2) refere que “aquele que não comete excesso de palavras é um homem perfeito, é capaz de dominar todo o seu corpo”. E também: «A língua... ninguém a consegue dominar: é um flagelo que não dá tréguas. Está cheia de um veneno mortal» (Tiago, 3-8)

Para além da religião, queremos recuperar mais dois exemplos da centralidade do silêncio em algumas comunidades. Começemos pelos Amishe:

"A fala é utilizada com parcimónia. Os ruídos, incluindo as palavras inúteis, são considerados como algo que desagrada a Deus e proscritos com severidade. A maior parte das vezes bastam algumas palavras para manter as relações correntes, nem que seja apenas um «sim» ou um «não». Prolongar mais é prova de ligeireza, representa o abuso de uma língua que é sempre considerada inferior em relação a Deus" (Breton, 1997: 52).

Os Tammari são outro exemplo paradigmático, onde a cultura do silêncio é um ensinamento dado desde cedo: "Uma criança Tammari conhece logo a necessidade de baixar a voz, no fim do dia, para não incomodar os espíritos subterrâneos que se apoderam do ambiente: as árvores, as rochas, os pântanos. Os espíritos horrorizam-se com o ruído dos humanos, sobretudo com as suas manifestações de voz, só as toleram sabendo que eles tomam precauções para tentar que os esqueçam (Smadja,

1996, 15)". (Breton, 1997: 72).

Em Portugal, em Évora, existe um exemplo de uma ordem religiosa, a comunidade Cartuxa, única no país, instalada no Mosteiro Scala Coeli, cujos monges obedecem à solidão e ao silêncio. De resto, são várias as ordens religiosas, de diferentes credos, que fazem do recolhimento e do silêncio, por vezes da oração, traves-mestras da sua existência, como comunidade.

### **3.5 Vende-se silêncio: a indústria da insonorização**

Apesar de um caminho aparentemente sem retorno, parece estar a irromper uma necessidade de regresso ao silêncio. Como estamos num mundo mercantil, onde quase tudo se vende e quase tudo se compra, o silêncio também integrou este lote generoso de produtos. Opera-se, portanto, num mercado de comercialização do silêncio, impossível que já está uma vida em ruído permanente.

“O direito ao conforto acústico (a preservação de uma parcela de silêncio) tornou-se um domínio sensível da sociedade, um valor unânime como resposta ao aumento do ruído ambiental. Pouco a pouco, o silêncio passou a ser considerado, no decurso dos últimos decénios, e sobretudo depois dos anos oitenta, como uma referência comercial de peso na promoção turística de uma região, de uma estada, de uma excursão (Le Breton, 1997: 173 ).

Uma nova indústria está a nascer e a ganhar fôlego a cada dia que passa. A insonorização é uma actividade em crescimento, acompanhada, devidamente, pela publicidade que vende estes novos produtos, capazes de isolar “as casas, os escritórios, as máquinas; atenuam-se os ruídos inevitáveis; já não se suporta que o ruído do motor do carro, do avião ou do comboio impeçam as conversas (Breton, 1997, 174).

O mesmo grupo de pessoas que reclama para si o barulho como a prova mais palpável da vida em movimento – e, em última análise, de que há vida -, apela ao silêncio como um intervalo insuflado de necessidade mental e, até, física. Mesmo a técnica parece estar a render-se, pelas mãos dos consumidores, nesta guerrilha sonora que criou uma nova indústria dedicada.

"Actualmente salienta-se o silêncio do motor de um automóvel, dos aparelhos domésticos, das máquinas de cortar-relva, etc. O argumento é um recurso eficaz de marketing. A indústria de insonorização teve um grande desenvolvimento nos últimos anos" (Breton, 1997, 174).

Chegou-se a um ponto de possível retorno. Depois do ruído, espera-se, a crer neste novo paradigma enunciado por David Le Breton, uma balança reequilibrada, na medida do possível pelo prato do silêncio. Uma conjuntura que, ainda assim, não se espera ver resolvida amanhã, no imediato. Para já continuar-se-á a classificar-se o silêncio como algo parco e, sob o ponto de vista comercial, caro. "Os residentes nos condomínios isolam-se, por meio da sua vedação, do caos e da dureza que tornam a vida urbana desconcertante, desagradável e vagamente ameaçadora, e ficam reclusos num oásis de calma e de segurança" (Bauman, 2006: 36).

### **3.6. Silêncio: uma questão de género**

O silêncio visto pela bitola do género é uma outra questão relevante. A gestão parece muitas vezes desequilibrada, por vezes de forma pouco perceptível por qualquer uma das partes – masculina e feminina – e com uma predominância para os homens (Breton, 1997). Aliás, esse facto parece corroborado na análise de conversas informais entre pessoas dos dois sexos, onde as interrupções partem, de uma forma sucessiva, dos homens sobre as mulheres, do masculino sobre o feminino (Lévi-Strauss, 1975).

Quando nos referimos a questões de género, como nesta análise, devemos necessariamente recuar e olhar as questões de igualdade e de justiça. "Todas as exclusões, todas as maneiras de eliminar praticamente o outro fazem parte da injustiça. Existem formas subtis, como a calúnia, a maledicência, o «assassínio civil» (destruir a sua reputação). Ainda mais manifestas são, porém, as múltiplas formas de intolerância e de discriminação: racismo, sexismo, fanatismo supostamente religioso (...)" (De Koninck, 2003: 142).

No domínio da arte, por exemplo, sabemos que esta se revela “sexuada quer nas poéticas com que é produzida e gerida, quer nas modalidades com que é consumida” (Tota, 2000: 178). Talvez por isso, a corrente do desconstrucionismo feminista “analisa as representações textuais da identidade e do corpo propostas pelo cinema, pelos romances, pelos quadros e por todos os artefactos culturais que os actores sociais femininos e masculinos têm de considerar, mais ou menos conscientemente, por forma a pensarem-se e nomearem-se a si mesmos” (Tota, 2000: 178). A necessidade desta corrente, que pugna por uma igualdade artística, na base de análises das produções várias neste domínio, nasce de um doseamento necessário entre diferentes. O que, por sua vez, acontece de um desequilíbrio entre géneros. “Criam-se assim os pressupostos e as condições efectivas para um espaço onde articular o antagonismo, entrevê-se um espaço público para dar voz ao silêncio das mulheres, para iniciar um projecto cultural e político na reapropriação de uma imaginário cultural e simbólico que finalmente fale e escute o feminismo” (Tota, 2000: 178).

O desequilíbrio claro homem – mulher, no livre uso da palavra, estende-se também, por exemplo, ao matrimónio cristão. Na Bíblia, são várias as passagens que apelam e como que normalizam essa desigualdade. Em Efésios (5:22, 24), pode ler-se: “as mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor... Como, porém, a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido”.

O conhecimento popular, nos seus ditados sem-fim, também sublinham e confirmam esta submissão, quando se repete que “atrás de um grande homem, estará sempre uma grande mulher”. A referência espacial não deixará dúvidas sobre o papel que a mulher deverá ter, neste entendimento popular.

O silêncio no género tende a ser predominante de um lado. Apesar das mudanças nas sociedades modernas, são ainda numerosas as culturas que apontam ao homem o lugar de destaque, público, com direito ao uso da palavra, com direito à produção de ruído, e a mulher, relegada para um plano de destaque menor, uma personagem secundária, quando não figurante, remetida ao espaço privado. David Le Breton (1997: 33), com ironia mas num tom grave, de repúdio por esta balança de género desequilibrada, afirma que “o silêncio tem um sexo privilegiado, mesmo se ninguém tem o privilégio ou o drama dele. De forma perturbadora, numerosas referências tradicionais insistem sobre o aspecto palrador das mulheres, sobre a insignificância dos assuntos que tratam, sobre o seu abuso de linguagem. Mesmo quando a mulher não diz nada, continua manifestamente a falar de mais”. Termina, sentenciando: “Postura paradoxal que torna a língua o monopólio de um sexo” (Breton, 1997: 33).



### 3.7. O silêncio político

A política, na sua origem dialéctica, faz-se da palavra – de argumentos, discursos, declarações, entrevistas, debates, etc. – mas faz-se também, de forma não menos politizada, de silêncios. Sendo igualmente um acto deste domínio, o silêncio é visto como essencial numa boa comunicação e gestão políticas. De resto, hoje é referido por alguns autores, como Tito Cardoso e Cunha (2001: 1), como um bem que escasseia: “(...) comunicar em democracia parece ser, hoje em dia, algo de cada vez mais ruidoso”.

O silêncio na política existe, no entanto, para além dos estados democráticos. Aliás, é fora da esfera dos chamados estados de direito que o silêncio, ou a sua imposição, mais parecem ter uma utilidade a quem dele se serve.

“O poder tem meios para reduzir ao silêncio a oposição, matando ou aprisionando os seus adversários, amordaçando a imprensa ou os intelectuais, quebrando qualquer vontade de luta. Destrói toda a palavra susceptível de o pôr em dúvida (Jaworski, 1993: 115-116 citado em Breton, 1997: 87).

“Os media são vigiados, toda a comunicação é dissimulada, os locais de diversão são fechados, as produções estéticas censuradas. O silêncio é um instrumento de resistência, mas também de poder, de terror, uma forma de controlar uma situação com mão de ferro. A censura é uma obrigação de calar ou de ver aquilo que se diz desfigurado. Ao interditar todas as manifestações hostis, ela estrangula a palavra à nascença acantonando-a no autismo, ou seja, impedindo-a de se espalhar para além da deliberação íntima” (Breton, 1997: 88).

A censura é, então, uma imposição de silêncio, exercida normalmente por uma entidade poderosa (um estado, por exemplo, ou um governo) sobre alguém com um poder menor (os cidadãos, as instituições, etc.). Existem, na história mundial, inúmeros casos de censura. Umhas exercidas com mais vigor, outras menos, mas todas com uma consequência partilhada: diminuir a liberdade de outrem. “O Oriente”, por exemplo, “aceitou submeter-se à tirania e ao terror policial, burocrático e fiscal do Estado totalitário do

Baixo Império, em que o contribuinte em falta podia sofrer, não apenas a confiscação, mas a prisão ou a tortura” (Marrou, 1979: 117).

De um ponto de vista político, a censura tem sido amplamente estudada. Talvez por ser um fenómeno que corre ao arrepio de uma normalidade, onde as garantias dos cidadãos estão em harmonia com os deveres e os direitos. Sabemos, por exemplo, que a “censura impõe o silêncio, corta a palavra, oculta. Se bem que ocultar seja da ordem do visível, que não do audível em que a voz se exprime rompendo o silêncio, o jogo metafórico da própria linguagem põe a invisibilidade do que ao olhar se oculta, ou é ocultado, a decorrer do que silencia a palavra e é portanto do registo do (in)audível” (Cunha, 2001: 1). O corte de palavra a que o autor se refere relaciona-se com o facto de a mesma palavra estar associada à desocultação, ao visível.

A opressão existe, também, para lá dos estados e da política repressora. As desigualdades financeiras criam relações de desigualdade, que podem gerar, por sua vez, distinções.

“Embora, como havemos de ver, o papel das cidades tenha deixado de ser tão preponderante na Antiguidade tardia, a verdade é que esta época não assistiu de modo nenhum ao atenuar daquele carácter elitista. Mais do que nunca, os humildes estavam submetidos ao domínio dos grandes proprietários” (Marrou, 1979: 119).

Quando as mordanças literais são, enfim, retiradas, é igualmente interessante notar que o “desejo de liberdade nasce da experiência da opressão, isto é, da sensação de não se poder deixar de fazer o que se preferiria não fazer (...)” (Bauman, 1989: 81).

Enquanto a privação continua, em estados ditatoriais ou em democracias aparentes, como parece ser o caso, por exemplo, da Hungria liderada pelo primeiro-ministro Viktor Orbán, mantém-se uma atmosfera de cinismo, de uma aparência profundamente enganadora.

“A censura produz silêncio em negativo, um defeito de comunicação, retira valor à palavra, privando-a de consistência, por não ter ninguém para ouvir e transmitir. O poder procura, desta forma, desenraizar a propagação da dissidência, forçando-o a ir por caminhos obrigatórios, impossibilitando-a de utilizar outros. (...) Impedindo a circulação da palavra, o poder baralha as convências, provoca a suspeição mútua,

porque às vezes não é cómodo pronunciar claramente uma objecção de consciência diante de pessoas cujas posições pessoais se desconhecem. O silêncio impõe-se então como uma forma de salvaguarda de si próprio, pela ignorância das ameaças escondidas no auditório. A censura provoca a desconfiança, fazendo temer a denúncia, a traição” (Breton, 1997: 88).

Os silêncios políticos dividem-se, assim, em dois grandes grupos: por um lado, o da censura, de regimes autoritários ou totalitários, por outro, o da gestão de silêncios, do político que não quer revelar o plano completo, do governo que aguarda a aprovação de uma medida ou o desfecho de um cenário partidário.

### 3.8. Viral: o ruído das redes sociais

Com as redes sociais veio um sem-número de novos conceitos e expressões, até então inexistentes em qualquer vocabulário. Por exemplo, quando um determinado tópico ou assunto está a ser partilhado de forma massiva, diz-se que se tornou como um vírus, viral, portanto, e que está a *incendiar* as redes sociais. Porque provoca a discussão, nuns determinados termos, porque é partilhado entre centenas, milhares ou milhões de pessoas, porque é recuperada pelos média, que fazem notícia desse *acontecimento*. Gera-se, como se imagina, um ruído visceral, poderoso, qual enxurrada sem controlo. Se em tempos os lavadouros públicos, onde as populações se serviam para lavar a roupa de cada família, eram espaços privilegiados de discussão trivial, com a rede virtual nasce um conceito menos convival: “Dir-se-ia que nesse processo de individualização, de que também fala Foucault, a passagem do mito colectivo ao mito individual, é o de um progressivo alastramento da tagarelice. O narcisismo é tudo menos silencioso. Faz até, habitualmente, muito barulho. Quanto mais se avança na procura da verdade íntima, da verdade no íntimo, mais se está a romper o silêncio” (Cunha, 2001: 4). As redes sociais emprestam aos seus utilizadores uma importância que não haviam experimentado. De repente, a possibilidade de difusão, seja de que conteúdo for, está disponível para qualquer pessoa, sem processo algum de curadoria, edição ou permissão. “A cultura do narcisismo é, tendencialmente, uma cultura bem pouco silenciosa, e muito dada à tagarelice (fofoca, como dizem os brasileiros). Por

isso se dá tão bem com os ditos meios de comunicação de massas” (Cunha, 2001: 4).

Os lavadouros públicos, agora mais vazios, senão mesmo vazios de todo, são sinal de um tempo em que as relações directas tendem a perder importância. A mediação, e, portanto, uma certa protecção, é o novo escudo, um ecrã de pixéis: “Os actuais medos nasceram com a irrupção simultânea da liberalização e do individualismo, numa altura em que se haviam tornado já frouxos ou quebrados os laços de parentesco e vizinhança que uniam com firmeza as comunidades e corporações (...)” (Bauman, 2006: 16). Irrrompe, por entre a rede social ruidosa, sempre em chamas, de assunto viral em assunto viral, um novo conceito de multidão: “A mudança que leva ao aparecimento da multidão solitária na modernidade foi emblematicamente referido por Lévi-Strauss num texto conhecido onde põe em contraste o silêncio do analista, à escuta do mito individual do neurótico, em contraste com o silêncio do selvagem a quem o xamane recita o mito colectivo” (Cunha, 2001: 4).

### **3.9. O ruído enquanto apagamento da memória**

O ruído enquanto apagamento da memória talvez comece nos média, absorvidos profundamente pela actualidade mediática, mas não se esgota nestes. “Quanto mais se fala mais se esquece. O discurso dos media que diz e produz a actualidade, delimita-a ao aqui e agora e transforma o real em algo que está em permanente evanescência, suspenso de um eterno presente que se prolonga sem fim como o fluxo incontido de uma torneira mal fechada”. Os agentes mediáticos socorrem-se, assim, no caso dos meios audiovisuais, de uma “palavrosa actualidade televisiva [que] é uma poderosa máquina de esquecimento. A actualidade, por definição, não tem memória. Ela existe num constante presente que ruidosamente passa e vai sempre permanecendo” (Cunha, 2001: 4).

Interessa, no entanto, esclarecer que “o silêncio, em psicanálise, é também um indício do não esquecimento, daquilo que resiste ao completo apagamento. É porque de algum modo resiste e subsiste na memória que isso se cala e silencia” (Cunha, 2001: 4 e 5).

Este esquecimento permanente talvez tenha como uma das suas origens uma rapidez e urgência permanentes, abordado com mais ênfase no ponto 1.4. O caso americano, trazido pelo autor Stephen Bertman, é, dir-se-ia, paradigmático.

“A América é cada vez mais uma sociedade em movimento, e o que antigamente era o *drive-in* (entrar de carro) está a ser agora cada vez mais o *drive-thru* (atravessar de carro). Uma casa funerária proporciona mesmo visitas *drive-thru*, em que o corpo está deitado atrás de uma janela de vidro e o livro de assinantes está ao alcance do visitante, consternado, que não precisa de parar” (Bertman, 1998: 165).

“Uma igreja de Nova Jersey oferece mesmo serviços religiosos expresso: uma rápida saudação, um breve pedido de perdão pelos pecados, uma curta declaração de fé, uma mini-oração, um pequeno cântico, um texto resumido das Sagradas Escrituras e uma prática de dois minutos” (Bertman, 1998: 165).

Este ruído que parece poder, de facto, apagar a memória é, vimos mais acima, mediático, também estudado em psicanálise, e lembrado quando não produzido. Entre amigos, por exemplo, numa conversa, o não ruído significa estranheza. “A palavra tem de ser protegida, como a chama de uma vela, na hora de dormir ou ao nascer do dia. «Aquele que se abstrai numa conversa entre amigos e dá mostras de se afundar nos seus pensamentos é imediatamente solicitado, entre risos, a sair do seu silêncio» (Casajus, 1989, 287 citado em Breton, 1997: 56).

O ruído mesclado com a urgência, profundamente interligados entre si e entre outros factores também determinantes, parecem conseguir produzir um efeito real de apagamento do passado, seja sobre detalhes inócuos, seja sobre assuntos de grande monta, como aspectos históricos.

### 3.10 Escrita e leitura

A questão do silêncio poderá parecer, numa análise menos cuidada ou mais superficial, uma questão marginal. A ideia provavelmente mudará quanto se compreendem, com algum detalhe, as mudanças concretas que o mesmo silêncio opera, muitas vezes sem a percepção humana consciente. Um desses exemplos é o dos actos de escrita e leitura que Tito Cardoso e Cunha (2011: 6) observa:

"Quanto à escrita, ela é uma arte que, tal como a pintura no dizer de Platão, se exerce em silêncio. Entre nós, contemporaneamente, a escrita é para ser lida em silêncio (escutada em silêncio). Sabemos que nem sempre assim foi. Provavelmente para Platão essa ideia seria absurda mas para ele e para os seus contemporâneos a fala com sentido não era tão perturbada pelo ruído ambiente. É o aumento desse ruído, a ponto de se tornar hoje literalmente ensurdecador, que nos leva a ter de ler em silêncio".

Escrita e silêncio parecem, hoje, seres de um habitat desprovido de ruído, o que nem sempre aconteceu, curiosamente. É uma nova forma de estruturar dois exercícios essenciais na vida de uma sociedade mas não apenas.

Acreditar que escrever e ler em ambientes diferentes - no caso, relativamente ao contexto sonoro -, não altera o conteúdo produzido e lido é uma falácia. A leitura, na impossibilidade de ser feita na presença de ruído, influencia directamente uma escrita que se adapta ao novo receptor, ao novo leitor silencioso. Importa classificar como sintomático que estas mudanças conceptuais na sociedade - ou, pelo menos, em algumas sociedades - revelam uma megalomania de abrangência, provavelmente maior do que alguma vez se pensou. Assim como a intervenção de fundo do ruído em excesso em aspectos aparentemente inócuos.

A importância de um regime de silêncio é especialmente grande nos processos de escrita e de leitura. A relevância toma outras proporções quando compreendemos que estes exercícios inestimáveis, praticados em condições sonoramente desapropriadas, toldam e inquinam o sentido original. Uma verdade que ocorre em sentido duplo: por um lado, o escritor, o investigador ou o professor (ou qualquer outro produtor de conteúdos escritos), vendo-se impossibilitado de aceder a um ambiente silencioso, escreve nas condições que lhe são permitidas, criando conteúdos moldados por essa envolvente; por outro lado, o leitor, condicionado por factores externos semelhantes, faz leituras que seriam diferentes se ocorridas em condições ideais. Uma bola de neve de acontecimentos sucessivos, condicionantes poderosos de sentidos.

Este imperativo da leitura e escrita silenciosas parece um conselho de reclusão, pouco apropriado à vida *on-demand*, que a contemporaneidade parece oferecer, sem que haja outra escolha. No entanto, esta dualidade entre os que vêem no silêncio um espaço de qualidade, útil, por exemplo, para ler ou

para escrever, e os que vêem no mesmo espaço um tempo desaproveitado, não é especialmente contemporâneo. “O caminho para a individualidade estava, pois, aberto aos poucos escolhidos somente. Passava pela concentração mística, pela cultura filosófica e por uma extrema piedade religiosa. Quem quer que seguisse esse caminho de estar preparado para acabar como um *sannyasin*, um mendigo filosófico ao estilo de Diógenes, um pilar de santidade ou um anacoreta do deserto. Era um caminho para os bem-aventurados, os contemplativos ou os desesperados – não, decerto, para os lenhadores e aguadeiros” (Bauman, 1989: 62). A escrita e a leitura, afastadas do ruído, parecem estar, assim, reservadas a uns poucos, que não *jogam* na roda grande do ruído, do movimento perpétuo, da notificação constante de que o mundo está ali, a clamar por atenção.

Numa perspectiva autoral, o silêncio ocupa, apesar de tudo, um lugar com relevância, diríamos, até, um lugar decisivo. David Le Breton (1997: 76) aponta alguns exemplos, de diferentes expressões artísticas, da literatura à música, passando pela pintura: “Se o escritor deixar em branco a página onde o leitor esperava uma resposta, se abandona os seus personagens no segredo das suas deliberações interiores, esquecendo por momentos o seu poder ilimitado sobre eles, se usa frequentemente pontos de suspensão ou elipses, como na literatura japonesa, ou ainda se usa uma escrita branca, como Camus no *L'Étranger*. As figuras estéticas do silêncio abundam (Van Deu Heuvel, 1985; Sontag, 1969; Jaworski, 1993; Jankélévitch, 1961; Cage, 1970). Na pintura também existe, através dos equivalentes simbólicos da monocromia (Klein), o vazio em que mergulham as formas, ou a criação de um ambiente evocador de silêncio, próprio da situação representada, dando-lhe uma ressonância metafísica (De Chirico, Hopper, etc.)” (Breton, 1997: 76).

Pode-se dizer, com alguma segurança, que o silêncio e o ruído, de forma naturalmente oposta, introduzem mudanças de fundo nos processos de escrita e leitura – e de qualquer produção ou fruição artísticas. A razão está no facto de o ser humano ser permeável a essas influências auditivas, não sendo capaz de se abstrair a um ponto tal que consideraríamos irrelevante o contexto auditivo envolvente. Assim sendo, ou existe a possibilidade de um retrocesso no tipo de ambientes – mais ruidosos, menos promotores de uma concentração – ou saberemos que a produção de agora em diante é concebida em condições com diferenças tais que as podemos notar nos resultados finais.

## 4. Eixo mediático

A pertinência de um eixo apenas dedicado aos média justifica-se, nesta dissertação, por si mesmo. Não é só um ponto de centralidade absoluta – com uma referência no título geral não por acaso – como é o elemento detonador deste projecto de investigação.

Para aqui chegarmos, tivemos de percorrer, naturalmente, vários outros eixos – uns mais laterais, outros profundamente centrais – que permitem ancorar este ponto cinco e os capítulos III e IV. A apresentação da análise empírica e a análise propriamente dita. A relevância deste último eixo teórico é ampliada quando notamos que essa componente empírica do trabalho, que se segue, decorre deste ponto, de análise dos média e do espaço que o silêncio e o ruído aí tomam.

Assim, feito o breve intróito que explica o ponto geral dedicado aos média e os seus respectivos sub-pontos, importa referir que reflectir e escrever sobre os agentes mediáticos, quaisquer que sejam, em quaisquer tipos de suporte, é também reflectir sobre a liberdade, aplicada em particular a estes actores das sociedades democráticas. Zygmunt Bauman (1989: 18) referiu-se à sua existência apenas quando colocada “em relação social; que, em vez de ser propriedade, fruição do indivíduo em si, é uma qualidade que faz parte de uma certa diferença entre os indivíduos; que só tem sentido como oposição a algum outro condicionalismo, passado ou presente”.

Nos sub-pontos seguintes, apontaremos propostas de reflexão sobre aspectos concretos que correm nos sistemas e nos meandros mediáticos. Levaremos na mão um objectivo apenas: compreender se a aceleração do mundo moderno, explicada com particular ênfase no primeiro eixo, está também a conquistar terreno nos jornais, nas televisões, nas rádios e em todos os agentes mediadores e curadores de informação.

### 4.1. Silêncio e comunicação: inconciliáveis?

“Esta [a palavra dos média] prolifera, já não sabe calar-se e corre o risco de deixar de ser escutada. Invasora e tranquilizante, institui uma comunicação baseada no único contacto em que a informação é secundária, onde é mais importante manifestar a continuidade do mundo” (Breton, 1997: 14).



Na comunicação, a actualidade da imoderação no uso da palavra é especialmente notória e parece ser regra. Uma ânsia de tudo dizer, a toda a hora – impulsionada em grande medida pela Internet e pelo ritmo que esta acarreta – é, hoje, uma das grandes linhas editoriais das redacções. Um caudal imparável e um imediatismo sempre presente irromperam nos relógios dos produtores e curadores de informação, *incendiados* pelo ritmo dos média audiovisuais.

Estas alterações mediáticas tem sido abordadas por alguns autores, que concentram o seu esforço, entre outros tópicos, no aumento do fluxo e da circulação noticiosas. John B. Thompson, na sua obra *A Mídia e a Modernidade* (1998: 188), traduz este conceito como uma “sobrecarga simbólica”.

“A crescente disponibilidade dos materiais simbólicos mediados pode não somente enriquecer o processo de formação do *self* pode também ter um efeito desorientador. A enorme variedade e multiplicidade de mensagens disponíveis pelos média pode provocar um tipo de 'sobrecarga simbólica'. Os indivíduos se confrontam não apenas com uma outra narrativa autobiográfica que lhes permite refletir criticamente sobre as suas próprias vidas, não somente com uma outra visão do mundo que contrasta com seus pontos de vista: eles se confrontam com inúmeras narrativas autobiográficas, inúmeras cosmovisões, inúmeras formas de informação e comunicação que dificilmente poderiam ser coerente e efectivamente assimiladas”.

Este caminho de alargamento informativo e de conteúdos, tende, naturalmente, a apagar um espaço silencioso (Steiner, 2005) e a fazer-se substituir por um rio onde a água corre permanentemente, e onde o afluente *soundbyitano* – dar relevância a uma parte pequena e apelativa de um todo completo – impera. Esse apagamento não se faz sem consequências. A memória de cada um é controlada pela “palavrosa actualidade televisiva [que] é uma poderosa máquina do esquecimento. A actualidade, por definição, não tem memória. Ela existe num constante presente que ruidosamente passa e vai sempre permanecendo” (Cunha, 2001).

Cria-se, assim, um género de vertigem mediática, que apoia e inflama, por sua vez, uma certa vertigem social, de *insilêncio*, de ruído permanente. Uma cidade incapaz de dormir, incapaz de se recolher e de se prestar à reflexão, tão pouco silenciosa quanto possível.

"Mas há outra [palavra] que muda de estatuto antropológico: a dos media, das redes, dos telefones, dos telemóveis, etc. Esta prolifera, já não sabe calar-se e corre o risco de deixar de ser escutada" (Breton, 1997: 15). Esta "palavrosa actualidade", como Breton, de forma inteligente, caracteriza, é um discurso não apenas de informação mas também de influência. Os média, convém referir, são feitos não apenas por quem neles trabalha – como os jornalistas – mas também por quem neles vê um meio a partir do qual podem moldar os seus públicos-alvo. Referimo-nos, à cabeça, aos políticos. Mas poderíamos também fazer referência às empresas, através da publicidade, a instituições várias, etc.

Aldo Gargani (1973: 91), filósofo e pensador italiano, acomodava esta nova ideia, actualizando a função da linguagem:

“Já não: «sem a linguagem, não poderemos comunicar entre nós» - mas sim: sem a linguagem, não podemos influenciar os outros homens, desta e daquela maneira; não podemos construir estradas e máquinas, etc. E ainda: sem o uso do discurso e da escrita, os homens não poderiam comunicar”.

A multiplicidade, hoje mais do que ontem, de agentes que fazem um uso mais ou menos permanente da palavra, torna os média um ponto de encontro e reunião ruidoso. Torna-se, então, necessário um papel de curadoria apurada, capaz de destrinçar o essencial do supérfluo, o ruidoso do silencioso, o incómodo do agradável. Por sua vez, torna-se também importante fazer reunir silêncios, como que pontos de descanso entre muito ruído.

Breton aponta claramente, na obra *Do Silêncio* (1997: 71), o apelo que a palavra guarda, e, em particular, a palavra audiovisual, acompanhada de som ou imagem, ou ambos. Não deixa, no entanto, de dar um relevo especial ao silêncio. “A palavra está no centro de comunicação, saboreamos a eloquência, a facilidade de assunto de quem sabe discorrer de acordo com as regras e ir buscar a ponderação do grupo, a sua experiência, as suas tradições, etc. Gostamos de ouvir os cientistas. Mas o valor da palavra atinge a sua medida plena com a cobertura de silêncio que a acompanha”.

O silêncio mediático pode parecer, numa primeira análise mais superficial, um trejeito inconciliável. Se os média – os jornais, a televisão, a rádio ou a web – são curadores e mediadores de informação e conteúdos, como poderão silenciar-se?

É nesse *insilêncio*, ainda que à partida não permanente, que os mesmos se fundaram. “Dão a cada

pessoa a sensação de se lhes dirigir familiarmente. São uma interrupção permanente do silêncio da vida, o seu ruído ocupa o lugar das conversas antigas” (Breton, 1997: 14).

Entretanto, nesta avalanche contínua, quase torrencial, pensar num retorno a um outro estado é crítico: “O verdadeiro drama seria o silêncio dos média, uma avaria generalizada dos ordenadores, em resumo, um mundo entregue à palavra dos mais próximos, só avaliações pessoais” (Breton, 1997: 14).

## 4.2. Os média-relógio

Os média parecem perder, assim, a sua pedra-de-toque, o seu objectivo primeiro: a utilidade. Mais do que prestarem uma informação de qualidade; mais do que serem agentes de informação sobre realidades distantes; mais do que serem agentes de formação, os média têm-se revelado marcadores de tempo.

A televisão ou o rádio ligados sem espectador algum – apenas como fonte de ruído e, assim, de presença que simula a do tipo humano, ou os jornais consumidos de forma ligeira e pouco precisa são dois exemplos de um novo tipo de agentes mediáticos: os média-relógio. Findaram, assim, os silêncios, as pausas que permitiam a reflexão e não apenas a certeza de uma continuidade *ad aeternum*.

Os média, especialmente os audiovisuais, estão agora mais próximo de um tipo de produção artística, que é usada, muitas vezes, como som de ambiente: "Como a música, ela transforma-se em elemento ambiental. Barulho regular e sem consequência no seu conteúdo, essencial apenas na forma. A sua mensagem não deixa de recordar que o mundo existe ainda e sempre." (Breton, 1997: 15)

Os média parecem, assim, votados a uma indiferença que não conheciam. Sem o poder de influência que tiveram noutros tempos – em que derrubavam ministros ou governos inteiros; em que descobriam fraudes de dimensões institucionais; em que actuavam como elementos-chave no equilíbrio de poderes na sociedade – os média podem estar a esvaziar-se.

Convém, então, recuar temporalmente para compreender as prováveis razões. Uma das mais apontadas liga-se directamente a uma liberdade financeira que uma grande maioria dos produtores mediáticos não têm. Os recursos são escassos, as receitas de publicidade diminuem e esses novos dados podem induzir uma nova realidade – de produções de conteúdos mais baratos, porventura mais pobres.

Bauman (1989: 10) teorizou sobre essa liberdade, aplicada a um título individual ou pessoal mas facilmente entendida a um grau empresarial ou institucional.

“A nossa expressão sugere que a única coisa que importa para nos tornarmos e mantermo-nos livres é o facto de a “sociedade livre”, isto é uma sociedade de indivíduos livres, não nos impedir de agirmos conforme os nossos desejos, e de nos limitar as possibilidades de sermos punidos por essas acções. Aqui, porém, a mensagem torna-se enganadora. A ausência de proibição ou de sanções punitivas é, de facto, condição necessária mas não suficiente para actuarmos de acordo com os nossos desejos. Podemos ser livres para sairmos do país se nos apetecer, mas não termos dinheiro para o bilhete” (Bauman, 1989: 10).

Quando se reflecte sobre a liberdade dos meios de comunicação, faz-se normalmente uma associação comum entre o jornalismo e os poderes políticos. Estes segundos são apontados, em regimes onde a democracia não vence, como os produtores de uma liberdade condicionada sobre os primeiros. Porém, não são os únicos capazes de criar esse tipo de limitação.

A liberdade de imprensa está, também, diminuída quando os recursos financeiros estão abaixo das necessidades e dos orçamentos ideais. No lugar de uma grande reportagem sobre um possível escândalo financeiro de uma multinacional, estará um programa de opinião política, feito em estúdio, com muito baixos recursos financeiros e humanos; no lugar de uma investigação às contas de um ministério, estará um conglomerado de notícias compradas a uma agência, nacional ou internacional, por um valor muito reduzido.

No entretenimento, o mesmo tende ou tenderá a acontecer, seguindo a mesma lógica.

De um ponto de vista conteudístico – e não financeiro – têm sido comuns as opções mais vendáveis, independentemente da qualidade, em detrimento de produtos com mais qualidade e maior capacidade de fazer cumprir um pressuposto-base dos média: a formação. Esta opção pode ser própria, isto é, uma decisão editorial e de programas, ou uma força do mercado, pelas escolhas semelhantes da concorrência.

Seja, então, um problema financeiro, seja uma opção mais ou menos livre, estas duas grandes razões podem ser um indício da perda de atenção e de poder que os média têm vindo a sofrer.

Os meios de comunicação, ao tornaram-se apenas um adorno doméstico – seja pela televisão ou rádio ligada sem espectador, ou pelo jornal lido em minutos – incorrem no mesmo erro que os *tagarelas*. No ponto 3.3, do Eixo 3, abordamos esta questão. Como cada um de nós, os média poderão entrar num género de “estética da banalidade do quotidiano”, uma “espécie de política da enunciação, assinalando o privilégio, pelo menos nas nossas sociedades ocidentais, da palavra sobre o silêncio. É um modo de cuidar do vínculo social, uma maneira de verificar que a vida continua e não prepara nenhuma surpresa desagradável” (Breton, 65-66).

### 4.3. A desinformação

Parece ter-se substituído o silêncio mediático por algo mais frívolo e instantâneo: a curiosidade, os *faits-divers*, o insuspeito, o inusitado. Como a figura de um palhaço circense, surge a desinformação (Rieffel, 2003). Filha da instantaneidade e do imediatismo, a desinformação desenvolve-se em torno de informação noticiosa sem critério, que tem, no entanto, vantagens: permite que o jornalista tenha um trabalho reduzido – quando comparado com o jornalismo sério e mais profundo - e capta, normalmente, uma audiência bastante mais alargada, convidada por títulos que tendem a roçar o sensacionalismo e o impactante. Claro que o preço a pagar pela adopção dessa estratégia é, num prazo não muito longo, a cedência à informação-espectáculo (Dayan, 2009).

Este tipo de opções, dos editores e das direcções de informação, decorrem do facto do “teor da mensagem” ser “muitas vezes acessório. Resulta daqui o paradoxo, referido por David Breton, de uma «sociedade altamente comunicante e fracamente coincidente». Uma palavra sem presença permanece sem efeito concreto sobre um ouvinte sem rosto” (Breton, 1997: 14).

No entanto, se à partida parece sedutor pensar que este é um problema apenas dos mediadores – portanto, dos média – numa análise mais apurada, podemos duvidar desta linha de pensamento. Os consumidores, sabemos, são também eles produtores, na medida exacta em que influenciam, de forma mais ou menos directa, quem para eles escreve ou produz – jornalistas, produtores de entretenimento, etc.. Todos trabalham numa auscultação tão próxima quanto possível do que são os desejos de quem compra os produtos – como acontece, de resto, com qualquer outro tipo de produto

vendável. O que nos leva a pensar que os consumidores de uma forma geral poderão não estar a desgostar deste tipo de informação leve, pouco precisa, por vezes.

“Apoiadas no senso comum (isto é, nas opiniões de todos os outros) as nossas convicções parecem-nos tão bem fundamentadas – realmente evidentes em si mesmas – que, de um modo geral, abstemo-nos de fazer perguntas minuciosas acerca da sua validade. Não perguntamos de onde nos vieram originariamente tais convicções, e qual a experiência que dá força à sua credibilidade” (Bauman, 1989: 11 e 12).

Importa, também, esclarecer, como fizeram os autores que dedicaram estudo a estes temas, que a apropriação que os receptores fazem das mensagens mediáticas depende, claro, de factores que ultrapassam largamente o controlo dos próprios meios de comunicação. E sobre estes, os média não tem qualquer tipo de influência ou poder de alteração. Este dado é tão mais importante quanto mais hermenêutica for a mensagem. “(...) a importância que as mensagens da mídia tem para os indivíduos e as maneiras de usar os materiais simbólicos mediados depende crucialmente dos contextos de recepção e dos recursos que os receptores têm à distância para os auxiliar no processo de recepção” (Thompson, 1998: 155).

A desinformação é, assim, uma faca de dois gumes. Por um lado, os média têm uma responsabilidade, natural, que lhes está imputada, mas não é o *bolo* completo. Uma fatia, maior ou mais pequena, está reservada para os consumidores. Por outro, terão consumidores que não exigem conteúdos responsáveis desse ponto de vista.

A desinformação é um ponto especialmente relevante na exacta medida em que os “acontecimentos mediáticos interrompem o ritmo da vida das pessoas e polarizam-na. O momento transcendente comanda a atenção, excluindo tudo o resto. A interrupção é definida não apenas como um 'tempo de lazer' mas também com um 'tempo sagrado' (Dayan & Katz, 1999: 187).

Nesta definição da importância dos média, na obra *A História em Directo – os acontecimentos mediáticos na televisão* (1999), os autores, num tempo anterior à importância que a Internet ocupou, traçam o problema de um grau elevado de desinformação ao explicaram a relevância dos acontecimentos mediáticos. Se uma voz poderosa e persuasora lança uma notícia pouco

fundamentada, ou mesmo falsa, terá por certo uma influência tão grande quanto a sua audiência. No caso concreto da televisão, esse poder multiplica-se com alguma rapidez por vários milhares de espectadores, distribuídos por regiões diversas do país e do mundo.

Sabemos que a televisão permite que a história aconteça, de facto, em directo – como o título da obra dos autores Daniel Dayan e Elihu Katz refere. A cena política foi uma das áreas que mais esforço teve de fazer para se adaptar a esta nova realidade. Os actores e os acontecimentos políticos vivem, hoje, sob um profundo e contínuo escrutínio político, que provém em grande medida da televisão e do poder que esta *empresta* aos espectadores:

“(…) os acontecimentos mediáticos constituem um poderoso meio de agir sobre a «agenda política» ao encorajar ou inibir a expressão de preferências, valores ou convicções. Por um lado, os acontecimentos mediáticos tendem a inibir manifestações percebidas como hostis aos valores veiculados pelo acontecimento. Os potenciais dissidentes são, em geral, votados ao ostracismo. Por vezes, no entanto, um acontecimento pode romper uma 'espiral de silêncio', permitindo a expressão de atitudes impopulares anteriores, relativamente a determinados pontos. As visitas papais à América Latina, por exemplo, estimularam uma série de proclamações de teólogos da libertação” (Dayan & Katz, 1999: 191).

Esta responsabilidade que a televisão, em particular, carrega não pode ser senão usada com uma disciplina e deontologia muito apuradas e certeiras. Sob pena de se incorrer num processo, porventura sem retorno, de falseamento da informação ou da emissão de conteúdos que não são, de todo, informativos.

#### **4.4. A informação-espectáculo**

O ponto relativo à desinformação conduz a vários outros. Um deles, que pretendemos abordar neste tópico, é da informação-espectáculo.

Este tipo de informação tende a ser atrelado aos meios de comunicação audiovisuais, com particular

incidência na televisão. Zygmunt Bauman (1989: 127) aponta o facto de “alguns estudos recentes” insistirem “em que a televisão faz mais do que apresentar o 'mundo real' como drama; transforma-o num drama, dá-lhe a forma de acontecimento dramático. Sob o impacto da televisão o 'mundo real' torna-se na verdade semelhante a um drama teatral”.

Também Georges Balandier se refere, na obra *O Poder em Cena*, à capacidade da imagem, e da imagem televisiva, e à relação dos agentes políticos com esta:

"As técnicas audiovisuais de que o poder dispõe, permitem uma dramatização constante ou quase, e assim menos dependente do ciclo anual do cerimonial político. Melhor equipados para produzir imagens, os governos encontram-se todavia na situação paradoxal de ver esta capacidade enfraquecer pelo seu próprio uso. Têm de aprender a dominar uma nova tecnologia do simbólico e do imaginário, uma nova forma de dramaturgia política" (Balandier, 1999: 97).

A informação-espectáculo, associada por Bauman e Balandier à televisão, tem como génese e como base construtora “uma palavra” que se faz “simplesmente escutar [faltado-lhe] o conteúdo, tanto na sua emissão como na sua recepção, não conhecendo, portanto, nem a reciprocidade nem o silêncio que alimentam qualquer conversa” (Breton, 1997: 15).

A desinformação, abordada no ponto anterior, e a informação-espectáculo, parecem ter em comum a origem. Se no ponto relativo à desinformação referiamo-nos a determinadas variáveis económicas, neste ponto podemos repetir sem erro a abordagem, mas devemos antes observar um tipo de conceito que provoca, em grande medida, esta não-informação: a privacidade.

“Se a liberdade completa é mais uma experiência mental do que prática, a liberdade numa forma mais atenuada é praticada sob o nome de 'privacidade'. Privacidade é o direito de recusar a intromissão de outras pessoas (como indivíduos ou como agentes de alguma autoridade supra-individual) em lugares específicos, em momentos específicos ou durante actividades específicas. Enquanto goza de privacidade, o indivíduo pode estar 'fora das vistas', certo de não ser observado e por isso capaz de se dedicar seja ao que for que queira dedicar-se, sem medo de reprovação” (Bauman,



1989: 84 e 85).

O conceito de privacidade inteligentemente desenvolvido por Bauman, é, através da devassa, destruído para construir um certo tipo de informação. Os média em geral – e a imprensa 'cor-de-rosa' em particular – alojam este tipo de informação muito vendável. Dá-se, assim, um *calcamento* de um direito não alienável como é o da privacidade – de que anónimos e menos anónimos parecem prescindir levianamente.

Parece importante destrinçar, neste momento, de forma inequívoca que a informação-espectáculo não deve ser confundida com a informação que contém escândalos. Nelson Traquina, autor com uma muito ampla produção de conhecimento sobre o jornalismo, clarifica, ao afirmar que é “o valor-notícia da infracção que está associado a um tipo de acontecimento fulcral para a comunidade jornalística, ou seja, o escândalo, como o «caso Watergate». Este tipo de acontecimento corresponde à situação mítica do jornalista como «cão-de-guarda» das instituições democráticas” (Traquina, 2002: 193).

O caso Watergate, trazido por Nelson Traquina, é paradigmático. Dois muito jovens jornalistas, do Washington Post, noticiavam no dia 18 de Junho de 1972 que o então presidente americano Richard Nixon sabia das escutas ilegais no edifício que deu o nome ao caso, sede do Comité Nacional Democrático. Essas ligações, descobertas pelos jornalistas através de uma fonte, o Garganta Funda, levaram à demissão do presidente norte-americano. Tratou-se de um escândalo, abordado pelos média não pela bitola da desinformação ou da informação-espectáculo – nos antípodas destes, aliás.

A informação-espectáculo parece não ser considerada sequer no domínio do jornalismo mas antes do entretenimento. E o 'novo jornalismo', que veio substituir o jornalismo de opinião, não integra naturalmente esta concepção do espectacular. Rejeita-a, apesar da “comercialização da imprensa [ter tornado] o jornalismo mais independente dos laços políticos e [ter transformado] a actividade também numa indústria onde um novo produto – as notícias como informação – era vendido com o objectivo de conseguir lucros. A nova ideologia pregava que os jornais deveriam servir os leitores e não os políticos, pregava que a imprensa trazia a informação útil e interessante aos cidadãos, em vez de argumentos tendenciosos em nome de interesses partidários, pregava factos e não opiniões” (Traquina, 2002: 35).

Esta evolução jornalística, da opinião para a notícia, do velho jornalismo para a *penny press*, não reserva lugar para a *espectacularização* dos acontecimentos noticiados.

Parece importante, de qualquer modo, criar mecanismos próprios, de cada consumidor de informação, para que possam “encontrar as novas terapias capazes de tirar os homens dos fascínios que os

subjugam, ensiná-los a governar as imagens e a não deixar que elas sirvam para capturar a sua liberdade” (Balandier, 1999: 117).

#### 4.5. A influência recíproca média-sociedade

“Todas as vontades são livres, mas algumas são mais livres do que outras: algumas pessoas que, consciente ou inconscientemente, desempenham a função de educadores, instilam (ou modificam) as predisposições cognitivas, os valores morais e as preferências estéticas das outras, e introduzem assim certos elementos comuns nas intenções e resultantes acções dessas outras pessoas” (Bauman, 1989: 16).

A visão *baumaniana* da liberdade, disponível igualmente para todos mas, afinal, com variações, aplica-se com especial acuidade e pertinência à influência que os média e a sociedade exercem um sobre o outro. Esta influência é, de forma transversal, aceite por todos aqueles que dedicaram parte dos seus estudos a este tema em particular. Mas há um ponto especificamente importante sobre esta troca de influências: o poder. Esta dimensão só é manifestada com este enlevo no tipo de sociedade em que hoje vivemos. “Os estudiosos e analistas da sociedade contemporânea manifestaram repetidamente a opinião de que o pensamento e a acção do indivíduo moderno são fortemente influenciados pelo facto de estarem expostos às chamadas 'comunicação dos mass media'” (Bauman, 1989: 124).

John B. Thompson (1998: 20), também estudioso deste tipo de temas, é inequívoco ao afirmar que se “tornou lugar comum dizer que comunicação é uma forma de acção” e, portanto, de movimentação entre *jogadores* que se movem num tabuleiro de influências. Quero isto dizer que a comunicação não é apenas um acto ingénuo de veicular algum tipo de mensagem. Estão, naturalmente, acoplados produtos diferentes que tornam essa mensagem mais ou menos poderosa, mais ou menos persuasiva, etc.

E se, numa análise mais distraída, podemos pensar que estamos a falar de comunicação política, por exemplo, e não de comunicação mediática, como a isso nos propomos, convém lembrar que o “poder manifestamente político é somente uma forma mais especializada de poder, e de que os indivíduos normalmente exercem poder em muitos contextos que pouco ou nada têm a ver com o

estado. Assim fazendo, eles exprimem e ajudam a tornar relativamente estáveis as relações ou redes de poder e dominação entre os indivíduos, e entre grupos de indivíduos, que ocupam diferentes posições nos campos de interação” (Thompson, 1998: 21 e 22).

Para melhor compreendermos este tipo de influência, a que este ponto se dedica, e que pretende apurar de que forma os consumidores dos média e as instituições de produção mediática se influenciam, podemos olhar as formas de poder.

John B. Thompson (1998: 25) sintetizou-as e dividiu-as em quatro, normalmente aceites desta forma: o poder económico, que diz respeito a recursos materiais e financeiros; o poder político, de autoridade; o poder coercitivo, em especial o poder militar, que diz respeito à força física e armada; e, por fim, o poder simbólico, dos meios de informação e comunicação.

Se dúvidas restassem sobre a capacidade de influência dos média sobre os seus espectadores e consumidores, ficariam dissipadas quando se analisam os tipos de poder que um estado desenvolve e sobre os quais se funda. O poder simbólico, ainda que não use da força ou do poder da lei escrita, é igualmente um poder de uma enorme importância e eficácia.

Concentremo-nos – depois de termos confirmado a existência de uma verdadeira influência – nos receptores. Serão os consumidores mediáticos presas fáceis? No sentido em que poderão ser facilmente influenciáveis pelas técnicas apuradas de jornalistas e produtores de conteúdos.

“Devemos abandonar a ideia de que os destinatários dos produtos de mídia são espectadores passivos cujos sentidos foram permanentemente embotados pela contínua recepção de mensagens similares. Devemos também descartar a suposição de que a recepção em si mesma seja um processo sem problemas, acrítico, e que os produtos são absorvidos pelos indivíduos como uma esponja absorve água. Suposições deste tipo têm muito pouco a ver como o verdadeiro carácter das atividades de recepção e com as maneiras complexas pelas quais os produtos de mídia são recebidos pelos indivíduos, interpretados por eles e incorporados em suas vidas” (Thompson, 1998: 31).

Thompson responde à pergunta acima formulada de forma categórica. Não estamos a tratar de uma absorção sem critério, sem crítica. Ainda assim, a televisão, por exemplo, ou a rádio e os jornais,

revelam-se poderosos veiculadores, na medida em que são a nossa única *janela* para determinados mundos que ignoramos – pela distância ou por outras razões. “(...) nossa compreensão do mundo fora do alcance de nossa experiência pessoal, e de nosso lugar dentro dele, está sendo modelada cada vez mais pela mediação de formas simbólicas. Esta difusão dos produtos da mídia nos permite em certo sentido a experiência de eventos, a investigação de outros e, em geral, o conhecimento de um mundo que se amplia para muito além de nossos encontros diários” (Thompson, 1998: 38).

Nestes casos em particular, apesar de a crítica estar também presente, ela é enfraquecida pela relação desigual. Se o jornalista vai ao local, do outro lado do planeta, e envia a sua interpretação do acontecimento *x*, o receptor está em desigualdade ao não ter estado também no local. É *apenas* o destinatário.

Também importante é compreender que os média – e, uma vez mais, os média que fazem uso dos meios audiovisuais – têm um poder de influência particularmente grande tanto pela conteúdo como pela forma. O mesmo é dizer que o meio é também decisivo. “O mundo dos 'media' é vasto e colorido o bastante para preencher o campo de visão dos seus espectadores de um extremo ao outro e para lhes prender toda a atenção sobre si próprio” (Bauman, 1989: 129).

No início deste ponto, referimo-nos à liberdade individual para analisarmos o colete de forças que é criado entre aqueles que influenciam e aqueles que são influenciados. Esse tipo de liberdade parece ter sido transportado, nas sociedades modernas, para os consumidores. E este ponto de pensamento é central para entender que também os tradicionalmente *influenciados* são capazes de influenciar. Isto é, os consumidores poderão participar, de formas várias, na produção, pela influência que assumem e exercem sobre os agentes produtores. “Na nossa sociedade, a liberdade individual é constituída fundamentalmente como liberdade do consumidor, depende da presença de um mercado eficaz e, por sua vez, assegura as condições dessa presença (Bauman, 1989: 19).

Esta novo enquadramento sintetiza-se, historicamente, na premissa seguinte: se os média começaram por ser uma voz para todos os ouvidos, hoje, sabemos, são várias vozes, moldadas pelos vários e diferentes ouvidos. Assim, quem produz, fá-lo também em consonância com o tipo de produto que quem consome deseja ouvir.

Em género de balanço deste ponto, recorramos novamente a John B. Thompson (1998: 46), que nos esclarece que “dizer que a apropriação das mensagens da mídia se tornou um meio de autoformação no mundo moderno não é dizer que ele é o *único* meio: claramente não é” e que não “devemos perder

de vista o fato de que, num mundo cada vez mais bombardeado por produtos das indústrias da mídia, uma nova e maior arena foi criada para o processo de autoformação. É uma arena livre das limitações espaço-temporais da interacção face a face e, dado o alcance da televisão em sua expansão global, se torna cada vez mais acessível aos indivíduos em todo o mundo”.

#### 4.6. Silêncio na TV

A televisão e o silêncio parecem ser pontas de fio que não permite um nó. E, olhando para a tendência televisiva mundial e para o pensamento produzido sobre este ponto em concreto, talvez seja mesmo verdade.

“Contrariamente ao ar ou à água, que a actualidade percepçiona como bens governados pela escassez, a palavra deixou de ser percebida como um bem escasso. Particularmente os actuais meios de comunicação de massa, e em particular o mais esmagador deles todos: a televisão, dão à palavra um estatuto que revela do puro dispêndio. O que só é reforçado pela noção, bem arreigada, de que o fluxo é inesgotável. O problema começa a ser antes o da incontinência verbal em que esses mesmo meios se precipitam e a nós com eles” (Cunha, 2001: 3).

Do pensamento formulado por Tito Cardoso e Cunha podemos absorver duas conclusões maiores. A primeira é a de que a televisão, enquanto agente mediático, nem sempre usou de tão pouco silêncio. A imoderação no uso da palavra, e, portanto, a inutilidade do silêncio não foram desde sempre uma verdade linear. A segunda conclusão é de que a televisão faz este uso do ruído/silêncio não de forma insuspeita ou isolada mas sim em consequência e em concordância com contextos maiores, como a própria sociedade moderna onde tem os seus públicos instalados.

O facto de a televisão operar num suporte que é multimediático – junta, pelo menos, som e imagem em movimento – compreende um risco que os jornais tendem a não correr, pela sua génese. Enquanto num meio impresso o acontecimento e a imagem associada são duas partes de um todo, na televisão

imagem e conteúdo mesclam-se vezes sem conta, constituindo-se num *bolo* total. Portanto, sendo “a palavra tão aderente ao acontecimento e à sua imagem”, fica-lhe “presa como um ruído de fundo. O ruído da di-versão entra em contraste com a universão da memória que se operar a partir do silêncio e na distância” (Cunha, 2001: 4).

Este risco de existir um fluxo sempre contínuo e incapaz de tocar a memória ocorre devido a um déficit de silêncio. “(...) não há espaços vazios na televisão ou na rádio, por exemplo, é impossível deixar passar, por batota, um instante de silêncio, impõe-se sempre um fluxo permanente de palavras ou de música, como que para esconjurar a ameaça de ser finalmente escutada” (Breton, 1997: 15).

David Le Breton, com alguma ironia e de forma certeira, apoia a sua tese de que só a partir do silêncio, natural na comunicação, mediática ou não, seria possível existir um diálogo TV–espectador, com racionalidade e capaz de ser realmente absorvido.

Ainda assim, apesar de uma cacofonia relacional, e da Internet, a TV mantém um estatuto de liderança comparativamente a outros de meios de comunicação graças ao facto “de uma parte cada vez maior do 'mundo exterior' de que os espectadores tomam conhecimento através da televisão ser um mundo criado pela própria televisão, ganha especial importância na perspectiva da tendência compreensível dos 'media' da comunicação para a auto-citação” (Bauman, 1989: 128).

Como ponto único de contacto entre os consumidores de televisão e o mundo não conhecido *in loco*, a televisão ganha terreno pela imagem e pela transmissão da realidade, ainda que muitas vezes use um mundo mais de *estória* e menos de *história*, ou seja, um mundo menos real e mais ficcionado.

Como ficção ou como espelho da realidade, a *gênese* deste meio comunicacional, relativamente recente quando comparado com os jornais, por exemplo, ou mesmo com a rádio, é sustentada no ruído, “mais precisamente no ruído de fundo, que parece procurar combater o temor do silêncio gerador de angústia. Na modernidade a multidão será solitária mas não é por isso menos ruidosa” (Cunha, 2001: 4).

## 4.7. Silêncio na Rádio

À imagem da televisão, a rádio fundou-se também como um meio de comunicação capaz de seduzir públicos muito alargados, ouvintes de um tempo em que ainda não havia espectadores – a televisão viria décadas depois do surgimento da rádio.

O meio radiofónico, como os meios impressos mas de uma forma diferente, faz um uso da palavra e da linguagem “na dosagem de som e silêncio. No entanto, é, obviamente, o som a principal matéria-prima da rádio. As mensagens sonoras funcionam como estímulos auditivos. É através delas que a rádio transmite imagens da realidade, comunica sensações, sentimentos e emoções, e difunde informação” (Sousa, 2006: 299).

A rádio, enquanto meio e suporte, existe pela “criação de significados para uma mensagem radiofónica” mas “depende desse conjunto intrincado de elementos sonoros e até, eventualmente, da utilização ponderada do silêncio” (Sousa, 2006: 299).

Naturalmente, ao longo da sua evolução desde o seu nascimento – em 2020 celebrar-se-á o centenário da KDKA, a primeira emissora profissional do mundo – a rádio foi-se transfigurando. Para compreendermos estas mudanças podemos começar por lembrar que a rádio nas primeiras décadas era vista como um aperitivo para os leitores de jornais, que, primeiro, faziam um género de revista de imprensa nos noticiários radiofónicos e, depois, comprando as publicações impressas, aprofundavam as leituras sobre os acontecimentos do dia.

Se analisamos hoje o papel da rádio e a capacidade, ou não, de manter um silêncio indispensável em qualquer tipo de comunicação, mais ou menos mediada, devemos notar que foi o radiojornalismo que, de certa forma, “revolucionou a ideia da reportagem, com as transmissões ao vivo”, inéditas até então. Com essa introdução, este meio veio reformular “os conceitos de tempo e de notícia, devido aos noticiários de hora em hora” (Sousa, 2006: 95).

Apesar deste aparato histórico, de introdução de novas formas de comunicação mediática, a rádio parecia ter conquistado um certo equilíbrio de forças: captava a atenção dos seus ouvintes, que se tornaram milhões em todo o mundo, em especial durante as Guerras Mundiais, e promovia uma certa atribuição de discussão, promovia o debate.

A rádio permitia, pois, manter uma sociedade viável. As notícias e as notícias-valor tinham impacto,

conquistavam importância transmissor a transmissor. E não abdicava, por isso, de uma certa distensão de liberdade: para que uns a tivessem, outros tinham-na diminuída – mas não de uma forma literal. Referimo-nos, particularmente, à capacidade de silêncio que a rádio emanava, da sua produção, e ao silêncio que a rádio guardava para si, em cada casa, em cada espaço, mais público ou mais privado. Entretanto, esta balança parece ter variado, como aconteceu na televisão, no ponto abordado anteriormente. As razões poderão ter passado pela “overdose informacional e a proliferação dos discursos e das discussões através dos media [que] esvaziam as ideologias, banalizam os acontecimentos e as ideias e tornam os discursos repetitivos. O vazio e a redundância também se fazem sentir na criação estética, onde a forma se sobrepõe ao conteúdo. Perde-se a esperança na originalidade, na criação, e cai-se no niilismo, na negação da substância” (Sousa, 2006: 49).

#### **4.8. Silêncio no Impresso**

O poder dos meios impressos pareceu ser, desde sempre, muito grande. “Observando a força com que a imprensa se instalava e o poder que detinha, os governantes começaram a controlar as publicações periódicas, adoptando um sistema de concessão de licenças a pessoas da sua inteira confiança” (Sousa, 2006: 84).

Com este advento de importância, os jornais, que começaram por ser publicações nem sempre periódicas sobre acontecimentos pequenos num determinado lugar, arregaçaram-se como mecanismos essenciais no funcionamento das sociedades e alcançaram aquilo que hoje se consideram o “prestígio que a 'grande imprensa' conquistou, embora contaminada pelos tablóides” (Sousa, 2006: 281).

Apesar de inicialmente dedicados a assuntos mais ou menos domésticos, o arco de acção da imprensa escrita alargou-se para “assegurar a protecção contra a tirania insensível” (Traquina, 2002: 32).

Com estes experimentalismos jornalísticos, principiava um novo poder, com uma classificação conhecida por todos os teóricos e profissionais dos média: o quarto poder. Depois do legislativo, do executivo e do judicial, o poder mediático fecha este catálogo de poderes, em que o último está hoje presente em toda a cena mediática, apesar de ter começado precisamente, na 'grande imprensa'.

Depois da 'party press', de uma opinião muito partidarizada, veio uma 'penny press', mais popular, mais capaz de satisfazer os leitores que não desejam ver apenas artigos e manifestos políticos.



“Horace Greely foi um dos mais importantes nomes dessa primeira geração da imprensa popular (*penny press*), que irá coexistir com a imprensa de opinião (*party press*) até ao final do século XIX e princípios do século XX. Greely, fundador do *New York Tribune*, aliava uma grande capacidade de intervenção pública através do seu jornal à antevisão dos rumos que o jornalismo iria tomar” (Sousa, 2006: 87).

A 'penny press' é, assim, a abertura da imprensa ao grande público, pela identificação de uma rotina diária. Parece inaugurado um tempo de grande influência impresso sobre a sociedade, num laço que estaria para ficar.

Na actualidade mediática, a 'grande imprensa' a que nos referíamos atrás, parece ter-se esgotado. A quebra muito significativa nas tiragens, a uma escala mundial, a perda do 'quarto poder', pelo menos nas dimensões ensaiadas em tempos idos, o modelo de negócio mediático a fraquejar, têm sido as consequências de uma mutação ainda não muito apurada.

Também relevantes para esta alteração foi o crescimento da concorrência, vinda de várias origens – desde logo pela rádio, também pela televisão e mais tarde pela Internet – assim como o facto de os primeiros dois serem gratuitos. Isto é, ouvir rádio não envolve custos (excepto o da compra do aparelho) e a televisão em sinal aberto é igualmente gratuita – e em ambos os casos existe o acesso a conteúdos informativos, mais ou menos frequentes, dependendo da estação/canal.

Um erro apontado comumente aos média impressos, com particular incidência, é o de terem perdido essa influência porque deixaram de colocar na ordem do dia as questões essenciais para os leitores. Acusa-se a imprensa, portanto, de viver num círculo fechado.

“O mundo dos 'media' tem, digamos, uma estranha capacidade para se fechar sobre si mesmo. E como também mostra uma nítida tendência para se meter (e conquistar) em terrenos anteriormente administrados por estranhos, pode bem tornar-se a única realidade em relação à qual a experiência do livre consumidor pode e deve ser posta à prova” (Bauman, 1989: 128).

Zygmunt Bauman identifica com clareza esse aparente estágio de fechamento dos média impressos sobre os próprios média impressos. Na origem deste problema pode estar o facto de a opinião pública

– onde os cidadãos são vozes autoras – estar mais afastada, sendo substituída pela opinião publicada, isto é, o conjunto de colunistas, cronistas ou articulistas que escrevem nos jornais, que fazem o debate político e não só e que discutem entre si. Propõem-se, portanto, a escreverem para os seus leitores, mas acabam a produzir consumo interno, a digladiarem-se sem espectadores na bancada.

O ponto de situação das publicações escritas é não muito diferente do das rádios e das televisões. O género tablóide parece estar a vencer o género de referência, e com isso a introduzir ruído vário e a perder a grande influência e o grande trabalho: o de fiscalização política. Quando Tocqueville afirmava que a soberania do povo e a liberdade de imprensa eram inseparáveis, referia-se precisamente a uma imprensa cão-de-guarda. O ruído interno que a imprensa escrita tende, hoje, a emitir para os seus leitores, abafa a importância que parecia inamovivelmente conquistada e a atenção que os públicos fiéis haviam nela depositado.

# III. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

Quando nos referimos ao silêncio e ao ruído, tendemos a associá-los com alguma rapidez aos significados mais literais que estão na origem de ambos os conceitos. Como pudemos perceber ao longo do ponto II, no Estado da Arte, essa associação é não só ligeira como pouco certa. O silêncio e o ruído têm, claro, uma literalidade – o silêncio que produzo quando não falo, ou o ruído que emito quando escrevo num teclado de um computador – mas têm um conjunto muito alargado de outros significados e conotações. De resto, é também sobre estes últimos que o Estado da Arte desta dissertação se propôs escrever, analisando pontos como o ruído associado à urgência, ou o silêncio associado ao castigo.

O estudo empírico que se segue, ainda que exploratório, apresenta-se como a possibilidade de mais prova de que os conceitos basilares na origem deste trabalho não são apenas os físicos, que escutamos ou que não escutamos.

Se numa primeira abordagem seria tentador analisar os meios audiovisuais para compreender como operam, no sentido que lhes queremos dar, por outro lado estaríamos a transgredir na nossa proposta. Avançamos, assim, para os meios impressos, *abandonando* a rádio e a televisão, como suportes do nosso trabalho de campo.

Os conceitos abordados ao longo do Estado da Arte ganham um novo ensejo e constituem-se como um desafio quando aplicados ao estudo empírico em meios que estão fundados na mesma *tecnologia* desde há, pelo menos, seis séculos, desde que Gutenberg, na década de 40 do século XV inventou um processo de impressão de caracteres (Sousa, 2006: 84). O papel serve, pois, de base de suporte a este trabalho.

A relevância nasce, assim, de uma necessidade de compreender como os jornais em papel têm resistido ou não a uma crescente cacofonia ruidosa. Queremos perceber como esse aparente estado da modernidade é transportado, ou não, para estes meios impressos.

As nossas escolhas, de um ponto de vista editorial foram: o Expresso, como o semanário de referência nacional; o Jornal de Notícias como o diário de referência de uma região – o norte de Portugal. Dois conceitos diferentes, duas periodicidades diferentes, dois públicos-alvo diferentes. De um lado, o Expresso, que aponta para um tipo de leitor mais escolarizado; do outro, o Jornal de Notícias, com um enfoque mais popular.

Esta análise não será estática no tempo. Optamos por distanciar os exemplares analisados em 30 anos, recolhendo material de 1984 e de 2014. Nessa distância temporal, tentaremos apurar diferenças

dignas de registo, que nos permitam perceber, ou não, a evolução.

## 1. Problemática de Investigação

Depois do Estado da Arte, onde apontamos, com a ajuda de autores vários, o que tem mudado nas sociedades com a modernidade e com a alteração dos padrões sonoros, preparamo-nos para a investigação empírica, usando-a como ilustração dos argumentos teóricos desenvolvidos.

Sabemos que os jornais, apesar de apostarem numa agenda própria e de acordo com os seus estatutos editoriais, tendem a ir ao encontro das expectativas do receptor (Sousa, 2006: 25). Queremos, portanto, perceber, de que forma os jornais reflectem as sociedades modernas e as cidades onde são lidos. Será que também os jornais são fonte de ruído, hoje, ao introduzirem, por exemplo, mais textos e imagens nas suas páginas do que acontecia há 30 anos? Será que a publicidade, ainda a grande fonte de receitas dos média impressos, ganhou espaço neste tipo de publicações – e se esse espaço conquistado ao jornalismo opera da mesma forma do que nos média audiovisuais?

A nossa problemática de investigação, com alvo nestes dois jornais, de âmbitos diferentes, como já vimos, é a de compreender, em última análise, se, pelo menos, o Expresso e o Jornal de Notícias foram elementos de resistência ou se cederam e seguiram a tendência.

## 2. Opções Metodológicas e *Corpus Analítico*

Como referimos nos pontos anteriores, ainda que de forma muito leve, fizemos a opção por dois impressos, ambos de referência, e com diferenças substanciais entre si. Seja ao nível dos leitores-tipo de ambos, seja na periodicidade e nas abordagens que fazem dos assuntos – decorrente, de resto e entre outros factores, das duas primeiras características.

O Semanário Expresso nasceu pela mão de um conhecido empresário do sector, Francisco Pinto Balsemão. A sua primeira edição chegou às bancas no dia 6 de Janeiro de 1973, ainda antes, portanto, da transição democrática desencadeada em 25 de Abril de 1974. Tem como públicos-alvo uma classe

escolarizada e com interesses particulares por temas da política nacional e internacional, assim como da opinião que daí nasce, com colonistas residentes vários e de vários quadrantes político-partidários. É lido, sobretudo, nas grandes cidades. Mantém-se como o jornal de referência do tipo e o que mais vende, tendo uma edição impressa que sai ao sábado, em formato *berliner*, e, desde 2014, uma edição *on-line* diária, de segunda a sexta-feira. O Semanário Sol é o único concorrente directo.

Neste trabalho, foram analisados dez (10) exemplares do Expresso, divididos de igual forma pelos dois anos-barreira deste estudo: 1984 e 2014.

Quanto ao Jornal de Notícias, consideravelmente mais velho do que o Expresso, no que à data de fundação diz respeito – 1888 foi o ano em que as primeiras edições começaram a ser publicadas - tem um público-alvo distribuído geograficamente na zona norte do país, onde tem uma implantação muito forte e resistente. É lido nas cidades – como o Porto, Braga, Guimarães, etc. - mas chega também a regiões menos citadinas e mais rurais. Tem um cariz mais popular e sai todos os dias. Os seus concorrentes são os outros jornais diários generalistas, como são o Diário de Notícias, o Correio da Manhã, o Público e o jornal i – apesar de haver, entre eles, grandes diferenças a vários níveis.

Para este trabalho, foram analisados dez (10) exemplares do Jornal de Notícias, divididos de igual forma pelos dois anos-barreira: 1984 e 2014.

Sobre ambos, a análise a que procedemos teve como enfoque não o conteúdo noticioso mas antes uma perspectiva mais gráfica – sem que, com isso, não tenhamos estado atentos a detalhes contedísticos. Esta opção justifica-se pelo facto de o grafismo poder ser o grande indício de alterações de relevo.

## 2.1. Categorização dos parâmetros de recolha

Partimos para esta pesquisa com determinados parâmetros que definimos previamente e que consideramos poderem ser os mais relevantes de um ponto de vista analítico. No decorrer da pesquisa, fizemos determinados acertos, que se mostraram essenciais para prosseguirmos uma análise com boa capacidade de mostrar resultados. De seguida, elencaremos os pontos que nos serviram de parâmetros e faremos sobre cada um deles uma breve descrição e justificação.

Quanto à escolha das edições, de ambos os jornais, optamos por analisar jornais em dias coincidentes, entre 1984 e 2014, condição que nem sempre conseguimos satisfazer. Optamos por dias que iniciassem, por exemplo, um novo ano, feriados particulares, como o feriado político do 5 de Outubro, edições tendencialmente mais *vazias*, como acontece em meados de Agosto, ou edições que fechassem o ano. Assim, em 1984, do Expresso, analisámos as edições nº 584 (7/1), 601 (5/5), 616 (18/8), 623 (5/10) e 635 (29/12). Em 2014, do mesmo jornal: edição nº 2149 (4/1), 2166 (3/5), 2181 (15/8), 2188 (4/10) e 2200 (27/12). No Jornal de Notícias, em 1984: edição nº 205, ano 96 (1/1), 326, ano 96 (5/5), 76, ano 97 (18/8), 124, ano 97 (5/10), 209, ano 97 (31/12). Em 2014, do mesmo jornal: edição nº 215, ano 126 (2/1), 338, ano 126 (5/5), 76, ano 97 (16/8), 126, ano 127 (5/10) e 213, ano 127 (31/12).

### **:: Dimensão dos Textos**

A dimensão dos textos, entre os jornais dos anos de 1984 e de 2014, a ser diferente, pode ser alvo de várias interpretações. Sabemos, antes disso, que o Expresso e o Jornal de Notícias têm diferentes opções nesta matéria, desde logo porque o segundo sai todos os dias e o primeiro sai apenas aos sábados.

Queremos perceber se, por exemplo, o domínio que a imagem, em movimento ou não, tem conquistado no terreno mediático se reflecte nos jornais. A confirmar-se, por exemplo, saberemos que os textos diminuíram de tamanho. Queremos também apurar se uma aparente diminuição do tempo de leitura, na era dos múltiplos dispositivos electrónicos, se viu reflectida neste parâmetro em particular. Se sim, uma vez mais, os textos terão diminuído de tamanho. Se não, estaremos a assistir a uma resistência dos jornais em manter textos com alguns milhares de caracteres, quando, por exemplo, na Internet isso parece ser um terreno pouco dado ao sucesso.

### **:: Dimensão das Imagens**

Os pontos que nos vão permitir a análise têm uma ligação. Mas uns têm uma ligação mais concreta do que outros. A dimensão dos textos e a dimensão das imagens têm, obviamente, esse tipo de ligação

estreita, na medida em que no analógico – portanto, no papel – o espaço é um bem raro. Se os textos, por exemplo, tiverem diminuído ou aumentado, as imagens terão também diminuído ou aumentado. Se o cenário de um aumento do tamanho (ou número) de imagens se confirmar, talvez possamos estar perante um acompanhamento de uma tendência deste século, em que a imagem, animada ou não, em movimento ou não, tem uma prevalência grande.

### **:: Espaços em Branco**

Neste ponto em particular teremos a oportunidade de perceber como um jornal *respira*. Esta expressão muito comum na gíria do meio, entre profissionais, poder-nos-á dar uma pista relativamente ao *silêncio* e ao *ruído* em que os média deste tipo se movem. Conseguiremos, ainda, apontar um número de telefone entre notícias ou o espaço escasseia? O leitor sentir-se-á mais asfixado com as páginas dos jornais de 2014? Ou, pelo inverso, um jornal de 1984 *respirava* melhor?

### **:: Número de páginas**

Este critério decorre de vários outros que, a acontecerem num determinado sentido, verão o seu resultado no aumento ou na diminuição do número de páginas. A actualidade informativa exige aos jornais de 2014 um crescimento em quantidade, ou em 1984 os jornais eram maiores? A publicidade e os espaços a ela reservados fizeram aumentar o número de páginas?

Em quanto cabe a actualidade de um dia, no caso do Jornal de Notícias, ou de uma semana, no caso do Expresso?

### **:: Notícias na capa**

As capas, sabemos, são a aposta maior de um jornal. Porque são a página número um, porque são o que pode fazer um leitor decidir comprar este ou aquele jornal. São, por isso, uma fonte valiosa de informação e de análise para quem estuda os média.

As capas têm evoluído ao longo dos anos. Desde 1984 até 2014, em 30 anos, também evoluíram? Querão os editores *vender* todo o seu jornal na capa, colocando lá várias notícias? Ou darão



importância apenas às mais relevantes, deixando o trabalho interior guardado?

### **:: Imagens na contracapa**

Se a capa é a página número um, com o primeiro lugar no pódio de importância, no lugar número dois está a contracapa, ou a última página. Será um espaço reservado mais para a notícia ou para imagens, a fechar a edição? Propomo-nos analisar este dado, atendendo, sempre, ao facto de vivermos numa década, em particular, que dá uma primazia grande a este tipo de conteúdos imagéticos.

### **:: Anúncios de Página Inteira**

A publicidade assume uma disrupção nos parâmetros. Sabemos que foi em 1984 como foi em 2014 o grande modelo de negócio dos média impressos. Como têm sabido lidar os editores com os anúncios? De que tamanho são? Ocupam um espaço pequeno, entre notícias e outros conteúdos, ou, por outro lado, conquistaram espaço e são, até, de página inteira? Serão ruído para os leitores ou enquadram-se na identidade gráfica de cada jornal?

### **:: Largura das Margens**

Quando caracterizamos o parâmetro *Espaços em Branco*, referimo-nos à possibilidade de conseguirmos ou não apontar um número de telefone entre notícias. E nas margens? Esse espaço aumentou ou diminuiu desde 1984 até 2014?

O aumento, ou não, dos textos, assim como o aumento, ou não, das imagens, terão, certamente, uma relação directa com a largura das margens e – uma vez mais – com a forma como as composições gráficas dos jornais *respiram*.

### **:: Infografias ou Informação Gráfica**

As infografias – informação transmitida via gráficos – permitem uma leitura fácil e imediata da

informação (Sousa, 2006: 386). O seu uso explodiu com a presença dos jornais na Internet – e, neste meio, com a possibilidade das infografias serem animadas, ao contrário da estaticidade a que o impresso obriga – e, também, com o crescendo de importância que a parametrização numérica tem, hoje, na vida diária. Esta forma de publicação de informação é especialmente relevante para notícias na área da economia, onde os números são predominantes.

Em 1984 existiria algum tipo de infografia? Ou só em 2014 é que vemos o uso desta ferramenta?

### **:: Diferentes Tamanhos de Letra**

Por fim, propomo-nos, também, a analisar os diferentes tamanhos de letra. Num jornal inteiro, quantos tamanhos são usados? Em 2014, num tempo de uma certa urgência, diferentes tamanhos permitem uma selecção mais rápida daquilo que os leitores querem consumir?

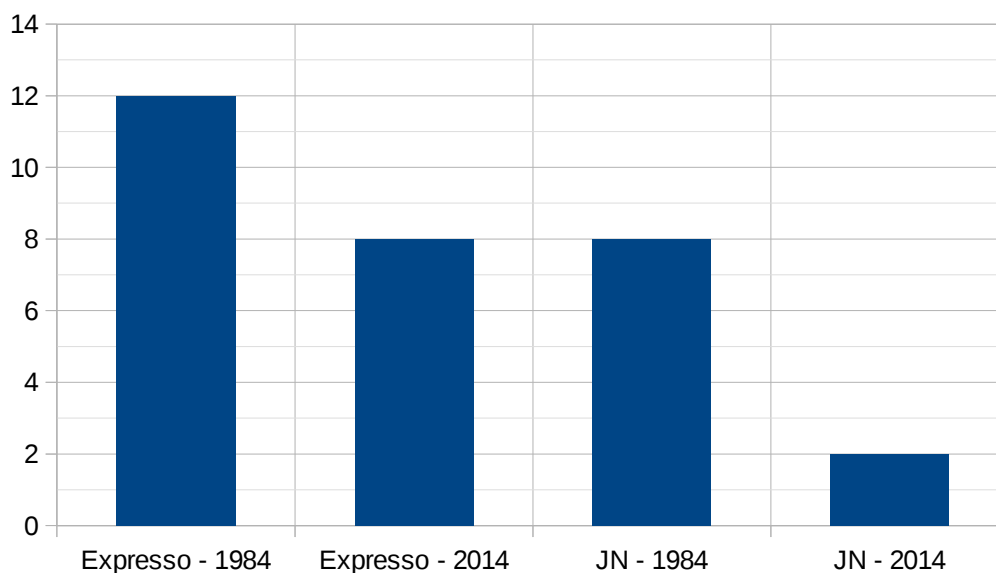
# **IV. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

## 1. Menos caracteres

A dimensão dos textos é um dos parâmetros mais importantes. Porque os jornais são feitos, obviamente, de textos – sejam notícias, opiniões ou outros – analisamos com um especial cuidado este ponto, nas 20 edições do estudo. Sabíamos, ainda antes de partirmos para a pesquisa e análise, que o semanário Expresso tende a produzir conteúdos de textos maiores – por ser um semanário e pelo leitor-tipo, mais disposto a ler longamente – e que o Jornal de Notícias, pelo contrário, escreve de forma mais breve, pelas razões opostas às do Expresso – por ter uma periodicidade diária e por atingir públicos que lêem tendencialmente menos.

Para procedermos a este exercício, fizemos uma análise qualitativa, não fazendo uma contagem carácter a carácter, para apurar o tamanho exacto dos textos. O gráfico 1, abaixo ilustrada, ajuda-nos a perceber a evolução desde 1984 até 2014.

Gráfico 1 - Variação do número de caracteres



Fonte: elaboração própria

Se no Gráfico 1 tomarmos pelo número 12, no eixo vertical, a categoria 'textos grandes' e pelo número 2, a categoria 'textos pequenos', percebemos que a evolução ao longo dos anos foi de uma diminuição

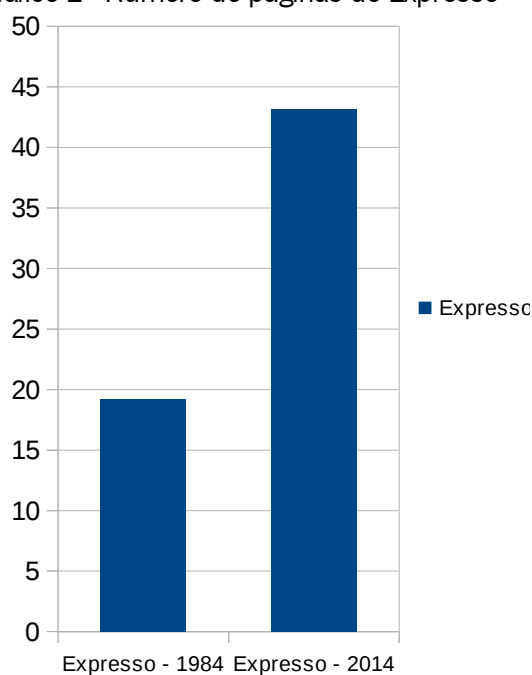
geral, ainda que diferente do Expresso para o Jornal de Notícias (ver anexo 9), na quantidade de caracteres que são publicados para reportar os acontecimentos do dia e da semana. Em medidas diferentes, ambas as publicações tiveram uma quebra considerável, talvez influenciados por questões que esta primeira década do século XXI explica: menos tempo disponível para leituras, menos atenção, mais solicitações, em especial dos meios audiovisuais e de artefactos tecnológicos vários.

Parece-nos igualmente relevante notar que no caso do Expresso, essa quebra parece ser menos acentuada do que no Jornal de Notícias. O semanário mantém-se, nas edições analisadas, com reportagens de algum fôlego, por exemplo, ou crónicas com algumas centenas de caracteres. Já no caso do jornal feito no Porto, a quebra parece maior, e em substituição parecem estar agora mais imagens e infografias – que analisaremos, com um maior detalhe, abaixo.

## 2. Um jornal maior

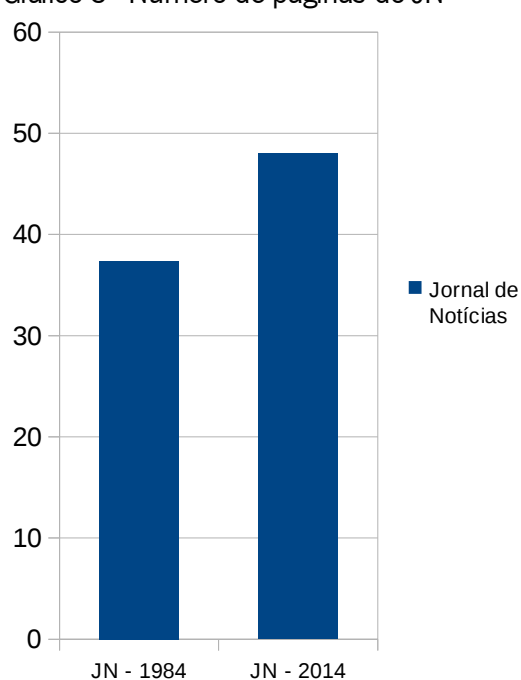
Seria até expectável que, ao termos textos genericamente mais pequenos, os jornais seguissem a mesma lógica e ficassem, também eles, mais curtos. Não é isso que parece acontecer, na análise comparativa que fizemos às 20 edições publicadas do Expresso e do Jornal de Notícias.

Gráfico 2 - Número de páginas do Expresso



Fonte: elaboração própria

Gráfico 3 - Número de páginas do JN



Fonte: elaboração própria

Nos gráficos 2 e 3 podemos, ainda sem referir números específicos, observar a tendência comum a ambos do aumento do número de páginas. Cada coluna representa a média das cinco edições desse jornal, nesse ano. Em 1984, o semanário não chegava às 20 páginas (19,2 páginas). Já trinta depois já quase chegava às 45 (43,2 páginas). O formato *berliner* do Expresso justifica a discrepância relativamente ao diário analisado, que em 1984 alcançava as 37,4 páginas. Volvidas três décadas, mais de 10 páginas em média foram acrescentadas (48 páginas).

Ora, se os textos ficaram mais curtos, a actualidade em 2014 parece exigir um esforço dos jornalistas maior, sendo que as diferenças em ambos, durante os dois períodos analisados, são substanciais. O caudal informativo no século XXI parece, assim, ser de maior monta e exigir dos leitores, porventura, um esforço mais longo por ser mais dispersivo.

Naturalmente, outros parâmetros também analisados neste trabalho empírico contribuem para o aumento do número de páginas – a quantidade e o tamanho das imagens, a introdução de conteúdos infográficos, os espaços em branco, etc.

### **3. 1984 e 2014: as mesmas capas?**

Um dos parâmetros que uma análise rápida poderia induzir em erro é o número de imagens na capa. Por este critério, que usámos, poderíamos concluir que não eram dignas de nota as alterações sofridas nestes 30 anos. No entanto, quem observa as ilustrações 1 e 2, repara que as diferenças imagéticas – também textuais e titulares – são grandes.



Ilustração 1: Capa Expresso - 29/12/84



Ilustração 2: Capa JN - 02/01/14

Entre as duas capas (ver anexos 1 e 2), do Expresso e do Jornal de Notícias, contamos em ambas quatro imagens – sendo que no Expresso, no canto superior direito, referimo-nos a uma caricatura e não a uma imagem propriamente dita. Estaríamos, ainda assim, em igualdade estatística num eixo temporal – as edições foram publicadas com um intervalo de 30 anos – e, também, em igualdade editorial, sendo que se trata de publicações diferentes. Ambas têm quatro espaços reservados a imagens. A grande diferença, no entanto, é na dimensão que essas imagens ocupam. Na ilustração 1, podemos notar que a grande mancha na capa é feita de texto. Já na ilustração 2, temos uma manchete fotográfica, que ocupa uma parte muito substancial do espaço dedicado às notícias e títulos da capa. São, portanto, concepções diferentes as que dominam as opções editoriais em 2014, quando comparadas com o ano de 1984. A imagem parece estar a requerer um lugar com uma primazia que não tinha há 30 anos, quando o texto predominava.

Jorge Pedro Sousa (2006: 280) explica estas alterações com o nascimento de um “jornalismo impresso que segue um modelo televisivo, 'visual', de poucas palavras, muita cor, muito design e muita imagem, cujo pioneiro foi o *USA Today*, na década de oitenta do século XX”.

Esta diferença que pudemos apurar é mais visível no semanário Expresso do que no Jornal de Notícias. O semanário não só diminui, assim, o tamanho dos textos, como vimos no ponto 8, como aumentou de forma evidente o tamanho das imagens e fotografias.

Nesta senda de novos entendimentos do que devem ser as capas – e o jornal por inteiro – a imagem parece, de facto, ter conquistado um posto de segurança e que se prevê duradouro.



Ilustração 3: JN - 16/8/2014

Neste aspecto em particular, e como referia Jorge Pedro Sousa (2006), notamos uma tendência de



aproximação entre a televisão e o impresso, enquanto meios de comunicação.

#### 4. A chegada de novos conteúdos

O aumento dos jornais, em número de páginas, tem nas infografias e noutro tipo de informações gráficas uma justificação. De facto, uma das grandes alterações desde 1984 até 2014 é a introdução de novos conteúdos, novas ferramentas, capazes, como o texto e a imagem, de informar os leitores.

Na década de 80 do século passado, este modelo estava a ser introduzido, ainda de uma forma muito tímida e incipiente.

Na ilustração 3 (ver anexo 4) podemos ver, ao centro, no topo, uma tabela que esquematiza a evolução das divisas relativamente ao escudo, a então moeda nacional.

Esta partícula de informação gráfica, dir-se-ia pela bitola da evolução infográfica actual, é demasiado incipiente. Os média impressos fizeram, especialmente no início do século, uma aposta muito grande neste novo tipo de formatos, fazendo-os evoluir grandemente.



Ilustração 4: Pág. 18 - Expresso - 05/05/1984

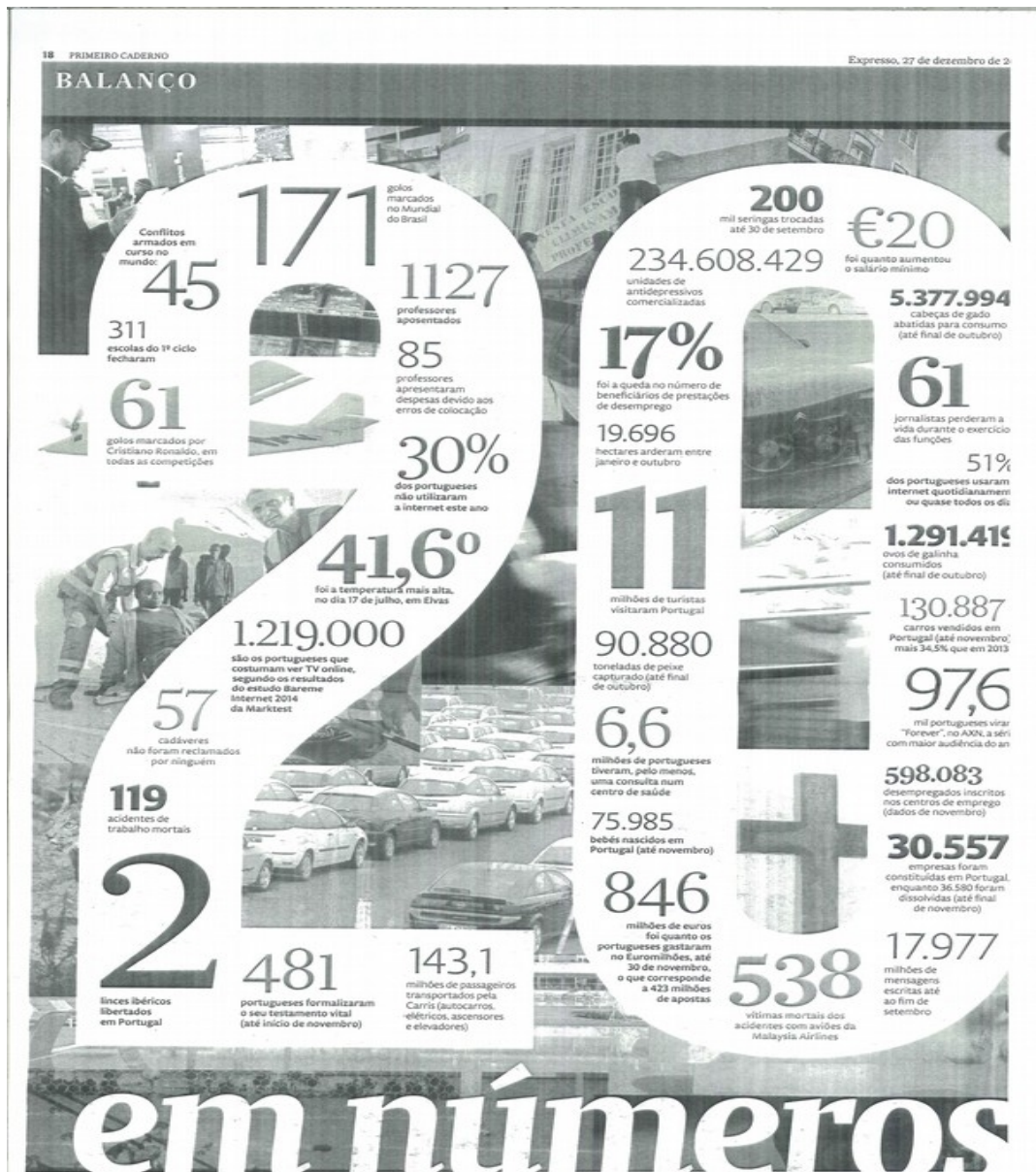


Ilustração 5: Expresso, pág. 18, 27-12-2014

Os média, sejam os analógicos ou os audiovisuais, quando o ano civil está a terminar, tendem a ser unânimes nas opções editoriais: escolhem fazer balanços, recordando aos seus leitores ou espectadores o que aconteceu durante o ano que está a terminar. O semanário Expresso, na última edição do ano de 2014 (ver anexo 5), não foi excepção a essa regra e, com uma infografia de muito

grandes dimensões, passou o ano em revista, utilizando para isso os números-chave, de diferentes áreas.

A ilustração 5 dispensaria, na legenda, o ano de publicação. Entre 1984 e 2014, saberíamos que só este último *permitiria* uma disrupção desta envergadura no cânone tradicional jornalístico. O texto escasseia, as imagens estão ajustadas e dimensionadas, com edição fotográfica, e tudo junto forma uma parcela infográfica que, como um texto, serve informação aos leitores.

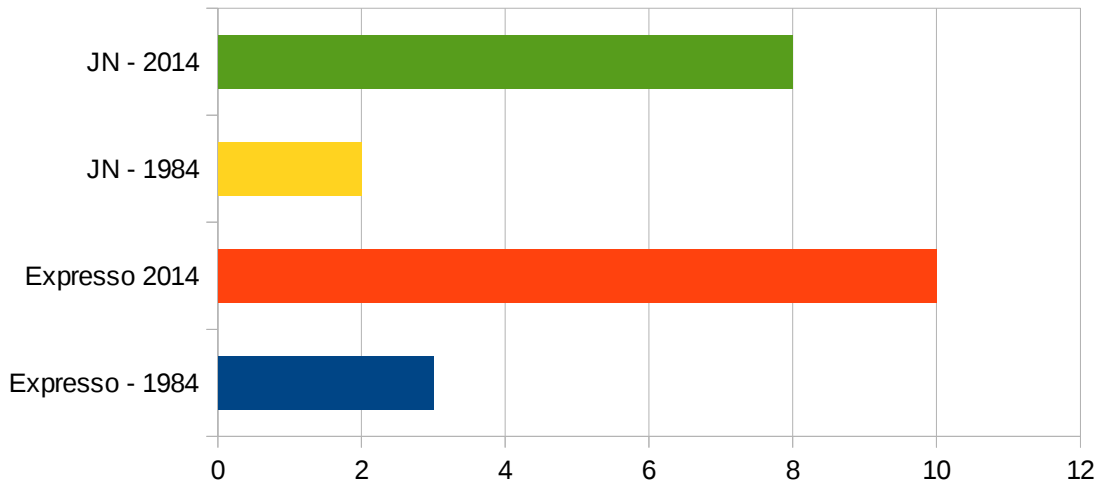
É um exemplo que é capaz de mostrar a perda de importância dos conteúdos tradicionais, como são o texto e a imagem. E é também um indício de que a atenção dos leitores procura agora outros estímulos e outros sentidos.

## 5. Jornais que respiram

Um dos pontos de partida para o estudo empírico era o de perceber se os média impressos tinham cedido ou não a uma tendência cacofônica de veicular informação. Neste ponto em particular, e pela análise que fizemos, parece-nos credível afirmar que as publicações conseguem em 2014 fazer uma arrumação mais sofisticada dos diferentes blocos de notícias, organizando os textos, as imagens, as infografias e outros conteúdos com uma maior eficácia.

O gráfico 4, abaixo ilustrado, pretende mostrar, de forma simples, a quantidade de espaços em branco nas vinte edições analisadas, do Expresso e do Jornal de Notícias. Podemos notar que existe uma concordância temporal. Isto é, o JN e o Expresso, sobre este ponto, têm opções gráficas semelhantes, seja na década de oitenta do século passado, seja na segunda década do século XXI.

Gráfico 4 - Evolução dos espaços deixados em branco



Fonte: elaboração própria

De ambos, pode-se dizer, então, que houve um crescimento significativo dos espaços deixados sem nenhum preenchimento, entre notícias, entre notícias e imagens, e entre todos os conteúdos jornalísticos.

Estes dados analisados são relevantes para compreendermos que houve uma evolução gráfica que não só permitiu, por exemplo, conceber novas formas de apresentar a informação – no caso das infografias – como também foi útil para criar um modelo gráfico menos denso, mais arejado, capaz de fazer respirar o jornal e, porventura, o leitor que o consome.

De resto, este aumento dos espaços em branco não influenciou um outro tipo de espaços, também deixados em branco. As margens mantêm-se praticamente intocadas nestes 30 anos.

	LARGURA DAS MARGENS	
	Expresso	Jornal de Notícias
<b>1984</b>	Média	Média
<b>2014</b>	Média	Média

Tabela 1

Numa análise qualitativa, e ainda que tenham surgido pequenas alterações no decorrer do tempo, sem significado no cômputo geral, as margens mantêm-se com uma largura que classificámos como média, facto que também permite um arejamento da informação e da disposição que esta ocupa nas publicações. Parece, também aqui, haver uma não cedência a um fluxo mais poderoso de informação, de uma quantidade maior de notícias e de conteúdos vários, a acontecer nestas duas primeiras décadas do século.

## 6. Anúncios de página inteira

A publicidade, sabemos, é ainda o modelo de financiamento e de negócio dos média tradicionais, como são os jornais. A forma como são articulados os anúncios publicitários e os componentes jornalísticos é o objecto de análise deste ponto em particular.

Jorge Pedro Sousa (2006: 179) afirma que a “publicidade baseia-se mais na persuasão do que na informação”, o que é anti-natura quando pensamos no objectivo maior de um jornal: precisamente, o de informar.

	ANÚNCIOS DE PÁGINA INTEIRA	
	Expresso	Jornal de Notícias
1984	Raros	Raros
2014	Moderados	Moderados

Tabela 2

Na análise da tabela 2, percebemos que estamos perante uma evolução, no sentido de uma conquista que a publicidade tem feito sobre os média. Se em 1984, encontrar um anúncio de página inteira com publicidade era muito difícil – dir-se-á – quase impossível, em 2014 é mais comum encontrar este tipo de espaços que interrompem a normalidade noticiosa de um periódico impresso.

Esta mudança introduz um certo ruído, o que não é muito diferente do que acontece com os média

audiovisuais, onde a publicidade é até mais intrusiva e, por vezes, mais prolongada.

Devemos acrescentar uma possível causa para esta mudança: os média têm encontrado problemas no seu modelo de negócio, sendo que em alguns casos tem sido impossível a manutenção de determinados títulos. Os meios publicitários têm encontrado, portanto, cedências a este nível.

A ilustração 6 é uma das páginas do semanário Expresso, publicado no dia 29/12/1984, e tem uma importância particular para este ponto na medida em que introduz um dado muito raro. Como pudemos perceber pela leitura da tabela 2, um anúncio de página inteira na década de 80 do último século era muito pouco frequente.

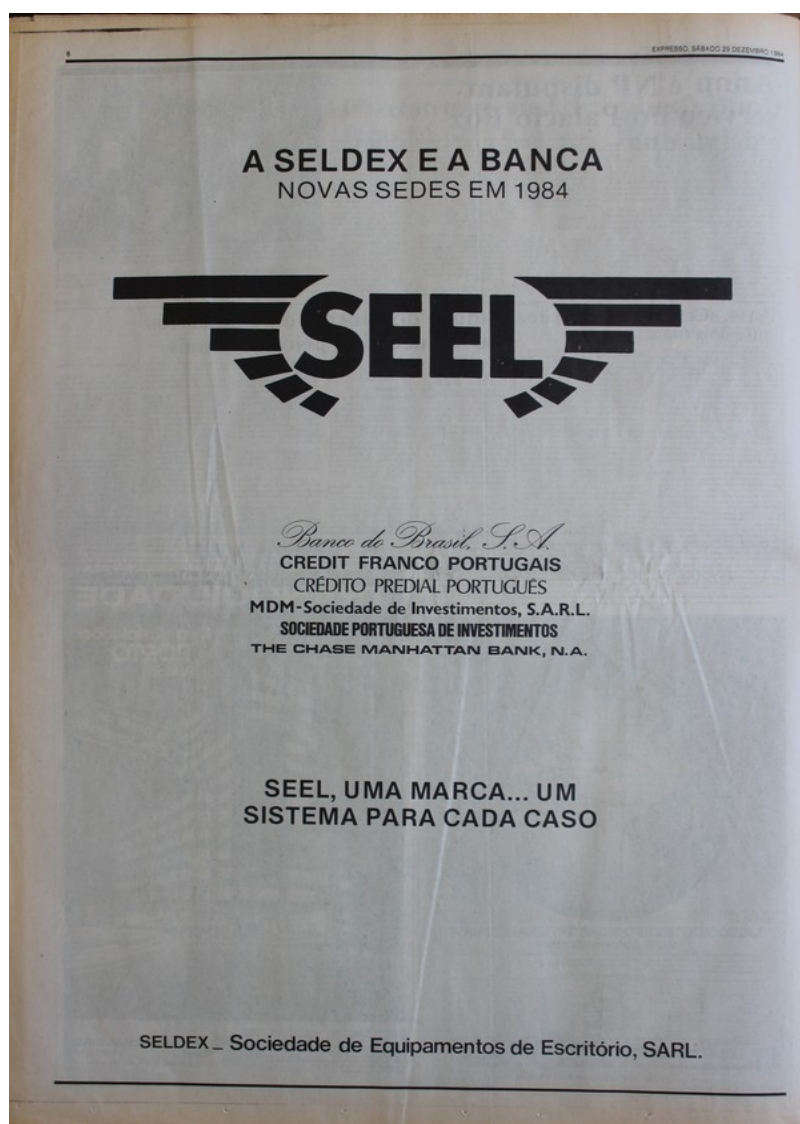


Ilustração 6: Expresso, pág. 6, 29/12/1984

Poderemos dizer que o anunciante em causa, ao comprar uma página inteira no semanário Expresso, na década de oitenta do século XX, estava a ser pioneiro numa tendência que hoje é mais comum. Em todas as edições analisados referentes ao ano de 1984, esta página é um caso único. O anúncio-tipo de então era, de um ponto de vista do formato, pequeno ou muito pequeno, e ocupava, portanto, um espaço reservado.

Na ilustração 7, mais abaixo (ver anexo 7), podemos ver, no anúncio de um fabricante de camiões, no canto inferior esquerdo, o tamanho máximo corrente que a publicidade conquistara nos jornais, em 1984. No canto inferior direito, um anúncio de âmbito diferente mas com um tamanho igual – cerca de ¼ de página. Tudo o resto eram espaços a que apenas tinham acesso os jornalistas, que os criavam, através de notícias, fotografias, etc., e os leitores, que os consumiam.

Se por um lado a publicidade é uma fonte financiadora do modelo em que o jornalismo assenta, por outro, podemos dizer, é um entrave à composição gráfica dos jornais e à forma como se pretendem apresentar aos seus leitores. Muitos anúncios são criadores de ruído que, sendo indesejado, é, por vezes, inevitável.

## 7. Diferentes tamanhos de letra

Em 1984, o semanário Expresso fazia uso de poucos tipos diferentes de letra. Normalmente, estavam associados à titulação, para distinguir e destacar. Já o Jornal de Notícias, tinha uma diversidade um pouco maior (ver anexo 8).

No gráfico 5, mais abaixo, tomemos como 'raros' o número cinco no eixo vertical e o 20 como 'vários'.

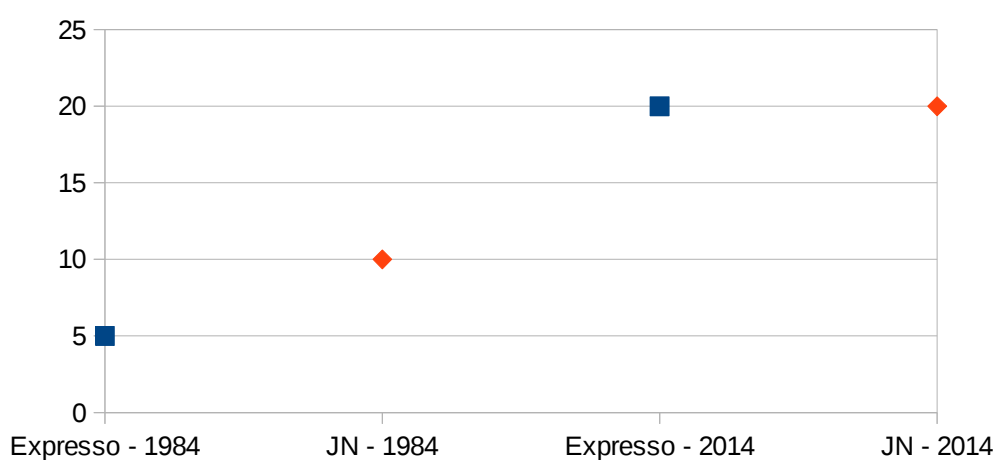


Ilustração 7: Expresso. pág. 4. 5/10/1984

Notamos que a evolução é significativa e tende para um uso muito mais frequente de diferentes tamanhos de letra. Na actualidade, aliás, o diário do norte e o semanário líder aproximam-se num patamar elevado, pelo jogo diverso no que aos tamanhos de letra diz respeito.

Esta nova adopção gráfica, em 2014, comparada com o ano de 1984, poderá significar uma necessidade visual de utilizar formas diversas de captação da atenção dos leitores. De resto, este é um ponto especialmente relevante na feitura das capas, onde os diferentes tamanhos de letra – assim

Gráfico 5 - Evolução do número de diferentes tamanhos de letra



Fonte: elaboração própria

como as diferentes cores e tipologias – são mais evidentes. Sublinhe-se, uma vez mais, o facto de serem as capas, muitas vezes, as responsáveis pela venda, ou não venda, dos jornais apresentados em banca. É de terem, por isso, uma vasta utilização de um sem-número de técnicas que possam apelar aos sentidos dos leitores.



## V. SÍNTESE CONCLUSIVA

Concluído o estudo e concluída a análise da pesquisa, parece-nos relevante apontar algumas considerações, em jeito de balanço final, e como resposta às perguntas que formulámos inicialmente.

Assim, e de forma genérica, partimos para este trabalho empírico com a curiosidade que a busca pela ligação entre a sociedade e os média pode despertar. O mesmo será dizer que ambicionávamos compreender se a tese levantada no estado da arte - de que a sociedade moderna, da técnica e da tecnologia, da rapidez e da urgência - pode também ser apurada no terreno mediático e, a ser verdade, se isso mostra que os média, especialmente os média impressos, objecto da nossa análise, são permeáveis a uma vontade e uma tendência societárias.

Seguimos o caminho mais longo ao não escolher os meios de comunicação que se fazem do som, da imagem viva, ou de ambos, como base de pesquisa. Partimos, assim, para os média analógicos - dois jornais impressos - e submetemos vinte publicações ao vidro da nossa lupa, previamente preparada com critérios e parâmetros de análise. Sobre todos, as hipóteses:

- I. O grafismo tem cedido a uma imposição de urgência, de instantaneidade e simultaneidade, ou, pelo contrário, tem mantido uma equidistância entre uma provável pretensão do leitor e a herança da imprensa tradicional?
- II. De que forma os conceitos-âncora desta dissertação, silêncio e ruído, repetidamente abordados e olhados sob as diferentes perspectivas de autores vários, estruturam os jornais em 2014 quando comparados com os mesmos títulos da imprensa em 1984?
- III. Como convivem hoje os conteúdos ditos tradicionais - texto e imagem - com os novos modelos e formatos, também presentes nos jornais?

Relativamente o ponto primeiro, a nossa análise tende a concluir que os jornais vivem hoje num limbo. Por um lado, parecem não ter a pretensão de desmontar uma certa tradição, fundada na *grande imprensa* de que são pertencentes. Este dado nota-se, com uma especial incidência, na utilização do grafismo evoluído de que hoje dispõem para manterem os jornais *arejados*, capazes de não veicularem uma ideia cacofónica, de confusão e conflito entre os diferentes componentes gráficos. Como podemos ver no ponto 12, os jornais em 2014 têm substancialmente mais espaços em branco do que tinham em

1984, apesar de serem maiores, em número de páginas, ou de terem à disposição uma paleta de novos conteúdos igualmente informativos e mais apelativos aos sentidos dos leitores.

Se existe ainda esta capacidade de criar uma rotura, por exemplo, com os meios audiovisuais, mantendo-se uma certa organização, não é menos verdade que noutros pontos parece existir uma cedência clara às novas demandas que o século XXI sugere. Este dado é visível, por exemplo, na diminuição acentuada do número de caracteres, resultando daí textos mais curtos (ver ponto 7), ou no aumento muito significativo do número de páginas, como resposta à actualidade e a um caudal informativo mais volumoso, ou, ainda, na conquista de terreno da publicidade, com o aumento de páginas unicamente dedicadas a anunciantes.

Este último critério conduz-nos ao segundo ponto, onde percebemos, pela análise que realizámos, que o ruído parece também ter penetrado neste tipo de publicações, à partida com uma imunidade superior. Seja, por exemplo, pela via da publicidade, seja, também, pela conquista que a imagem fez, relegando o texto para um lugar de destaque menor. O leitor de 1984 e o leitor de 2014 são, certamente, pessoas diferentes, na medida em que o último parece exigir mais solicitações visuais das publicações – diferentes tipos de letra (ver ponto 13), imagens várias e de vários tamanhos, conteúdos infográficos –, enquanto o primeiro lia textos longos (ver ponto 7), não parecendo requerer o tipo de informação polvilhada que os média oferecem na actualidade.

Sobre esta nova forma de apresentação dos conteúdos informativos, podemos concluir que são formatos que tiveram uma evolução muito grande (ver ponto 10, sobre as infografias) e que parecem ter conquistado um terreno seguro, com leitores que aprovam a sua adopção. Naturalmente, e porque o papel é um bem finito, os editores tiveram de fazer diminuir os textos. Trata-se, assim, de uma convivência de relações diferentes, necessariamente desequilibradas.



# VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um exercício que nos parece relevante fazer nas considerações finais, e porque está terminada a análise, é o de traçar um retrato do jornal de hoje. Começaríamos por dizer que é definitivamente um jornal mais longo, em número de páginas, e rendido à imagem – em número, porque são mais frequentes e em tamanho, porque são muito maiores. De forma surpreendente, ou talvez não, é um jornal onde podemos apontar um número de telefone – uma expressão simples que permite afiançar que este jornal da actualidade tem espaços em branco de sobra. Olhando para a capa, diríamos que o texto cedeu quase todo o seu espaço à imagem. Já não é possível, neste jornal, ler algumas dezenas de caracteres sobre o acontecimento do dia ou da semana anterior. Apenas conseguiremos ler os títulos e ver as manchetes fotográficas. Uma tendência alargada também à última página, a contracapa. Sobre a relação sempre difícil entre o jornalismo e a publicidade, diríamos que este jornal de 2014 cedeu espaço aos anunciantes – e espaço de qualidade, como páginas inteiras. A largura das margens, na tradição dos espaços em branco, manteve-se mais ou menos intocada. Já a informação gráfica foi recebida de braços abertos, e pode-se dizer que o leitor de 2014 é alguém que terá de se esforçar menos para encontrar os dados informativos que procura – de resto, é o objectivo a que estes conteúdos se propõem. Por fim, o jornal de hoje faz uso de uma quantidade grande de diferentes tamanhos de letra.

Queremos, também, no fecho deste trabalho, apontar algumas conclusões teóricas que nos pareceram especialmente importantes e que ancoraram com um relevo particular a componente empírica. A hipótese que levantámos, sobre o imediatismo, a urgência que o ruído da urbe impõe, é corroborada por autores diversos, de áreas diferentes, do jornalismo (Traquina, 2002), à sociologia (Bauman, 1989, 1995, 2000), passando pela arte (Tota, 2000), para referir apenas três grande exemplos.

Propusemo-nos compreender, então, a ligação entre uma alteração nos níveis sonoros e uma diferença das concepções de tempo e espaço. Com a modernidade, e com a técnica, essas mutações parecem ser claras, ainda que não muito estudadas. Olhamos para o campo, para a ruralidade, para notar o que havia mudado – sendo que nestas zonas, parecem ainda manter-se mais ou menos intactas determinadas variáveis do quotidiano. Não ignoramos as questões ligadas ao silêncio religioso, talvez o mais óbvio, mas ainda assim muito relevante, e que permitiu notar a importância desse estado de uso mínimo da palavra como eixo central na vida de certas comunidades religiosas. Não apenas como uma opção livre, mas de uma decisão de fundo, elementar e estruturante. Dedicamo-nos à compreensão das consequências que dois actos, duas práticas, essenciais para o humano têm tido, neste novo

sentido do silêncio-ruído: a escrita e a leitura. Podemos perceber que não são as mesmas quando feitas em silêncio ou em ruído. E que operam para ambos os lados, o que escreve e o que lê.

O eixo mediático, o último da componente teórica, foi-nos especialmente útil para nos lançarmos na componente empírica. Através dele, e porque os média tendem a trabalhar paralelamente à sociedade, notamos as grandes diferenças, a maioria decorridas nas últimas décadas. Da perda de importância da *grande imprensa*, à valorização da televisão; do domínio da informação-espectáculo, à desinformação, passando pelos média-relógio.

Terminado este trabalho, sabemos ter ficado apenas no início de um trajecto. O tema convoca-nos a prosseguir aspirações de continuar a olhar o passado e de analisar o presente. Estamos conscientes do facto de termos tido entre mãos um objecto de análise profundamente rico, capaz de ser transportado para outro nível de estudos, noutra espaço temporal. O triângulo sociedade – média – leitores é estimulante o suficiente para almejarmos uma prossecução, no sentido de compreendermos que papel têm tido o silêncio e o ruído não apenas na sociedade como espaço abstracto, mas em particular no espaço concreto onde os média operam. Parece-nos uma hipótese de trabalho muito relevante, e possivelmente muito útil a vários intervenientes nesse jogo triangular.

No caso concreto deste trabalho, as limitações de tempo impuseram-lhe um fim antecipado. Voltaremos a onde parámos com o sentido de urgência, inevitável, afinal de contas.

## Referências Bibliográficas

Aznar, H. (2005) *Comunicação Responsável – A auto-regulação dos Media*, Porto: Porto Editora, Col. Comunicação.

Bauman, Z. (1989) *A Liberdade*, Lisboa: Editorial Estampa

Bauman, Z. (1995) *A Vida Fragmentada – Ensaios sobre a Moral Pós-Moderna*, Lisboa: Relógio D'Água.

Bauman, Z. (2000) *Liquid Modernity*, Cambridge: Polity Press.

Balandier, G. (1999) *O Poder em Cena*, Coimbra: Minerva.

Berger, P. L., Luckmann, T. (2004) *A Construção Social da Realidade*, Lisboa: Dinalivro.

Bertman, S. (1998) *Hipercultura*, Lisboa: Instituto Piaget.

Crary, J. (1999) *Suspensions of Perception – Attention, Spectacle, and Modern Culture*, London: MIT Press

Cunha, T. C. n.d. *O Silêncio na Comunicação*. BOCC. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-tito-cardoso-silencio.pdf> (20/08/2015).

Dayan, D. (2009) *O Terror Espectáculo – Terrorismo e Televisão*, Lisboa, Edições: 70.

Dayan, D., Katz, E. (1999) *A História em Directo – Os acontecimentos mediáticos na televisão*, Coimbra: Minerva

Ferro, A. (1917) *As Grandes Trágicas do Silêncio*, Lisboa: Monteiro & Companhia.



G. Gargani, A. (1973) *Wittgenstein*, Lisboa: Edições 70.

Glenn, C. (2004) *Unspoken: A Rhetorical of Silence*, Carbondale, IL: Southern Illinois U.

Grass, A., Sotto, R. (1981) *La Suède et ses populations*, Bruxelas: Complexe.

Hohlfeldt, A., Martino, L.C., França, V.V. (Org.) (2001) *Teorias da Comunicação – conceitos, escolas e temáticas*, Petrópolis: Editora Vozes.

De Koninck, Thomas (2003) *A Nova Ignorância e o Problema da Cultura*, Lisboa: Edições 70.

Le Breton, D. (1997) *Do Silêncio*, Lisboa: Instituto Piaget.

Levi, P. (2010) *Se Isto é Um Homem*, Lisboa: Editorial Teorema.

Lévi-Strauss, C. (1955) *Tristes Tópicos*, Lisboa: Edições 70.

Lévi-Strauss, C. (1975) *Antropologia Estrutural*, Lisboa: Edições 70.

Lipovetsky, G. (2000) *A Terceira Mulher*, Lisboa: Instituto Piaget.

Marrou, H.-I (1979) *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?*, Lisboa: Editorial Aster.

Neveu, E. (2005) *Sociologia do Jornalismo*, Porto: Porto Editora, Col. Comunicação.

Picard, M. (1954) *Le Monde du Silence*, Paris: PUF.

Pinto, P. R. M. (1998) *Iniciação ao Silêncio*, São Paulo: Edições Loyola.

Rieffell, R. (2003) *Sociologia dos Media*, Porto: Porto Editora, Col. Comunicação.

Schaff, A. (1974) *Linguagem e Conhecimento*, Coimbra: Livraria Almedina.

Steiner, G. (1979) *Language and Silence*, England: Penguin Books.

Steiner, G. (2005) *O Silêncio dos Livros*, Lisboa: Gradiva.

Soros, G. (2003) *Globalização*, Lisboa: Temas e Debates.

Sousa, J.P (2006) *Elementos da Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Teles, G. M. (1989) *Retórica do Silêncio I: teoria e prática do texto literário*, Porto Alegre: José Olympio.

Thompson, J.B. (1998) *A Mídia e a Modernidade – Uma Teórica Social da Mídia*, Petrópolis: Editora Vozes.

Tota, A. L. (2000) *A Sociologia da Arte – Do Museu Tradicional à Arte Multimédia*, Lisboa: Editorial Estampa.

Traquina, N. (2002) *Jornalismo*, Lisboa: Quimera.

Anexos

Anexo 1 - Capa do semanário Expresso - 29/12/1984

24 horas em notícia

**Soares na Renascença e Eanes na RTP**

MARCO Soares é amanhã entrevistado no programa "o café da manhã" da Renascença, que vai para o ar às 7h30. Eanes vai ser entrevistado no programa "o café da manhã" da RTP, que vai para o ar às 7h30.

**Concurso do «DN» origina dúvidas**

O CONCURSO promovido pelo «Diário de Notícias» para encontrar o primeiro do ano 125... encerra-se hoje às 18h30. O vencedor será o autor da melhor obra de ficção publicada em Portugal em 1984.

**Sam Peckinpah morreu ontem**

O REALIZADOR americano Sam Peckinpah que dirigiu, entre outros, o filme "Um Herói do Tempo" morreu ontem em Los Angeles, aos 56 anos de idade.

**Autarca aguarda demissão há 6 meses**

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Probel, João de Deus, aguarda a demissão do autarca há seis meses.

**Seis milhões para a ponte do Douro**

REPRESENTANTES do Governo português e do Banco Europeu de Investimento assinaram ontem, em Probel, dois acordos de financiamento para a construção da ponte sobre o rio Douro.

**Michel Rocard no Algarve**

MICHEL Rocard, primeiro-ministro francês, vai visitar o Algarve em janeiro de 1985.

**Contrabando: acusado filho de Azeitãs Nabeiro**

UM DOS suspeitos de contrabando no rio de contrabando de Azeitãs é Manuel Nabeiro, filho do presidente da Câmara Municipal de Azeitãs, Manuel Nabeiro.

**Família ligada a tráfico de divisas**

VARIAS famílias de uma família de Azeitãs, Quinta de Azeitãs, estão ligadas ao tráfico de divisas.

**Tempo de mudanças**

É TEMPO de novas mudanças. Assim, reconhecendo a realidade, o Estado vai mudar o seu sistema de ensino.

**Kodak vai consigo...**

Um filme de Ano no Mundo.

**Expresso**

N.º 835 29 DE DEZEMBRO DE 1984 PREÇO 40\$00

Sai aos sábados

Redacção da Parquia, 212 - D. 298 Lisboa Centro

Tele: 1703 (Jornal) e 1704 (Serviço de Clientes)

57.240 Publicidade

**Diferendo Portugal-Espanha**

29 JAN 1985

**Rei Juan Carlos intervém no conflito das pescas**

O DIFERENDO entre Portugal e Espanha sobre o conflito das pescas levou o Rei Juan Carlos a intervir no sentido de apaziguar os ânimos que, por dois dias, se agitaram no mar. O rei, em visita ao Algarve, recebeu os chefes de governo de ambos os países e, em seguida, os ministros da Pesca de ambos os países.

O DIFERENDO entre Portugal e Espanha sobre o conflito das pescas levou o Rei Juan Carlos a intervir no sentido de apaziguar os ânimos que, por dois dias, se agitaram no mar. O rei, em visita ao Algarve, recebeu os chefes de governo de ambos os países e, em seguida, os ministros da Pesca de ambos os países.

**Especial Portugal Europa**

**Orçamento para 85**

**Ernâni Lopes ameaçou demitir-se e Veiga Simão obteve mais 18 milhões de contos**

Ernâni Lopes ameaçou demitir-se e Veiga Simão obteve mais 18 milhões de contos.

Ernâni Lopes ameaçou demitir-se e Veiga Simão obteve mais 18 milhões de contos.

Ernâni Lopes ameaçou demitir-se e Veiga Simão obteve mais 18 milhões de contos.

**ECONOMIA**

- 10 perguntas à Europa
- Como reagirá a indústria portuguesa?
- O impacto da adesão na agricultura e pescas
- Os preços em Portugal e no Mercado Comum

**POLÍTICA**

- Os partidos portugueses e o choque europeu

**CIVILIZAÇÃO**

- Audiotextuais e «meidi» na Europa dos anos 80
- As novas apostas tecnológicas

**HISTÓRIA**

- Sonhos e realidades do passado e do presente

**OPINIÃO**

- Artigos de António Barreto e Eduardo Lourenço

**Assassinos de Popieluszko poderão ser condenados à morte**

Assassinos de Popieluszko poderão ser condenados à morte.

Assassinos de Popieluszko poderão ser condenados à morte.

**Cooperação com as ex-colónias**

**Empresa britânica estuda banco de crédito**

UMA EMPRESA britânica da especialidade de serviços bancários para o exterior estuda a possibilidade de estabelecer um banco de crédito em Portugal.

**De Inglaterra para Portugal**

**Lee Rodrigues deverá ser extraditado em Janeiro**

**Gestão 85**

**Academia da F.A. inscreve equipa**

Lee Rodrigues deverá ser extraditado em Janeiro.

Gestão 85. Academia da F.A. inscreve equipa.

Gestão 85. Academia da F.A. inscreve equipa.

**Somos o ar condicionado**

**FNAC**

Fabrica Nacional de Ar Condicionado

Anexo 2 – Jornal de Notícias – 02/01/2014

**TRIVELAS DE QUARESMA LEVAM 10 MIL AO DRAGÃO** // 20

**empresta nome a clube de futebol argentino**

**Cavaco dá OK a programa cautelar**  
MENSAGEM // P.4 E 5

**Jornal de Notícias**  
200 ANOS QUARTA-FEIRA 02/01/14 // www.jn.pt

STALLONE E DE NERO REDESSAM AO RINGUE // 24

**288.000€**  
A PARTIR DE DOMINGO

**REGULANÇAS**

**DESESPERO P.10**  
**Clube desportivo assaltado oito vezes num ano**

**REGIÃO S**

**VILA VERDE P.10**  
**GNR despista-se cai em canal de rega e morre**

**BARCELONAS P.20**  
**Foguete rebenta em mão de jovem e tira-lhe três dedos**

**VILA DO CONDE P.14**  
**Incêndio rouba tudo a família, a dez minutos do ano novo**

**PORTO P.16**  
**Voluntários recuperam baile no quartel ao fim de 15 anos**

**DETIDO PELA PJ, ESTÁ EM PRISÃO PREVENTIVA // P.8**

**PROFESSOR ACUSADO DE ABUSAR DE 4 MENORES**

- Rapazes eram seus alunos e tinham todos menos de 16 anos
- Possuía em casa ficheiros e vídeos com cenas de sexo entre adolescentes

**Luana nasceu ainda soavam as 12 badaladas**  
Primeira bebé a nascer no país em 2014, na Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa P.2 E 3

**SOLUÇÕES POUPIANÇA**  
**A SOLUÇÃO ESTÁ NO BANCO**

**POUPAR**

Descubra as nossas soluções de Poupança e encontre o caminho para fazer crescer o seu dinheiro.

**BANIF**  
A força de acreditar  
www.banif.pt | 800 200 200

Anexo 3 – Jornal de Notícias – 16/08/2014

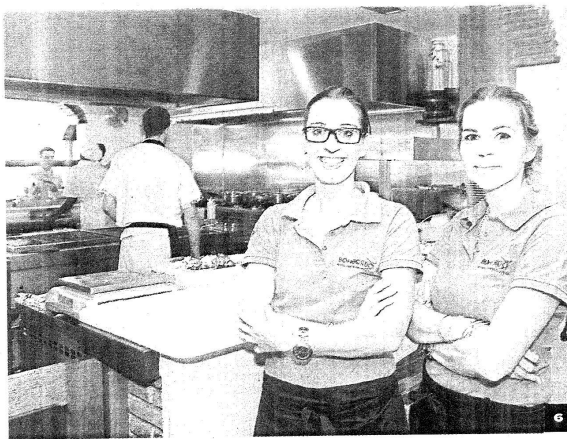
JORNAL DE NOTÍCIAS  
SABADO 16/8/14

PRIMEIRO PLANO// 7



*"A realidade é que a gente precisa do verão para sobreviver no inverno. Só é pena que seja cada vez mais curto"*

Brigida Vieira  
Resp. supermercado



- 1. Macário Correia, da Algar, explica o reforço da recolha de lixo
- 2. Juliana Coelha, da Algar, explica o reforço da recolha de lixo
- 3. 2.º-mandante da GNR de Faro diz que dispositivo é o adequado
- 4. Brigida Vieira aumenta os funcionários de 10 para 40
- 5. Diretor da Urgência do Algar vê queixa-se de falta de médicos
- 6. Bertília e Susana apelam à compreensão dos clientes sobre atrasos

Anexo 4 – Semanário Expresso – 05/05/1984

# GAZELA vinho verde BEM NASCIDO



Pleno de vida, leve de leveza, delicioso no aroma. Bem nascido na Região Demarcada dos vinhos verdes. Das cascas selecionadas Loureiro, Trajadura e Pedral. Gazela, vinho verde. Uma novidade frequentada, que V. vai recomendar.



Gazela, vinho verde. O perfume de um vinho.

## Euromercados e câmbios Exclusivo EXPRESSO/BPA

### Internacionalização do Iene mantém firmeza da moeda japonesa

**EXCÂMBIO DO IENE EM DÓLARES E EM MARCOS**

	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
1 Dólar	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00
10 Dólar	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00
100 Dólar	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00
1 Euro	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00
10 Euro	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00
100 Euro	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00

**EXCÂMBIO DO IENE EM MARCOS**

	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
1 Dólar	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00	160,00
10 Dólar	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00
100 Dólar	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00

Internacionalização do Iene mantém firmeza da moeda japonesa. O Iene japonês continua a ser a moeda mais forte do mundo, segundo o relatório da OCDE. A moeda japonesa mantém sua posição de liderança no mercado internacional de divisas. A internacionalização do Iene não afetou sua estabilidade, pois o Banco do Japão mantém uma política de controle de câmbio rigorosa. O Iene continua a ser a moeda preferida para investimentos estrangeiros no Japão. A moeda japonesa também é considerada uma das moedas mais seguras do mundo. A internacionalização do Iene é um processo contínuo, e o Banco do Japão está preparado para lidar com qualquer situação que possa surgir. A moeda japonesa é uma das moedas mais fortes do mundo, e sua internacionalização é um processo contínuo. O Banco do Japão mantém uma política de controle de câmbio rigorosa, o que ajuda a manter a estabilidade do Iene. A moeda japonesa também é considerada uma das moedas mais seguras do mundo, e é preferida para investimentos estrangeiros no Japão. A internacionalização do Iene é um processo contínuo, e o Banco do Japão está preparado para lidar com qualquer situação que possa surgir.

## Bolsa do Consumidor Sintra na CEE?



COM a Primeira, a nova cidade de Sintra acaba por fortalecer poder turístico sempre fraco que se reflecte no sector do vinho. O plano de desenvolvimento da Região do Alentejo prevê, entre outros, a criação de um parque industrial e comercial em Sintra. A criação de Sintra na CEE é um processo contínuo, e o Banco do Japão está preparado para lidar com qualquer situação que possa surgir.

Em geral, para o produtor português, a entrada no mercado europeu é uma oportunidade. O produtor português pode beneficiar da entrada no mercado europeu. A entrada no mercado europeu é um processo contínuo, e o Banco do Japão está preparado para lidar com qualquer situação que possa surgir. O produtor português pode beneficiar da entrada no mercado europeu. A entrada no mercado europeu é um processo contínuo, e o Banco do Japão está preparado para lidar com qualquer situação que possa surgir.

# O MÓDULO PERFEITO

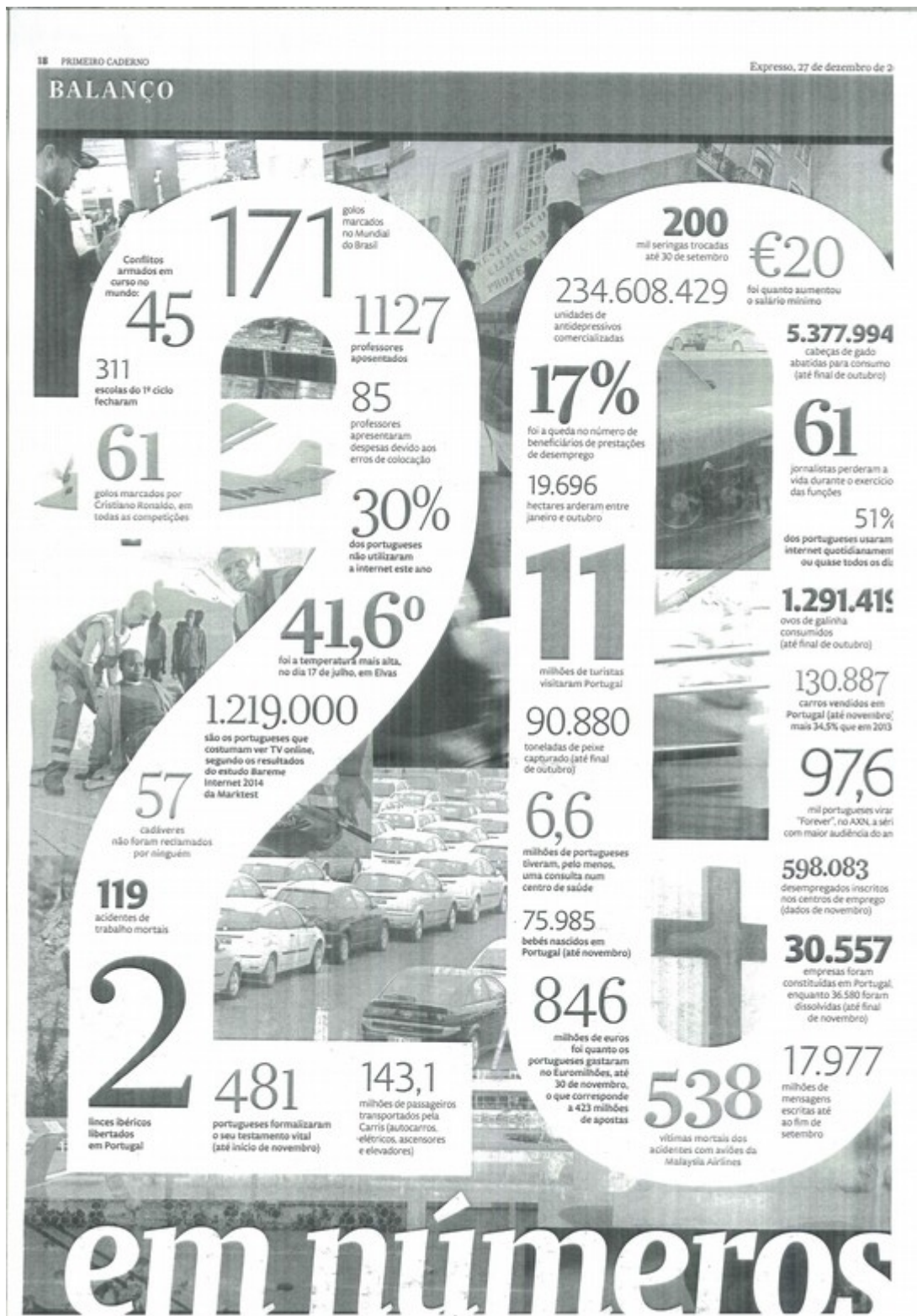
**EXPOSIÇÕES**  
7-9-10 MAIO/HOTEL RITZ-LISBOA  
9-10-11 MAIO/HOTEL IPANEMA-PORTO

**PRÊMIO EM PORTUGAL SOB LICENÇA U.C.T.A.**

**SOFT LINE**  
Cortal

**MOBILIÁRIO INTEGRADO**

Anexo 5 – Semanário Expresso – 27/12/2014



Anexo 6 – Semanário Expresso – 29/12/1984

6

EXPRESSO, SÁBADO 29 DEZEMBRO 1984

## A SELDEX E A BANCA NOVAS SEDES EM 1984



*Banco do Brasil, S.A.*  
**CREDIT FRANCO PORTUGAIS**  
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS  
**MDM-Sociedade de Investimentos, S.A.R.L.**  
**SOCIEDADE PORTUGUESA DE INVESTIMENTOS**  
**THE CHASE MANHATTAN BANK, N.A.**

**SEEL, UMA MARCA... UM  
SISTEMA PARA CADA CASO**

SELDEX \_ Sociedade de Equipamentos de Escritório, SARL.



Anexo 7 - Semanário Expresso - 5/10/1984

### primeiro plano

## RTP: a única dúvida

**A** única dúvida de quem vai ser o primeiro-ministro de Portugal em 1985, não é quem será, mas se será mesmo. O primeiro-ministro de Portugal em 1985, não é quem será, mas se será mesmo. O primeiro-ministro de Portugal em 1985, não é quem será, mas se será mesmo.

## Duas direcções-gerais acusadas de plágio

**Uma paga, a outra não**

Adaptado e adaptado... duas direcções-gerais acusadas de plágio. Uma paga, a outra não.

## Quais páginas de efeitos especiais de Cartões de Administração

Quais páginas de efeitos especiais de Cartões de Administração. Quais páginas de efeitos especiais de Cartões de Administração.

## Livros escolares não chegam a tempo

**uma parte da culpa**

Livros escolares não chegam a tempo. Uma parte da culpa.

## Livros escolares não chegam a tempo

**uma parte da culpa**

Livros escolares não chegam a tempo. Uma parte da culpa.

## Livros escolares não chegam a tempo

**uma parte da culpa**

Livros escolares não chegam a tempo. Uma parte da culpa.

# MAIS QUILOMETROS MENOS PROBLEMAS

20 000 Camiões PEGASO, vendidos por ano no mundo inteiro, são o testemunho indelével de todos os que têm de entender, diariamente, condições de trabalho extremamente difíceis e que apenas podem ser vencidas pelos melhores.

A tecnologia espanhola, neste sector industrial, alcançou um nível de competitividade perfeitamente equiparável às grandes empresas mundiais.

Os camiões PEGASO estão a provar, todos os dias, que a qualidade e tecnologia desenvolvidas por mais de 600 especialistas da ENAG são competitivas em mais de 45 países de 5 Continentes.

PEGASO oferece-lhe toda uma vasta gama de camiões, de 14 a 38 toneladas, e motores de 30 a 310 cv.

Os compradores de qualquer veículo novo PEGASO, no período de 1 de Junho a 31 de Dezembro de 1984, ficam habilitados ao sorteio dum magnífico automóvel TOYOTA STARLET 1300, a realizar em 16 de Janeiro de 1985.

IMPORTADORES E DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS: **Salvador Castano** (IMXT - S.A.R.L.)

oxford

**JORNAL DE NOTÍCIAS**

Director: José Saraiva - Director adjunto: F. Ferreira Pinto  
Dúrcio - Ano 92 / N.º 76 / Preço 20500 — Espanha: 45 pta. Sábado: 18 Agosto 1984

FOGOS EXAUSTORES DE CIGARRA  
FABRICA DE PRODUTOS ESTRELA  
PORTO + LISBOA

**Amanhã no JN**

«Presidenciais»  
causam apreensão  
a Fernando Condoso



**José Viana  
aposta forte  
na telenovela**



**Nené não está  
a pensar no adeus**



«Pirata» interfere  
nas «ondas»  
do aeroporto  
de Pedras Rubras



**“CÉREBRO” DAS FP-25  
CAPTURADO NO PORTO**

- Acusado pela PJ de ser o chefe da Zona Norte

**APARTAMENTO GUARDAVA  
GRANDE ARSENAL BÉLICO**

Ler na página 2



**48ª VOLTA  
A PORTUGAL**

É já amanhã na pista de Tavira que a Volta a Portugal faz a sua apresentação pública. Entre as nove formações presentes, o Louisa é uma das que reúne uma certa propensão para cometer alguma proeza, já que conta nas suas fileiras com alguns nomes seniores da velocidade nacional, caso de Adelino Teixeira. Todavia, o seu técnico mostra-se cauteloso quanto as possibilidades da sua equipa, o mesmo acontecendo com o orientador da Ageste: Murphy Richards, Venceslau Fernandes, também corredor. Entretanto, dada a inegável importância do acontecimento, o JN publica hoje, em destaque, um caderno especial que não pode ser vendido separado.

**OPTIMISMO MODERADO  
NA BAGAGEM DO (FAVORITO) LOUSA**

Ler em «Desporto»

**MATOSINHOS  
VAI TER  
NOVO  
HOSPITAL**

— promessa do ministro  
Maldonado Gonetla

Ler em «Grande Porto»



**SÃO MAIS OS BURACOS DO QUE A ESTRADA...**

- Câmara de Cinfães não esconde preocupações

Ler em «De Norte a Sul»

JORNAL DE NOTÍCIAS A melhor publicidade

